

☰ COLEÇÃO EDUCA

ESTUDOS SOBRE O PORTUGUÊS NO SUL DO BRASIL

Odete Pereira da Silva Menon
Edson Domingos Fagundes
organizadores



EDUT FPR



ESTUDOS SOBRE O PORTUGUÊS NO SUL DO BRASIL

UTFPR UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

Reitor Marcos Flávio de Oliveira Schiefler Filho

Vice-Reitora Tangriani Simioni Assmann

Diretora de Comunicação Maurini de Souza

Diretora-Adjunta de Com. Ana Paula Ferreira

EDUTFPR EDITORA DA UTFPR

Coordenadora-Geral Eunice Liu

Coordenadora-Adjunta Giani Carla Ito

Assessora editorial Neuci Schotten

CONSELHO EDITORIAL

Titulares
Adriani Edith Michelon
Antonio Gonçalves de Oliveira
Aruanã Antonio dos Passos
Danyel Scheidegger Soboll
Marcelo Gonçalves Trentin
Maria Helene Giovanetti Canteri
Roberto Cesar Betini
Sara Tatiana Moreira
Sidemar Presotto Nunes
Silvana Stremel

Suplentes
Adriano Lopes Romero
Anna Luiza Metidieri Cruz Malthez
Anna Silvia P. Setti da Rocha
Carina Merkle Lingnau
Ivo De Lourenço Junior
Janaina Piana
Jézili Dias
Luiz Renato Martins da Rocha
Marcelo Fernando de Lima
Mariane Kempka
Pedro Valério Dutra de Moraes

As opiniões e os conteúdos expressos neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem, necessariamente, a opinião do corpo editorial.

ESTUDOS SOBRE O PORTUGUÊS NO SUL DO BRASIL

Odete Pereira da Silva Menon
Edson Domingos Fagundes
organizadores

Curitiba 2022

ED**UT**FPR



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons -
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
Esta licença permite o download e o compartilhamento da obra desde que
sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es), sem a possibilidade de alterá-la
de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

E82e Estudos sobre português no Sul do Brasil / organização : Odete Pereira da Silva Menon,
Edson Domingos Fagundes. -- 1. ed. -- Curitiba, PR : EDUTFPR, 2022.
1 arquivo texto (162 p.) : PDF ; 4.696 KB

ISBN: 978-65-88596-64-7

Inclui bibliografias.

Disponível também em formato impresso.

Acesso via World Wide Web.

1. Língua portuguesa - Variação - Brasil, Sul. 2. Língua portuguesa - Regionalismos
- Brasil, Sul. 3. Varsul (Banco de dados). 4. Jornada do Varsul - (5., 6-8 abr. 2017 -
Curitiba, PR). I. Menon, Odete Pereira da Silva. II. Fagundes, Edson Domingos. III.
Titulo.

CDD: ed. 23 -- 469.79816

Departamento de Bibliotecas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Bibliotecário: Adriano Lopes CRB-9/1429

Design Eunice Liu
Guilherme Patury
Raquel Sales
André Moraes
Maiara Miotti Cunha
Monique Alessandra de Jesus
Tiago Zarowny

Capa Eunice Liu
Guilherme Patury
Raquel Sales

Revisão Fabíola Junghans
Anna Júlia Weber
Sabrina Costa

Normalização Tatiana Campos da Hora
Fabíola Junghans
Anna Júlia Weber
Sabrina Costa

EDUTFPR

Editora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Av. Sete de Setembro, 3165

80230-901 Curitiba PR

utfpr.edu.br/editora

editora.utfpr.edu.br

{A}	Apresentação	7
{1}	VARSUL EM PRODUÇÃO <i>Leda Bisol</i>	9
{2}	UMA REGRA VARIÁVEL NO PORTUGUÊS DO BRASIL (PB): artigo diante de possessivo e de antropônimo: Curitiba (VARSUL) <i>versus</i> João Pessoa (VALPB) <i>Odete Pereira da Silva Menon</i>	23
{3}	A GRAMATICALIZAÇÃO DO VERBO IR NA CONSTRUÇÃO DE NOVAS CONJUNÇÕES: <i>vamos que, vai que, vá que</i> <i>Edson Domingos Fagundes</i>	53
{4}	DIVERSIDADE DE SUBCOMUNIDADES <i>VERSUS</i> INDIVÍDUO NA FALA CATARINENSE <i>Marcos Luiz Wiedemer</i>	73
{5}	VARIABILIDADE NA PRODUÇÃO DE VOGAIS ÁTONAS FINAIS E A LÍNGUA COMO SISTEMA ADAPTATIVO COMPLEXO <i>Adelaide Hercília Pescatori Silva e Rebeca Lessmann</i>	89
{6}	ELEVAÇÃO DA VOGAL /e/ EM DESCENDENTES DE ESLAVOS: comparação dos resultados de Irati e de Mallet, Paraná <i>Loremi Loregian-Penkal e Luciane Trennephol da Costa</i>	107
{7}	ATITUDES LINGUÍSTICAS DOS ÍTALO-BRASILEIROS EM RELAÇÃO AO PORTUGUÊS BRASILEIRO COM SOTAQUE ITALIANO DO SUL DE SANTA CATARINA <i>Luciana Lanhi Balthazar</i>	125
{8}	CONSTITUIÇÃO DE BANCO DE DADOS DIACRÔNICOS DA REGIÃO SUL DO BRASIL <i>Valéria Neto de Oliveira Monaretto</i>	147



O que se vai ler neste livro são textos produzidos a partir de amostras coletadas na região sul do Brasil (estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), seja apresentados na *V Jornada do Varsul*, realizada em Curitiba, de 6 a 8 de abril de 2017, seja em outros eventos.

Os quatro primeiros estudos têm como fonte os dados do Banco VARSUL (**V**ariação **L**inguística **U**rbanda no **S**ul do Brasil): Bisol apresenta uma síntese dos resultados obtidos até a presente data na área da fonologia, o que permite verificar se os fenômenos apresentam regra distinta na região sul ou se são fenômenos similares aos das demais regiões do país, mas em momentos distintos de aplicação. Menon compara dados de duas capitais, Curitiba e João Pessoa, obtidos por idêntica metodologia e em época similar (década de 1990), o que valida a comparabilidade dos resultados e que é uma das finalidades das coletas sociolinguísticas no país.

Fagundes se lança na caça às novas conjunções do português: *vamos que, vai que, vá que*, formadas a partir de um modelo bastante produtivo na história da língua, constituído com a conjunção *que* (conforme *pois que* (já arcaizado), *ainda que, já que, porque, conquanto que...*). Wiedemer nos apresenta a variação no uso das preposições *a, para* e *em* com o verbo *ir*, em três cidades de Santa Catarina (Florianópolis, Blumenau, Chapecó), demonstrando inclusive o uso individual dos informantes de cada comunidade.

Silva e Lessmann, partindo da premissa de que a língua se comporta como um sistema adaptativo complexo, têm como objeto de estudo apresentar resultados iniciais da análise acústica do apagamento das vogais átonas finais /i, a, u/ em Curitiba, com dados de quatro informantes nativos, de um total de nove previstos no projeto.

Os três últimos textos têm em comum serem oriundos de projetos de coleta de dados – realizados ou em curso –, de três categorias distintas, mas igualmente necessárias para as descrições e compreensão dos fenômenos linguísticos que caracterizam esta parte sul do país.

Pela ordem, o primeiro deles (Varlinfe – **V**ariação **L**inguística de **F**ala **E**slava) é coleta de dados na região paranaense colonizada por imigrantes eslavos (russos, poloneses e ucranianos): Cruz Machado, Irati, Ivaí, Mallet, Prudentópolis, Rebouças e Rio Azul. Dessas localidades, as autoras analisam dados de elevação da vogal /e/ em Irati e Mallet, o que vem complementar, por exemplo, os resultados das sínteses de Bisol, neste volume.

O segundo projeto, já concluído, foi constituído de entrevistas etnográficas na região catarinense de Criciúma (Pedras Grandes, Nova Veneza, Siderópolis, Criciúma e Urussanga), a fim de testar atitudes linguísticas de falantes descendentes dos italianos que vieram povoar a região, a respeito do uso e prestígio do português e do italiano. Esse tipo de resultado pode vir a auxiliar as políticas linguísticas públicas de implementação de estudos de línguas estrangeiras na região.

O terceiro projeto, em fase de execução, pretende resgatar sincronias anteriores da língua em território rio-grandense, a partir da digitalização das fontes escritas ainda disponíveis (jornais, abundantes em determinados períodos, e outras fontes), necessária para a preservação de algumas, já em risco de se perderem. Apresenta alguns resultados iniciais, como exemplificação da importância de se pesquisar essas fontes.

Como explanado acima, parte dos textos provém de apresentações feitas na *V Jornada do Varsul*, realizada nas dependências da UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná), campus Curitiba, que abriga atualmente a sede paranaense do VARSUL. Para a realização desse evento, com número expressivo de participantes, contamos com o apoio financeiro da CAPES; do apoio logístico do Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação (Dalic), do Departamento de Línguas Estrangeiras Modernas (Dalem), além dos monitores, alunos do curso de Letras, sempre absolutamente necessários para o bom êxito desses eventos.

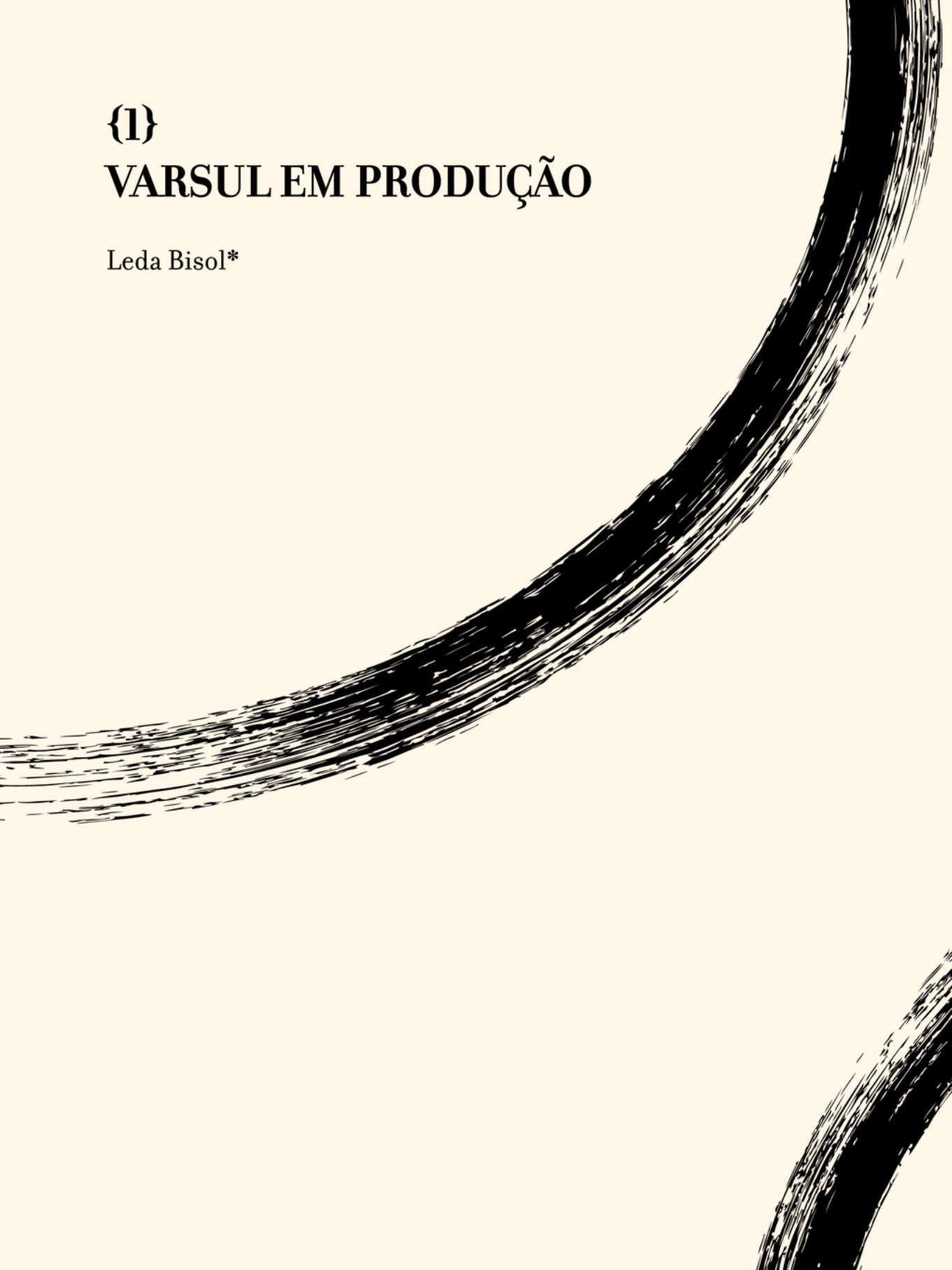
Agradecemos, ainda, ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, que tornou possível o encaminhamento desta publicação pela Editora da UTFPR.

Os organizadores.

{1}

VARSUL EM PRODUÇÃO

Leda Bisol*



BISOL, L. VARSUL em produção. *In*: MENON, O. P. S.; FAGUNDES, E. D. (org.). **Estudos sobre o português no sul do Brasil**. Curitiba: EDUTFPR, 2022. p. 9-21.

—

* Professora emérita da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduada em Letras pela UFRGS, é mestre e doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e especializada em Linguística pela Universidade de Edimburgo, Escócia. Atua na linha de pesquisa de Teoria e Análise Linguística e Sociolinguística. Membro e fundadora do grupo de pesquisa VARSUL/UFRGS, é pesquisadora bolsista de produtividade nível 1 do CNPq.

INTRODUÇÃO

Depois de um longo tempo dedicado à coleta de dados, transcrição e digitalização das entrevistas gravadas, contando-se com o banco de dados Variação Linguística Urbana no Sul do Brasil (VARISUL) consolidado quanto à amostra de base, iniciou-se o período de análise cuja produção está em pauta neste texto, que se restringe à área de fonologia. Os estudos realizados na linha de sociolinguística quantitativa, liderada por Labov desde 1966, dizem respeito aos seguintes temas: desnasalização em final de palavra, elevação da vogal média postônica, epêntese vocálica, lateral pós-vocálica e vibrante. Há outros estudos, mas ficamos com esses que trazem resultados referentes aos três estados do sul.

REDUÇÃO DA NASALIDADE

Essa redução consiste na perda do ditongo nasal em sílaba átona de fim de palavra, que ocorre em nomes como **homem~home(i)** e em verbos, como **cantaram~cantaru**. Conta-se com dois estudos: Battisti (2002) e Schwindt e Silva (2010).

Battisti (2002) trabalhou com uma amostra de 90 informantes, 18 por capital, incluindo algumas outras cidades com o mesmo número de informantes. Seguindo o modelo laboviano, examinou papel de fatores linguísticos e sociolinguísticos. Sendo o foco deste texto o fator **localidade**, seguem-se os resultados por capital (TABELA 1).

TABELA 1 — REDUÇÃO DO DITONGO NASAL ÁTONO

Estado	Aplicação/Total	%	Peso relativo
Santa Catarina	1165/1919	61	0.68
Rio Grande do Sul	746/1893	39	0.46
Paraná	537/1832	29	0.35
Total	2448/5644	43	

FONTE: BATTISTI (2002).

Com dados robustos, a TABELA 1 expõe Santa Catarina (SC) com o valor relativamente mais alto, tanto em frequência quanto em peso relativo, e o Paraná (PR) com o mais baixo, figurando o Rio Grande do Sul (RS) com valor intermediário, porém baixo. A autora põe em destaque a prevalência da desnasalização do ditongo em certas palavras como **ontem** e **homem** e palavras terminadas em **-gem** como **viagem** e faz a seguinte observação: se a vogal inicial da palavra seguinte for oral, perde-se o ditongo, mas preserva-se a nasalidade a exemplo de **foram embora [forĩbora]**.

Schwindt e Silva (2010) trabalharam com uma ampla amostra representativa das capitais e todas as cidades do interior que compõem o banco VARISUL. A análise é realizada na linha de Labov (1966), como todos os estudos levados em consideração neste texto. Quanto à localidade, o foco em pauta, veja-se a TABELA 2.

TABELA 2 — REDUÇÃO DA NASALIDADE EM DITONGOS NASAIS

Estado/Cidade	Aplicação/Total	%	Peso relativo
Santa Catarina			
Florianópolis	496/701	71	0.84
Lages	372/838	43	0.65
Blumenau	308/981	31	0.48
Chapecó	251/907	28	0.44
Rio Grande do Sul			
Porto Alegre	290/737	39	0.57
São Borja	232/846	27	0.43
Panambi	243/991	25	0.36
Flores da Cunha	123/585	21	0.35
Paraná			
Curitiba	201/768	26	0.40
Londrina	196/502	39	0.53
Irati	223/766	29	0.45
Pato Branco	209/671	31	0.50
Total	3144/9293	34	

FONTE: SCHWINDT E SILVA (2010).

Os resultados das capitais são semelhantes nas TABELAS 1 e 2; porém a TABELA 2, ao incluir a amostra inteira do VARSUL, põe em relevo o uso alto *versus* uso baixo da desnasalização no sul do país. Em SC, as cidades do interior, exceto Lages (essa com peso relativo favorecedor: 0.65), Blumenau e Chapecó, a desnasalização tem frequência baixa, ao contrário do da capital, que tem os mais altos resultados da amostra (0.84), tanto em percentual quanto em peso relativo. Todavia, no Paraná, tanto nas cidades do interior – Londrina, Pato Branco e Irati –, como na capital, Curitiba, a desnasalização tem frequência baixa. O mesmo ocorre nas cidades do interior do RS, São Borja, Panambi e Flores da Cunha, assim como na capital, Porto Alegre. Somente em Florianópolis, a desnasalização figura com frequência expressiva, mas isso não influi no resultado geral, pois no conjunto dos estados, em termo de percentual de uso, a desnasalização figura com valor bastante baixo (34%).

Quanto a certas particularidades, os autores assinalam que **verbos** estão menos sujeitos à redução da nasalidade do que **nomes**, o que se deve ao papel morfofonológico da nasalidade em verbos, e que palavras terminadas por **-gem** em sílaba átona, derivadas ou não, **homem**, **reciclagem**, são as que mais se apresentam com redução.

Esse é o panorama geral da regra variável de redução de nasalidade, a qual se mostra de baixa frequência no sul do país (à exceção de Florianópolis), como revela o total geral das duas tabelas. Infere-se do exposto que a desnasalização tem um domínio restrito, que

é constituído de palavras não-verbos terminadas em **-gem** e de verbos de tempos do pretérito, o que, de certa forma, reflete-se no uso reduzido desse processo de simplificação.

LATERAL EM POSIÇÃO DE FINAL DE PALAVRA

A lateral no sul do país guarda lembranças de sua evolução histórica como uma regra telescópica, segundo Camara Júnior (1978). Houve um tempo em que a lateral se manifestava como alveolar, tanto no ataque de sílaba como na coda, a exemplo de **lata**, **sol**, **alta**; outro tempo em que a lateral da coda foi convertida em lateral velar como em [saɫ], seguindo-se o contemporâneo, em que tende a prevalecer como glide posterior, formando um ditongo posterior, a exemplo de **sal** [saw] e **alta** [awta]. Com o pressuposto dado de que há variação entre as fases, também há parentesco entre elas, constituindo-se um legítimo caso de evolução natural (QUADRO 1).

QUADRO 1 — AS TRÊS FASES DA LATERAL EM PORTUGUÊS

X	X	X
Sil	Sil	Sil
/ \	/ \	/ \
V C	V C	V C
Alveolar [l]	Velar [ɫ]	Glide [w]

FONTE: ELABORADO PELA AUTORA.

O curioso é que essa evolução da lateral está presente em tempos atuais como um fato consentâneo na TABELA 3, referente ao RS, tal qual uma regra telescópica. A TABELA 3, organizada por Tasca (2002), reflete esse fato.

TABELA 3 — VARIANTES DA LATERAL NO RIO GRANDE DO SUL

Panambi		Flores da Cunha		São Borja		Porto Alegre	
[l]	[ɫ]	[l]	[ɫ]	[l]	[ɫ]	[l]	[w]
0,76	0,24	0,63	0,37	0,14	0,86	0,50	0,95

FONTE: TASCA (2002).

Essa tabela mostra o efeito das três variantes da lateral: a alveolar, a velar e o ditongo, em conformidade com a localidade. Nas duas cidades de colonização europeia, Panambi, alemã, e Flores da Cunha, italiana, prevalece a alveolar na coda como em valsa [**valsa**]; em São Borja, cidade da fronteira, prevalece a velar [**valsa**] e em Porto Alegre prevalece o ditongo [**vawsa**].

Com respeito à ditongação da lateral no RS, a TABELA 4 revela a sua presença forte na metrópole e fraca nas demais regiões.

TABELA 4 — LOCALIZAÇÃO DA DITONGAÇÃO

Fatores	Aplicação/Total	%	Peso relativo
Metropolitanos	652/715	91	0,95
Alemães	73/363	20	0,25
Italianos	149/641	23	0,26
Fronteiriços	142/525	27	0,31

FONTE: QUEDNAU (1993).

Os metropolitanos são os que mais aplicam a regra que consiste na conversão da lateral pós-vocálica em glide, formando um ditongo, como em [vawsa]. Todavia, tanto as cidades de colonização europeia quanto a cidade de fronteira apresentam a ditongação com baixo índice, seja em porcentual, seja em peso relativo. O panorama é que a ditongação está longe de ser alcançada no RS, a despeito do resultado da capital.

No Paraná, ao contrário, a ditongação tende a expandir-se, como se vê na TABELA 5.

TABELA 5 — LOCALIZAÇÃO DA DITONGAÇÃO DA LATERAL NO PARANÁ

Fatores	Aplicação/Total	%	Peso relativo
Curitiba	453/557	81	0.61
Londrina	788/977	81	0.60
Pato Branco	566/625	90	0.81
Irati	727/1161	61	0.37

FONTE: COLLISCHONN E QUEDNAU (2010).

Os índices de expansão da ditongação quanto ao peso relativo são bastante expressivos. A ditongação vem dominando, de modo geral, com exceção de Irati, que apresenta frequência moderada e peso relativo baixo. Por conseguinte, quanto ao peso relativo, a ditongação está em plena expansão, ao contrário do RS, cujos indícios de expansão para cidades do interior são fracos, apesar da forte presença da ditongação na capital. Neste particular, pode-se dizer, diante do exposto, que o RS é mais preservador do que o PR. Falta-nos ainda o estudo particularizado da lateral em SC.

ELEVAÇÃO DA VOGAL /e/ NA POSTÔNICA FINAL

A elevação das vogais médias em final de palavras como **leque** [‘lɛki], **bolo** [‘bolu] vem sendo interpretada desde Camara Júnior (1978) como regra de neutralização. No entanto, há variedades geográficas em que essa neutralização ainda não se implementou, figurando como regra variável. Começamos com a vogal /e/, conforme Vieira (2010) (TABELA 6).

TABELA 6 – ELEVAÇÃO DA VOGAL /e/ POSTÔNICA FINAL

Cidade	Aplicação/Total	%	Peso relativo
Curitiba	1056/1970	53	0,14
Florianópolis	1434/1568	91	0,64
Porto Alegre	2272/2424	93	0,76
Total	4762/5962	79	

FONTE: VIEIRA (2010).

Nas capitais, observa-se que, em Porto Alegre e Florianópolis, a neutralização tende a prevalecer, enquanto em Curitiba tende a manter-se vogal média com a variação em pauta. Segue-se a vogal /o/ (TABELA 7).

TABELA 7 – ELEVAÇÃO DA VOGAL /o/ POSTÔNICA FINAL

Cidade	Aplicação	%	Peso relativo
Curitiba	2140/2750	81	0.22
Florianópolis	2180/2286	95	0.55
Porto Alegre	2730/2806	97	0.74
Total	7050/7622	90	

FONTE: VIEIRA (2010).

Diferentemente dos resultados de /e/, os índices de frequência da elevação de /o/ são expressivamente altos nas três capitais. Quanto ao peso relativo, Curitiba eleva menos do que Florianópolis e Florianópolis menos do que Porto Alegre. Não obstante, a frequência de 90% de aplicação da regra de elevação é um indicativo de que a neutralização da vogal /o/ está mais adiantada do que a neutralização da vogal /e/.

Nas TABELAS 8 e 9, referentes à vogal final, a amostra é mais ampla, pois inclui as cidades do interior dos três estados, em Vieira (2002).

Como podemos ver na TABELA 8, no RS prevalece a regra variável de elevação do /e/, exceto na capital, em que prepondera a **neutralização** (0.99). Em SC, predomina a regra variável de elevação, embora Blumenau e Florianópolis apresentem certa tendência para a neutralização. No PR, com exceção de Pato Branco, com peso relativo alto (0.81), a aplicação da regra é baixa. De modo geral, no sul do país, a neutralização da vogal /e/ em posição final ainda não chegou à sua consecução, configurando-se como uma pauta de variação.

Diferentemente da vogal /e/, a variação da vogal /o/, em posição final nos estados do sul, encaminha-se para a neutralização, de modo geral, embora algumas localidades estejam mais adiantadas do que outras. Em Porto Alegre, com neutralização em pleno vigor, estende-se para o interior, embora ainda acanhada em Flores da Cunha, da mesma forma que em SC com uso menor em Blumenau, ambas as cidades de colonização europeia, italiana e alemã, respectivamente. No que diz respeito ao peso relativo, o interior do PR

encaminha-se para a neutralização, notadamente Londrina, enquanto a capital permanece com a regra variável. Ao finalizar esta parte, olhemos para a postônica não final, conforme Vieira (2010).

TABELA 8 — ELEVAÇÃO DA VOGAL /e/ EM FINAL DE PALAVRA: CAPITAIS E DEMAIS CIDADES

Estado	Fatores	Aplicação/Total	%	Peso relativo
RS	Porto Alegre	48/59	81	0.99
	Panambi	10/43	23	0.29
	São Borja	33/82	40	0.44
	Flores da Cunha	21/115	18	0.22
SC	Florianópolis	35/61	57	0.66
	Blumenau	48/77	62	0.72
	Chapecó	27/107	25	0.25
	Lages	11/44	23	0.29
PR	Curitiba	37/100	37	0.45
	Pato Branco	40/57	70	0.81
	Irati	16/76	21	0.25
	Londrina	25/56	45	0.48

FONTE: VIEIRA (2002).

TABELA 9 — ELEVAÇÃO DA VOGAL /o/ EM FINAL DE PALAVRAS: CAPITAIS E DEMAIS CIDADES

Estado	Fatores	Aplicação/Total	%	Peso relativo
RS	Porto Alegre	52/53	98	0.93
	Panambi	35/46	76	0.57
	São Borja	29/40	72	0.49
	Flores da Cunha	16/26	58	0.31
SC	Florianópolis	43/58	88	0.65
	Blumenau	23/41	56	0.21
	Chapecó	32/36	89	0.64
	Lages	42/57	74	0.37
PR	Curitiba	19/35	54	0.18
	Pato Branco	30/39	77	0.42
	Irati	30/48	63	0.31
	Londrina	37/46	80	0.50

FONTE: VIEIRA (2002).

ELEVAÇÃO DA VOGAL POSTÔNICA NÃO FINAL

Vale observar que, segundo Camara Júnior (1978), a neutralização na pauta postônica não final só ocorre com a vogal /o/, referindo-se ao Rio de Janeiro. No entanto, Vieira (2010) constata, no sul, exemplos de variação de vogal /e/ nessa pauta (TABELA 10):

TABELA 10 — ELEVAÇÃO DE /e/ POSTÔNICO NÃO FINAL

Fatores	Aplicação/Total	%	Peso relativo
Curitiba	6/46	13	0.14
Florianópolis	16/30	53	0.64
Porto Alegre	38/60	63	0.76
Total	60/136	44	

FONTE: VIEIRA (2010).

O que se observa é que em Porto Alegre aplica-se mais a elevação da vogal /e/ do que em Florianópolis e, nessa, mais do que em Curitiba; diferenças que são comuns entre variedades geográficas (TABELA 11). Exemplos: **númiro**, **pêssigo**, **fôligo**, **alfândiga**.

TABELA 11 — ELEVAÇÃO DE /o/ POSTÔNICO NÃO FINAL

Fatores	Aplicação/Total	%	Peso relativo
Rio Grande do Sul	131/165	79	0.63
Santa Catarina	137/202	78	0.49
Paraná	116/168	69	0.39
Total	404/535	76	

FONTE: VIEIRA (2010).

A frequência alta prepondera nos três estados. A despeito dessa tendência de /o/ postônico não final, há espaço para a variação, como indicam os pesos relativos desfavorecedores da regra no PR (0.39), neutro em SC (0.49) e favorecedor no RS (0.63), que refletem os percentuais de vogal alta que vão de 69% a 79%. E não faltam exemplos da convivência das duas vogais, média e alta, como **apóstolo~apóstulo**.

Expostos os resultados da variação da vogal média, passemos ao rótico.

A VARIAÇÃO DA VIBRANTE

Que a vibrante tem alofones e que tende a apagar-se em posição final é uma das características do português brasileiro. O apagamento da vibrante em coda final é de uso comum: **comê** por comer; **amá** por amar; **vendê** por vender. Com vistas ao apagamento, observe a TABELA 12 com três diferentes análises, reorganizada para fins comparativos por Leal (2016).

TABELA 12 – VIBRANTE EM FINAL DE PALAVRA

Estudos	Aplicação/Total	%	Localidade
Monaretto (2002)	419/511	80	POA
Bertani (1998)	2297/2368	90	SC
Monaretto (2000)	2323/2766	80	Capitais

FONTE: LEAL (2016).

Legenda: POA = Porto Alegre (RS); SC = Santa Catarina.

Dados robustos quantitativamente indicam uso comum do apagamento do rótico em Porto Alegre, em SC e no conjunto das três capitais do sul do país. Para melhor especificação, veja-se a análise em separado de verbos e não-verbos (TABELA 13).

TABELA 13 – VERBOS E NÃO-VERBOS

Estudos	Não-verbos		Verbos		Localidade
	Aplicação	%	Aplicação	%	
Monaretto (2002)	36/466	8	419/446	92	POA
Monaretto (2000)	274/2497	11	2223/2497	89	CUR FLO POA
Silveira (2010)	89/1741	5	1453/1741	95	BL LG PBr

FONTE: LEAL (2016).

Legenda: CUR = Curitiba (PR); FLO = Florianópolis (SC); POA = Porto Alegre (RS); BL = Blumenau (SC); LG = Lages (SC); PBr = Pato Branco (PR).

Seja em Porto Alegre, Monaretto (2002), seja nas três capitais em conjunto, o índice de frequência do apagamento do rótico na posição de coda é alto, uniformemente, e baixo em não-verbos. Esse é o panorama geral. Talvez o ponto mais interessante a considerar seja a alofonia que caracteriza os róticos (QUADRO 2).

QUADRO 2 – ALOFONIAS DOS RÓTICOS NO VARSUL

	POA	FLO	PNB	FLP	LG	BL	CHI	CTB	LON	PB
Ataque	[x]	[r]	[r]	[x]	[r]	[r]	[r]	[r]	[x]	[r]
Coda	[r]	[r]	[r]	[x]	[r]	[r]	----	[r]	[r]	[r]

FONTE: MONARETTO (2010).

Legenda: POA = Porto Alegre (RS); FLO = Flores da Cunha (SC); PNB = Panambi (RS); FLP = Florianópolis (SC); LG = Lages (SC); BL = Blumenau (SC); CHI = Chapecó (SC); CTB = Curitiba (PR); LON = Londrina (PR); PB = Pato Branco (PR).

Esse quadro apresenta os alofones dos róticos presentes na amostra. Monaretto (2010) constata que a fricativa velar, a exemplo de roda [xoda] é encontrada com a frequência

mais alta em Porto Alegre e Florianópolis, exceto em Curitiba e em Londrina. Na coda, o tepe prevalece, a exemplo de mar [**mar**], uma das características do português falado no sul.

O quadro geral, no sul do país, é a vibrante com duas variantes no ataque: a fricativa velar e a vibrante alveolar, e o predomínio do tepe na coda.

EPÊNTESE

Os resultados da análise da epêntese caracterizam-se em dois pontos: o primeiro enfatizado por Collischonn (2002), que considera a epêntese vocálica como regra variável no sul do país, enquanto no PB em geral é tida como regra invariável; o segundo diz respeito à localidade, o foco deste texto. Começamos contando com duas posições da epêntese na palavra: pretônica, como em **objeto**, e postônica, como em **técnica** (TABELA 14).

TABELA 14 — A EPÊNTESE NO INTERIOR DA PALAVRA

	Aplicação/Total	%	Peso relativo
Pretônica – como objeto	225/325	69	0.68
Postônica – como técnica	49/206	24	0.24
Total	274/531	52	

FONTE: COLLISCHONN (2002).

O uso moderado da epêntese que consta do total da TABELA 14 (52%) é um indicativo do seu uso variável no sul do país. Por outro lado, sendo prosodicamente mais perceptível na sílaba pretônica (como em **objeto**, **magnésio**, **opção**) do que na postônica (como em **técnica**, **egípcio**, **étnico**), embora nessa posição haja palavras com alta frequência da epêntese como **rit(i)mo**, é natural que ocorra mais na primeira do que na segunda.

Vejam a distribuição da epêntese nas capitais do sul do Brasil na TABELA 15.

TABELA 15 — A EPÊNTESE NAS CAPITALS

	Aplicação/Total	%	Peso relativo
Porto Alegre	107/183	58	0.63
Florianópolis	64/149	43	0.39
Curitiba	193/199	52	0.46
Total	354/863	41	

FONTE: COLLISCHONN (2002).

Os índices dessa tabela dão suporte à ideia de que a epêntese vocálica é uma regra variável de uso moderado no sul do país. Comparativamente, figura Porto Alegre com o uso maior, seguindo-se Curitiba, ficando Florianópolis com menor uso. Preferir a pretônica e ser de uso moderado é o panorama geral da epêntese vocálica no sul do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, todos os fatos considerados neste capítulo dizem respeito a regras variáveis do PB que, no sul do país, são de uso moderado, independentemente do maior ou menor uso de cada localidade e da regra específica – há as regras de uso avançado, as de uso moderado e as de pouco uso –; porém, no conjunto dos três estados do sul do país, a variação é presença significativa, pois retrata a posição limítrofe dessa parte do Brasil e as três etnias dos diferentes colonizadores da região.

REFERÊNCIAS

- BATTISTI, E. A redução dos ditongos nasais átonos. *In*: BISOL, L.; BRESCANCINI, C. (orgs.). **Fonologia e variação: recortes do português brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 183-202.
- CAMARA JÚNIOR, J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- COLLISCHONN, G. A epêntese vocálica no português do sul do Brasil. *In*: BISOL, L.; BRESCANCINI, C. (orgs.). **Fonologia e variação: recortes do português brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 205-230.
- COLLISCHONN, G.; QUEDNAU, L. As laterais variáveis da região sul. *In*: BISOL, L.; COLLISCHONN, G. (orgs.). **Português do sul do Brasil: variação fonológica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 128-146.
- LABOV, W. **The social stratification of English in New York City**. Washington: Center for Applied Linguistics, 1966.
- LEAL, E. G. Os róticos no Varsul: uma generalização de dados. **Revel**, n. 13, p. 292-319, 2016. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/e1b578f67a254938c9d3d740140dabec.pdf>. Acesso em: 17 maio 2018.
- MONARETTO, V. N. O. **A fonologia nos dados do Varsul**. Comunicação apresentada no Encontro do CELSUL. Curitiba, 2000.
- MONARETTO, V. N. O. A vibrante pós-vocálica em Porto Alegre. *In*: BISOL, L.; BRESCANCINI, C. (orgs.). **Fonologia e variação: recortes do português brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 253-268.
- MONARETTO, V. N. O. Descrição da vibrante no português do sul do Brasil. *In*: BISOL, L.; COLLISCHONN, G. (orgs.). **Português do sul do Brasil: variação fonológica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 119-127.
- QUEDNAU, L. R. **A lateral pós-vocálica no português gaúcho: análise variacionista e representação não-linear**. 1993. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.
- SCHWINDT, L. C.; SILVA, T. B. Panorama da redução da nasalidade em ditongos átonos finais no português do sul do Brasil. *In*: BISOL, L.; COLLISCHONN, G. (orgs.). **Português do sul do Brasil: variação fonológica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 15-30.

- TASCA, M. Variação e mudança do segmento lateral na coda silábica. *In*: BISOL, L.; BRESCANCINI, C. (orgs.). **Fonologia e variação**: recortes do português brasileiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 269-302.
- VIEIRA, M. J. B. As vogais médias das três capitais do sul do país. *In*: BISOL, L.; COLLISCHONN, G. (orgs.). **Português do sul do Brasil**: variação fonológica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 45-62.
- VIEIRA, M. J. B. As vogais médias postônicas: uma análise variacionista. *In*: BISOL, L.; BRESCANCINI, C. (orgs.). **Fonologia e variação**: recortes do português brasileiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 127-159.

{2}

UMA REGRA VARIÁVEL NO PORTUGUÊS DO BRASIL (PB):

artigo diante de possessivo e de
antropônimo: Curitiba (VAR_{SUL})
versus João Pessoa (VAL_{PB})

Odete Pereira da Silva Menon*



MENON, O. P. S. Uma regra variável no português do Brasil (PB): artigo diante de possessivo e de antropônimo: Curitiba (VARSUL) *versus* João Pessoa (VALPB). In: MENON, O. P. S.; FAGUNDES, E. D. (org.). **Estudos sobre o português no Sul do Brasil**. Curitiba: EDUTFPR, 2022. p. 23-51.

—

* Professora das Universidades Federal e Federal Tecnológica do Paraná, é membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPR. É graduada em Letras Português-Latim pela UFPR, mestre em Letras pela Universidade Católica do Paraná (UCP), atual Pontifícia, e doutora em Linguistique Théorique et Formelle pela Université de Paris 7 (Denis Diderot). Coordenadora Regional da Sede PR, é membro do projeto VARSUL desde a sua criação. Atua na linha de pesquisa Sociolinguística e Dialectologia e é pesquisadora bolsista de produtividade nível 2 do CNPq.

INTRODUÇÃO

Em latim não havia artigo: este é desenvolvimento românico¹, a partir do pronome (dito demonstrativo) latino *ille, illa, illud*, fonte também dos nossos pronomes sujeito de terceira pessoa (igualmente inexistentes em latim): **ele, ela**, o arcaico **elo**, e igualmente do pronome objeto direto **lo, la**, depois **o, a**; e do indireto **lhe(s)**. Como já assinalava Said Ali (1964 [1921], p. 96-97), em português foi ocorrendo um incremento no uso do artigo definido (**o, a, os, as**) diante de pronome possessivo (**meu, teu, seu, nosso, vosso, seus**). A partir de quando? Said Ali (1964, p. 96-97, *itálicos do autor*) tenta estabelecer uma cronologia, a partir de um levantamento que fez em obras clássicas:

O POSSESSIVO ADJUNTO PRECEDIDO DE ARTIGO

468. O possessivo adjunto ocorre em português, anteposto a um nome, ora sob a forma simples e originária (*meu, teu, seu, etc.*), ora reforçado com o artigo (*o meu, o teu, etc.*). Não podemos precisar a época do aparecimento dessa segunda forma. Existia provavelmente muito antes dos primeiros documentos escritos. Certo é que o seu emprêgo era relativamente restrito e só de Camões para cá se torna, de século para século, cada mais mais notória a freqüência do possessivo reforçado. Fernão Lopes poucas vêzes se socorria desta forma; em seus escritos ela figura, ao lado de exemplos de possessivo destituído de artigo, em proporção muito pequena: 5 % aproximadamente. Já n*Os Lusíadas* sobe a porcentagem a 30 %, na linguagem de Vieira a mais de 70 % e finalmente na de Herculano a mais de 90 % (*)².

Mais adiante, Said Ali (1964) afirma que, na linguagem pós-camoniã prevalece, em geral, o emprego do “possessivo reforçado”³, como ele define o possessivo antecedido de artigo definido, antes de substantivos. Alguns dos usos em direção contrária estariam

1 Para uma ampla revisão da literatura e retomada da discussão histórica a respeito da passagem do demonstrativo latino ao artigo românico, veja-se Lapesa (1961).

2 (*) “Tal estatística sem pretensões a rigor absoluto foi por mim obtida, examinando, em páginas seguidas, todos os casos (em número de 100 a 150 para cada autor) não sujeitos a regras especiais e **portanto parecendo permitir o emprêgo de possessivo com ou sem artigo**. Ministraram exemplos: Fernão Lopes, *Crônica de D. João*, pág. 161 a 200; Camões, *Lusíadas*, cantos V a VIII; Vieira, *Sermões*, vol. 5, pág. 1 a 45; Herculano, *Eurico*, pág. 1 a 71” (SAID ALI, 1964 [1921], p. 96, com negritos acrescentados). Veja-se o rigor, *avant la lettre*, de Said Ali que, no início do século XX (a sua obra de história da língua portuguesa foi publicada em 1921), efetuou um tipo de levantamento, cotejando um número semelhante de ocorrências (100 a 150) em autores de séculos distintos (do século XV ao XIX), em contextos que permitiriam avaliar se o que hoje chamaríamos de uma variável linguística – **presença/ausência de artigo diante de possessivo** –, estaria em processo de mudança!!

3 O uso de aspas duplas, “ ”, diz respeito a aspectos do significado, sobre o qual se quer chamar a atenção: não cabe, em semelhantes casos, o uso de negrito tal qual o recomenda a ABNT.

sujeitos a regras fixas; outros, porém, “não parecem ser mais do que concessões que a tendência geral faz às vezes às exigências do estilo conciso e elegante” (SAID ALI, 1964, p. 97).

Sobral (2013, p. 520) pode nos indicar mais um referencial no tempo, que coincide com o levantamento de Said Ali no tocante à obra de Fernão Lopes (primeira metade do século XV). Ao defender a necessidade de uma nova edição crítica das versões portuguesas dos *Diálogos de São Gregório*, a partir de quatro testemunhos conhecidos (ABCD), com datação entre fins do séc. XIV e meados do XV (p. 515), ela observa que, no exame de algumas variantes:

É forçoso que o façamos [o trabalho de confrontação entre ABCD] tendo em conta o processo de cópia-refundição, que introduz variantes intencionais ou opera num universo linguístico de equivalências sinonímicas em alternativa restrita. A aplicação a este tipo de textos de uma lógica mecanicamente lachmanniana pode conduzir a problemas insolúveis. **Todos os copistas adicionam ou suprimem aleatoriamente artigos definidos (a seu/ao seu, de/do)**, advérbios de lugar com valor enfático (*hy, já*) pronomes (*lhe/lho, eu nō entēdi/nō entendi, el prometera/prometera*) e conjunções copulativas (*e*); e alternam entre advérbios (*muy/muyto, gram/grande*), conjunções causais (*que/porque/ca*), preposições (*per que/em que, com/per*) e determinantes (*a/aquella*). (SOBRAL, 2013, p. 515, negritos acrescentados)

Essa observação sobre os diferentes manuscritos e a questão da transmissão textual é importante, historicamente, no sentido de estabelecer o quanto o escriba-copista interferia na cópia/transladação do texto-fonte. Assim, nem sempre uma cópia é facilmente datável, ainda que venha com indicação da época em que foi escrita/copiada. Como assinala a autora, diferentes aspectos de variação se fazem presentes nas quatro versões manuscritas dos *Diálogos*. Como fato interessante para a discussão de fenômenos que vêm sendo analisados atualmente, seja a regra de preenchimento do pronome sujeito, ou o uso de artigo definido, vemos que já há vislumbres dessa variação na virada do século XIV para o XV. Sobral (2013, p. 515, negrito acrescentado) diz que os copistas “adicionam ou suprimem **aleatoriamente**⁴ artigos definidos”. Esse “aleatoriamente” pode estar em conformidade com o que postulava Said Ali (1964), sobre um *desvanecimento* (como o *bleaching*, postulado pela gramaticalização) do contraste inicialmente provocado pela presença do artigo junto a um substantivo, devido a ter sido, originariamente, um demonstrativo (porque proveniente do pronome dito demonstrativo latino de terceira pessoa *ille, illa, illud*):

469. A diferença entre os adjuntos *o meu, o teu*, etc., de um lado, e *meu, teu*, etc. do outro, **baseou-se a princípio num sentimento de linguagem que se foi esquecendo com o tempo**. O possessivo, aliado ao que originariamente era um demonstrativo, devia melhor determinar o nome,

4

Negrito acrescentado.

chamar atenção antes para o possuidor do que para a coisa possuída, e o seu emprêgo vinha muito a propósito onde se tornava necessário estabelecer contratos, v.g.: “os senhores e fidalgos que hi eram com elle viam *da sua parte* [i. e. da parte do rei] tantas ajudas” (Fernão Lopes). O princípio da economia (no português antigo), a analogia e outros fatores fizeram porém surgir casos numerosos, nos quais ou se deixou de aplicar o artigo requerido pela clareza, **ou se passou a aplicar, como hoje se pratica, sem visível necessidade** (SAID ALI, 1964 [1921], p. 97, negritos acrescentados).

Então, do valor primeiro, de **dêitico**, mais proeminente – que se obliterou, por alguma razão talvez não mais recuperável –, o artigo teria se tornado menos enfático, perdendo parte da sua significação. Menos forte que naquele contraste estabelecido inicialmente, o artigo definido teria passado a ser meramente **funcional: um determinante, definido**, em contraste agora só com o outro artigo, o **indefinido**.

Também Vieira (2013), tratando da questão das diferenças entre transladar e traduzir, demonstra como tanto os copistas como os que *trasladavam/tralladavam/tresladavam* um texto, por vezes interferiam na linguagem, atualizando-a, para torná-lo inteligível ao leitor coevo:

Esse sentido é também o que principalmente tem o verbo na dedicatória que o corregedor Manuel Álvarez faz a D. João III do *Livro de José de Arimateia*, quando afirma: “E com esta ousadia comecei a *tresladação* do presente livro”, esclarecendo: “nom mudei senam os vocábulos ininteligíveis, que os que se podem entender na antiguidade daquele tempo os leixei ir” (Castro 1984:4). Ou seja, não se trata de uma tradução de outra língua para português; mas tampouco de uma mera cópia, pois o copista procurou fazer uma adequação, ainda que mínima, de acordo com os seus protestos, da linguagem arcaica que encontrara no livro àquela que se falava no século XVI. Nesse caso, estamos diante de uma prática comum na Idade Média, que se tem denominado “tradução intralingual”⁵, isto é, o procedimento que consistia em, diante de um texto escrito numa variedade mais antiga da mesma língua, “rejuvenescê-lo” na nova cópia (BURIDANT, 1983, p. 87-88).

Então, *mutatis mutandis*, poderíamos pensar numa trajetória do artigo definido, de menor para maior uso, como um **rejuvenescimento** do texto: à medida que as cópias de textos antigos iam sendo feitas, em épocas diferentes, talvez a introdução de artigo na cópia mais moderna poderia ser devida somente ao uso que se fazia na época da feitura da cópia. Esse fato poderia ser, inclusive, de caráter mecânico, tal como acontece, às vezes, com a indicação das datas: escrevendo o copista em mil quinhentos e tantos, introduziria automaticamente a datação moderna, ao invés da data real, mais antiga. Isso lança uma

5 Nesta, como em todas as outras citações aqui feitas, segue-se fielmente a grafia dos originais, tanto no tocante às grafias como no uso dos diacríticos.

possibilidade de vertente de pesquisa, ou seja, da verificação em versões de obras e textos antigos feitas nas ditas reformas: a de Zurara (segunda metade do século XV) e, principalmente, na *Leitura Nova*, do tempo de Dom Manuel, em que os textos das chancelarias mais antigas eram “copiados”⁶ na linguagem do século XVI. Além disso, há a possibilidade de se cotejar manuscritos e suas impressões.

Sobre a evolução do incremento do uso do artigo diante de possessivo no português europeu (PE), cobrindo um período que vai do século XIII ao XIX, citamos dois outros trabalhos recentes, que corroboram aqueles resultados de Said Ali, de quase um século atrás: Rinke (2010) e Magalhães (2011)⁷. Partindo da constatação de que – “Enquanto que o artigo definido acompanha geralmente os sintagmas nominais com pronome possessivo no português actual, o mesmo é sistematicamente omitido no português antigo do século XIII” –, Rinke (2010, p. 121) pretende, por meio de estudo quantitativo e qualitativo, demonstrar que “o uso variável do artigo está relacionado com a sua função de marcador de um tópico discursivo”. A análise quantitativa mostra que, nos textos (notariais) do século XIII, “o uso do artigo é excepcional (6%)”, e “continua assim até ao século XVII” (RINKE, 2010, p. 130). No XIX, segundo ela, pela primeira vez o uso do artigo é majoritário nos dados: 86% e “o seu uso generaliza-se” (RINKE, 2010, p. 133). Além disso, “no século XIX o uso do artigo em combinação com os pronomes possessivos generaliza-se, com excepção dos termos de parentesco.” (RINKE, 2010, p. 136). Para além dos resultados quantitativos, a autora conclui, relativamente à sua hipótese inicial, que:

Argumentei que a mudança linguística não afecta o estatuto categorial dos pronomes possessivos, mas está relacionada com a difusão do emprego do artigo definido, que surge primeiramente como marcador de um tópico discursivo e se estende depois a todos os contextos em que um sintagma nominal com possessivo é interpretado como definido (RINKE, 2010, p. 136).

Já Magalhães (2011) parte de textos de autores portugueses nascidos no século XVI para atingir igualmente aqueles nascidos no século XIX, constantes do *Corpus Anotado Tycho Brahe*, para analisar as realizações de artigo, comparando as posições de sujeito e de objeto. Em sua conclusão⁸, ela assevera ter detectado dois momentos na história do uso do artigo diante de possessivo, hoje categórico no PE:

- (i) para sintagmas não preposicionados a variação já existia no século XVI e findou no século XVIII.

6 Ver nota 3.

7 Não tive acesso ao trabalho de Ana Castro (2006), citado por Rinke (2010): *On possessives in Portuguese*. Universidade Nova de Lisboa/Université Paris 8 Vincennes Saint-Denis. Tese de doutoramento inédita.

8 Na conclusão aponta, também, para uma constatação dentro do quadro teórico da gramática generativa “**se o possessivo pode ou não subir para D**”, que não diz respeito a uma análise variacionista, como a de que se trata aqui.

- (ii) para os sintagmas preposicionados a variação começou em meados do século XVII e continuou no século XIX. [...]

Levantou-se também a hipótese da existência de uma competição de gramáticas no PE clássico que foi até o século XIX. Essa mesma competição pode estar acontecendo atualmente no PB (MAGALHÃES, 2011, p. 142).

Assim, ambas as autoras são unânimes ao afirmar que, no século XX, o artigo passou a ser de uso obrigatório no PE, conforme asseveração de Castro (2000, *apud* MAGALHÃES, 2011, p. 125): “Atualmente em Portugal, o uso de artigo diante de possessivo é obrigatório”.

USO DO ARTIGO NO PB


Segundo Monteagudo (2012), se se compara o galego com o PB e com o PE, há mais semelhanças entre o galego e o PB do que entre o galego e o PE. No entanto, o autor afirmou que, diferentemente do PB, no PE a regra de uso é de quase obrigatoriedade do emprego do artigo diante do possessivo e que essa era uma das raras semelhanças por ele registradas entre galego e PE.

Ora, essa afirmativa de Monteagudo (2012) não reflete o emprego real do artigo no PB. Por quê? Ao afirmar que no PE o uso do artigo é de tendência “a fazer obrigatório o uso do determinante”, contrastando com o que ocorreria no PB (dando a entender que não se usa artigo diante de possessivo no PB), Monteagudo (2012, p. 41) se fundamenta em autores (de gramáticas prescritivas, em geral) que não demonstram cabalmente esse (não) emprego, porque não utilizaram dados reais de fala. Quem viaja pelo Brasil afora percebe essa diferença no emprego do artigo definido diante de nome próprio e de possessivo.

Além disso, não há consenso quando se trata do uso de artigo no PB: algumas gramáticas tradicionais dizem que o uso de artigo diante de possessivo no PB é indiferente, conquanto seja quase obrigatório no PE, como em Cunha & Cintra:

A presença do artigo antes de pronome adjetivo possessivo **ocorre com menos frequência no português do Brasil** do que no de Portugal, onde, com exceção dos casos adiante mencionados, ela é praticamente obrigatória (CUNHA; CINTRA, 1988, p. 208, negrito acrescentado).

Porém, há alguns autores que ainda apresentam como regra a omissão do artigo diante de pronome possessivo em certos contextos, v. g. junto a nomes de parentesco (**pai, mãe, tio, irmão**, etc.), como, por exemplo, Cegalla (1988, p. 453), citando Camilo Castelo Branco: “Vendeu Mariana as terras e deixou a casa *a sua tia*⁹, que nascera nele e onde *seu pai* casara.”. O autor acrescenta que “às vezes, a ênfase justifica a presença do artigo:

9  Veja-se a nota 5.

"Viemos ver o meu pobre irmão."", do mesmo Camilo. Todavia, com base em dois exemplos isolados, de um mesmo autor, do século XIX, sem levantamento estatístico, não é possível afirmar que, no segundo caso, haja realmente ênfase, numa época em que já se manifestava na língua um maior preenchimento de artigo junto a possessivo. Além disso, essa norma valia para períodos anteriores da língua e hoje, mesmo para o PE, não corresponde ao uso, inclusive escrito (conforme MENON, 2014, por exemplo).

Na linguagem da imprensa, há normas para o uso de artigo: uma prescrição para um não-uso de artigo, por causa da sua especificidade, no entender dos manuais (da *Folha*, do *Estadão*) normativos da linguagem jornalística, como a prescrição 43 do *Manual de Redação d'O Estado de São Paulo*: "Trate de **forma impessoal** o personagem da notícia, por mais popular que ele seja: *a apresentadora Xuxa* ou *Xuxa*, apenas (e nunca *a Xuxa*), *Pelé* (e não *o Pelé*), *Piquet* (e não *o Piquet*), *Ruth Cardoso* (e não *a Ruth Cardoso*), etc." (MARTINS FILHO, 1997, p. 19)¹⁰. Assim, em Menon (2014), no cotejo de duas traduções da obra *Inferno*, de Dan Brown, ficou evidenciada, na versão brasileira, uma parcimônia extrema no emprego do artigo nos dois contextos, face à profusão de artigos na versão do PE.

Vale ressaltar que, tanto naquele trabalho como neste, o emprego de artigo diante de nome próprio se restringe aos **antropônimos**, visto que os topônimos têm usos particulares, inclusive de caráter diferenciador, como "**em** Curitiba", "**em** São Paulo": não se pode/deve usar um artigo com esses nomes de cidade porque há times de futebol homônimos. Se dissermos "**o/no** São Paulo", "**o/no** Curitiba"¹¹ a referência será o time de futebol, não a cidade... Além disso, há topônimos de difícil marcação de gênero gramatical: Salvador, Niterói, Barretos, Itu, Paranaguá, Cascavel. **A cascavel** seria referência à cobra que levou esse nome por ter cascavel ("guizo, chocalho"); não confundir esse caso com os empregos especificadores: **a** *Salvador dos trios elétricos*; **a** *Niterói do museu de Niemeyer*; **a** *Barretos dos rodeios*; **a** *Itu das coisas desmesuradas*; **a** *Paranaguá do porto exportador de grãos*... Assim como **a** *São Paulo da garoa*, esses casos subentendem a elipse da palavra **cidade**.

O estudo das realizações em diferentes dialetos do PB mostra que o fenômeno se comporta, justamente, de forma variável. Uma primeira distinção seria entre os grupos de dialetos das regiões norte-nordeste em contraste com os das regiões do centro, sudeste e sul do país: *grosso modo*, os primeiros fariam menos uso do artigo diante de antropônimos e de possessivos e os segundos, o contrário (como os exemplos 42-44 registrados em Menon (2014, p. 14)¹² [**da** = **de** + artigo **a**]), retomados abaixo:

10 Veja-se a nota 5.

11 **Coritiba** é grafia antiga de Curitiba, vigente na época de fundação do clube, no início do século XX; e que, como marca registrada do clube de futebol, se mantém até hoje.

12 Veja-se a nota 5.

Norte/Nordeste	Centro-Sul
(42) Esse carro é de Luísa.	Esse carro é da Luísa.
(43) Estou na casa de minha.	Estou na casa da minha mãe.
(44) Mamãe paga todas as despesas.	A minha mãe paga todas as despesas.

No entanto, mesmo no nordeste do Brasil haveria distinções regionais, pois já na década de trinta, Marroquim (1996 [1934], p. 126-127) distinguia diferentes realizações entre Alagoas (sua terra natal) e Pernambuco, dois estados nordestinos contíguos (geograficamente falando):

O SUBSTANTIVO

166. O sujeito, no dialeto do nordeste, nunca se emprega sem o artigo, mesmo quando indeterminado.

Não se diz, por exemplo, como documentou Amadeu Amaral no falar paulista, “*Cavalo tava rinchando*”, “*patão não trabaia hoje*”¹³, e que a canção popularizou:

Tatu subiu no pau
É mentira de mecê.

Aqui, diz o povo: “*O caalo tava rinchano*”, “*O patrão não trabaia hoje não*”, se a frase for em resposta a uma pergunta, ou apenas “*O patrão hoje não trabaia*”, se simplesmente afirmativa.

167. Em Alagoas, os nomes próprios e ainda *mamãe*, *papai*, *titia*, *vovô*, usados como tais, vêm acompanhados do determinativo articular: *o papai saiu hoje*; *a titia está doente*; *a Maria está na escola*.

Em Pernambuco, nos mesmos casos, não se usa o artigo: *papai saiu hoje*; *titia está doente*; *Maria está na escola*.

Entre as populações rurais não se emprega nunca a duplicação *papai*, *mamãe*: diz-se, em geral, *pai*, *mãe*, na conversa direta, e *meu pai*, *minha mãe*, na indireta (MARROQUIM, 1996 [1934], p. 126-127).

Dessa forma, deve-se minimizar um pouco uma distribuição somente regional: o próprio Marroquim, na introdução do seu trabalho, havia manifestado uma oposição a Raja Gabaglia, que afirmava ser baiana a influência civilizadora que teria atingido Alagoas e considerar que Alagoas e Pernambuco teriam “idêntica orientação linguística”:

5. No presente trabalho, estudo a língua popular de Alagoas e Pernambuco, englobando as duas populações debaixo de um só aspecto dialetal.

A formação histórica e étnica dos alagoanos e pernambucanos é uma só, e idêntica é a sua orientação lingüística.

Raja Gabaglia, em citação de Antenor Nascentes, ao fixar as zonas de influência que determinaram as linhas de penetração da civilização no Brasil, diz que “*Pernambuco difundiu a civilização pela Paraíba¹⁴, pelo Rio Grande do Norte e pelo Ceará, que por sua vez a levou ao Acre*”.

...¹⁵ *A influência baiana se estende a Sergipe, Alagoas e a parte do Espírito Santo¹⁶.*

A influência baiana, porém, não se estendeu até Alagoas. O São Francisco foi o grande divisor que delimitou pelo sul a zona de influência de Pernambuco e, pelo norte, a da Bahia.

Histórica, política e economicamente, Alagoas sempre esteve presa e ligada a Pernambuco como um só corpo (MARROQUIM, 1996 [1934], p. 15).

apesar de haver nisso uma certa coerência, à medida que analisa a ocorrência do emprego do artigo diante de antropônimo e de possessivo, numa direção nordeste – sul do país¹⁷.

Além disso, tem havido alguns estudos pontuais sobre o fenômeno no PB, com base em dados do oral, cujos resultados apontam para a grande diversidade que existe no emprego ou não do artigo até em localidades vizinhas, como é o caso estudado por Mendes (2010). O seu objeto de estudo foi desenvolvido em duas comunidades rurais de Minas Gerais: Matipó e Abre Campo, distantes 22 km uma da outra. Segundo ela, “os habitantes de Abre Campo têm como característica de sua fala a ausência de artigo definido diante de antropônimos”. Já “os habitantes de Matipó possuem registrada a presença de artigo definido no mesmo contexto.” (MENDES, 2010, p. 2056). Em comunicação pessoal, a professora Lígia Negri, da Universidade Federal do Paraná, relatou que acontece o mesmo com duas cidades do interior paulista: Salto e Itu. A professora, natural de Salto, diz que lá se usa o artigo diante de nome próprio; no entanto, ali pertinho, na vizinha Itu, não se emprega o artigo definido nesse contexto.

Em Menon (2016a, p. 737), com base em alguns resultados de pesquisas em diferentes variedades do PB, concluímos a discussão observando que “não há, ainda, resultados

14 Seria por influência da fala de Pernambuco que se encontra, no VALPB, em informante mulher, primeira faixa etária, de nível de escolaridade até 8 anos, a realização **de mãe**, como possessivo, sem artigo?: “*Longe demais. + A gente vai na casa de mãe é quase meia hora pra chegar lá. A gente vai de pés ou então de ônibus, no dia que tem dinheiro tudu bem*” (JP16fag175).

15 Veja-se a nota 5.

16 Nesse ponto, Marroquim (1996 [1934]) remete a uma nota (5), citando a fonte do trecho entre aspas (a que adicionamos itálicos): Antenor Nascentes – “O linguajar carioca em 1922, p. 20”.

17 Em comunicação pessoal, Josane Moreira de Oliveira (Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS) confirmou o fato de que já há alguém fazendo o levantamento da ocorrência de artigo diante de antropônimo nos dados do ALiB (Atlas Linguístico do Brasil). Certamente, os resultados deverão revelar até que ponto as afirmações dos historiadores e de Marroquim se confirmam, do ponto de vista linguístico, e se poderão lançar alguma luz sobre o papel da influência da época de colonização de cada região.

em número suficiente para se fazer **qualquer** afirmação categórica sobre o uso ou não do artigo definido diante de pronome possessivo e diante de antropônimo no PB”, e foram propostas quatro perguntas a respeito desse uso:

1. Trata-se de regras idênticas, de um lado, para os dois fenômenos (elas estariam correndo em paralelo)?
2. Existe um *continuum* na mudança entre o PE e o PB, diferindo apenas o período de implementação da regra de maior uso do artigo definido?
3. Haveria, realmente, fatores linguísticos e sociais condicionando diversamente o fenômeno em diferentes regiões do país, no caso do PB?
4. O artigo definido estaria se tornando expletivo em português?

São respostas a essas questões que novos estudos, com mais dados, de diferentes regiões, poderão apresentar. O que temos, no momento, à nossa disposição, são estudos pontuais de algumas amostras, como um levantamento a partir da amostra (parcial) compartilhada do *Projeto NURC* (Norma Urbana Culta), gravações de entrevistas com pessoas de nível universitário, distribuídos por três faixas etárias, feitas na década de setenta¹⁸, nas quatro capitais brasileiras com mais de um milhão de habitantes: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, além de Salvador que, se não tinha ainda o milhão de habitantes segundo o Censo de 1960, apresentava quatro gerações completas nascidas na cidade, o que não tinha Belo Horizonte (que seria a quinta em número de habitantes). Apresenta-se a TABELA 1, resultante do amálgama dos resultados das TABELAS 7 e 8 de Callou e Silva (1997):

TABELA 1 — NURC: USO DE ARTIGO DIANTE DE PRONOMES POSSESSIVOS E DE ANTROPÔNIMOS

Região	Artigo diante de possessivo			Artigo diante de antropônimo		
	Aplic.	%	P. R.	Aplic.	%	P.R.
Recife	59/98	60	.35	12/71	17	.20
Salvador	57/87	66	.38	10/24	32	.30
Rio de Janeiro	280/399	70	.54	27/85	43	.52
São Paulo	147/209	70	.50	20/23	87	.88
Porto Alegre	26/33	79	.70	50/63	79	.81
Total	569/826	68		119/266	45	

FONTE: QUADROS 7 E 8 DE CALLOU E SILVA (1997).

Legenda: **Aplic.** = aplicação; **P. R.** = Peso Relativo

18 Sempre que se fizer referência a uma determinada década, ela corresponderá ao século XX, salvo menção contrária.

que nos permite visualizar claramente o “percurso”¹⁹ de aumento no uso de artigo definido diante de pronome possessivo e de antropônimo, **do nordeste em direção ao sul**: quanto mais ao sul, maior o emprego do artigo, em ambos os casos. As duas capitais da região nordeste²⁰, Recife e Salvador, inibem a ocorrência de artigo nos dois contextos estudados; o Rio de Janeiro está muito próximo do ponto neutro, em ambos os casos (células sombreadas) e, se São Paulo também se encontra a meio caminho da aplicação da regra de emprego do artigo diante de possessivo (peso relativo **.50**, célula sombreada), diante de antropônimo é largamente favorecedor do seu emprego (peso relativo **.88**, em negrito). Porto Alegre, finalmente, no extremo sul do país, é altamente favorecedora do emprego do artigo em ambas as situações, com pesos relativos de **.70** e **.81**, respectivamente.

Um dado metodológico importante a observar: se fosse levado em conta somente o percentual médio – **45%** – de uso dos artigos **diante de antropônimo** nas cinco capitais juntas, haveria uma interpretação desviante dos resultados tomados individualmente: poderia gerar a afirmação de que no PB haveria menor uso de artigo nesse contexto, o que não corresponde à realidade da distribuição verificada. Outro dado é referente ao emprego de percentuais e não de pesos relativos para explicar resultados ou tendências de uso: verifica-se que, **diante de possessivo**, a média percentual do NURC ficaria em 68%, que só seria aproximada do peso relativo de Porto Alegre. Embora a distribuição em percentuais, nesse caso, seja sempre superior a 50%, mesmo nas capitais do nordeste, o peso relativo vem dissipar esse resultado enganoso; é que, nos percentuais, são contadas todas as realizações de todos os informantes. Ora, um ou mais informantes podem usar muito o artigo, enquanto outros usam muito pouco (a **média** mascara, igualmente, essa disparidade de uso). O processo algorítmico do pacote estatístico VARBRUL (ou GOLDVARB) corrige essas anomalias e cada informante vale igualmente, nas rodadas para cálculo da relevância dos grupos de fatores (sociais e linguísticos). São os grupos de fatores que irão calibrar os desvios; por isso, a percentuais aproximados entre Recife e Salvador, de um lado, e Rio de Janeiro e São Paulo, de outro (diferença só de 10%), vão corresponder pesos relativos bastante diferenciados, demonstrando menor aplicação da regra nas duas primeiras capitais (**.35** e **.38**, respectivamente) e um uso relativamente estável da regra nas duas últimas (**.54** e **.50**), além de que Porto Alegre, distante só 9% de São Paulo e do Rio de Janeiro, em termos percentuais, vai apresentar um peso relativo de **.70**, de franco favorecimento da regra de aplicação do artigo.

Com recolha de dados nos anos noventa, o **ALERS** (Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul) incluiu no questionário uma pergunta a respeito do uso de artigo definido

19 Ver a nota 3.

20 Atualmente, o estado da Bahia pertence, geograficamente, à região nordeste do país, como Pernambuco, cuja capital é Recife; entretanto, no início dos anos sessenta, a Bahia era da região leste, assim como o estado da Guanabara, cuja capital era a cidade do Rio de Janeiro. São Paulo, capital do estado homônimo (atualmente, região sudeste), pertencia à região sul, tal como Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul.

diante de antropônimos (mas não diante de possessivo), para os informantes com baixa ou nenhuma escolaridade. O número de pontos de pesquisa em cada estado é diferente, porque proporcional ao número de municípios (Paraná, com 100 pontos; Santa Catarina, 80 pontos; Rio Grande do Sul, 95 pontos); dessa forma, os percentuais são calculados sobre o número de pontos. Os resultados, somente em percentuais, constantes do Questionário Morfossintático 07f, estão dispostos aqui na TABELA 2:

TABELA 2 — ALERS: DISTRIBUIÇÃO DO USO DE ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE ANTROPÔNIMOS, NO SUL DO BRASIL

Uso do artigo	Paraná		Santa Catarina		Rio Grande do Sul		Total	
	Número de ocorrências	%	Número de ocorrências	%	Número de ocorrências	%	Número de ocorrências	%
Com artigo	56	56	51	64	77	81	184	67
Com/sem artigo	23	23	16	20	09	10	48	17
Sem artigo	01	01	08	10	05	05	14	05
RP	20	20	--		01	01	21	08
NP	--	--	05	06	02	02	07	03
RN	--		--		01	01	01	--
Total de pontos	100		80		95		275	

FONTE: KOCH, KLASSMANN E ALTENHOFEN (2002).

Nota: Tabela elaborada a partir dos resultados do QMS 07.f, ALERS, v. 2, p. 318.

Legenda: **RP** = resposta prejudicada; **NP** = pergunta não aplicada; **NR** = não respondeu.

Os resultados percentuais corroboram, internamente na região sul do país, a tendência já verificada nos anos setenta pelo Projeto NURC²¹: à medida que se avança para o sul, aumenta o índice de emprego de artigo definido **diante de antropônimo**: Curitiba apresenta 56% desse uso; Florianópolis, 64% e Porto Alegre, 81% (o percentual dessa cidade, no NURC, com informantes universitários, já era de 79%, na década de setenta). Além disso, se incluíssemos o resultado dos casos em que os informantes ora empregam, ora não empregam o artigo definido nesse contexto, os números seriam mais elevados: Curitiba, 79%; Florianópolis, 84%; Porto Alegre, 91%.

A COMPARAÇÃO CURITIBA *VERSUS* JOÃO PESSOA

Uma contribuição que os dados do **Banco VARSUL** (**V**ariação Linguística Urbana na Região **Sul**), idealizado por Leda Bisol e de realização conjunta das universidades

federais do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (a que, depois, também se agregou a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) podem dar para a descrição desse fenômeno variável do PB, é a possibilidade de testar, com vários grupos de fatores, em que medida ocorre a distribuição do uso de artigo em dois contextos específicos, diante de antropônimo e de pronome possessivo, que constituem regras variáveis no PB, isto é, usar ou não o artigo não altera o conteúdo informacional do SN (Sintagma Nominal).

Trata-se de um banco de dados coletados por meio de entrevistas sociolinguísticas no início dos anos noventa, nos três estados do sul do Brasil, quatro cidades por estado, com estratificação por dois sexos, duas faixas etárias e três níveis de escolaridade. Posteriormente a 1996, quando se acabou de fazer as transcrições para armazenamento em computador, foi-se ampliando, paulatinamente, a amostra, com coleta de informantes de nível superior (só nas capitais) e de uma faixa etária mais jovem (15-24), igualmente nas capitais, além de outras amostras que foram sendo acrescentadas ao banco por contribuição de alunos de mestrado e doutorado, sobretudo na sede UFSC. Também se efetuou uma coleta de recontacto no NURC, na cidade de Porto Alegre, para permitir um cotejo em tempo real com os dados da década de setenta.

Da mesma forma que o VARSUL, o cópús do VALPB (Variação Lingüística no Estado da Paraíba) foi obtido por meio de entrevistas sociolinguísticas feitas igualmente nos anos noventa (iniciado em 1993, conforme Hora e Pedrosa (2001, v. 1, p. 7)), e publicado em cinco volumes, organizados por Dermeval da Hora e Juliene Lopes Ribeiro Pedrosa. A amplitude dos informantes é maior, visto que, além da parte coincidente com a amostra-base do VARSUL, fez-se coleta em João Pessoa de informantes analfabetos e de informantes universitários, além da faixa etária mais jovem, de 15-25 anos, perfazendo **sessenta** entrevistas (contra as 24 de Curitiba, com que se pretende efetuar o cotejo).

Dispondo de duas amostras recolhidas praticamente na mesma época, com a mesma metodologia, a comparação de resultados estatísticos tem o mérito de ser confiável. Porém, como a amostra-base do VARSUL é composta de 24 entrevistas por cidade, procedemos a uma adaptação, fazendo somente o levantamento de dados das entrevistas de João Pessoa que correspondessem aos mesmos perfis disponíveis no VARSUL, no momento em que se iniciou esta pesquisa. Assim, a amostra que serviu de base ao presente estudo não computou dados de João Pessoa correspondentes à faixa etária mais jovem (15-25 anos), nem os das faixas de escolarização correspondentes aos analfabetos e aos universitários. Com isso, ambas as amostras: (i) têm os mesmos perfis; (ii) os mesmos grupos de fatores sociais e linguísticos podem ser aplicados e os resultados comparados.

A AMOSTRA VARSUL

A amostra base do VARSUL (coletada no início dos anos noventa) é constituída de 24 entrevistas sociolinguísticas de cada cidade, distribuída pelos dois sexos (masculino e feminino); duas faixas etárias (adultos jovens e mais velhos); três níveis de escolaridade

(até cinco anos; de cinco a oito anos; de nove a onze anos). Cada estado da região sul escolheu três cidades, além das capitais, para representar as etnias que contribuíram para o povoamento da região, praticamente desabitada em meados do século XIX. Assim, começando pelo **Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, a capital, cidade com origem na fixação de casais açorianos e que se tornou uma metrópole bastante diversificada, do ponto de vista étnico; São Borja representando a situação de fronteira com a Argentina; Panambi a colonização alemã e Flores da Cunha a italiana. Em **Santa Catarina**, a capital Florianópolis é representativa da colonização açoriana da ilha e do litoral; Blumenau, da colonização alemã; Lages, fundada pelos vicentinos, foi posteriormente influenciada pelos gaúchos que ali vieram se fixar na época dos tropeiros que levavam gado e carne salgada (charque) para a feira de Sorocaba, que supria as necessidades das minas gerais de exploração de ouro e pedras preciosas, no centro-leste do Brasil; finalmente, Chapecó, no oeste catarinense, colonizada por gaúchos à procura de terras maiores e mais baratas.

No **Paraná**, o povoamento tradicional se fez pelo litoral, com os vicentinos que, depois de se estabelecerem em Paranaguá, subiram a serra e fundaram Curitiba e outras localidades no centro-sul do estado; no interior, Irati é representante da colonização dos eslavos; Londrina representa a colonização recente do norte-noroeste do estado, por mineiros e paulistas, recrutados pelas companhias de colonização, que vinham trabalhar na derrubada das matas nativas para aproveitamento da terra roxa para o cultivo do café, se fixando na região em meados do século XX; finalmente, Pato Branco, resultado da fixação de gaúchos e catarinenses descendentes daqueles gaúchos fixados no estado vizinho, sempre em busca de mais terras agricultáveis de baixo custo.

Os objetivos das pesquisas sociolinguísticas do VARSUL seriam, além de descrever o português da região sul, verificar se, e em que medida, a colonização diferenciada dos três estados poderia interferir em variação/mudança distintas. Os estudos estão sendo feitos, paulatinamente (na fonologia estão mais avançados²²), e vêm demonstrando que algumas regras variáveis do PB são as mesmas (concordância nominal de número; uso de **nós/a gente**) e no mesmo tempo de variação/mudança; algumas são conservadoras (como, por exemplo, o não-alçamento das vogais médias sobretudo em posição átona final – leite quente, com [e]; menino, com [e] e [o]) e algumas estão menos avançadas que em outros dialetos, como a supressão do pronome reflexivo, já praticamente acabada no dialeto mineiro: **eu arrependi**.

Dessa forma, o trabalho de verificação do uso de artigo diante de nome próprio e possessivo, iniciado nesta versão, pretende contribuir para complementar a descrição e distribuição dessa variável linguística no território nacional e tentar ajudar a deslindar a possível interferência social na diversificação desse uso, já constatada em outros trabalhos.

A AMOSTRA VALPB

Conforme consta da introdução (HORA; PEDROSA, 2001, v. 1, p. 7-8), o VALPB foi iniciado em 1993, “como forma de pesquisar a realidade lingüística da comunidade de João Pessoa” com os objetivos de:

- traçar o perfil lingüístico, em nível fonético-fonológico e gramatical dos falantes da comunidade de João Pessoa, observando fatores estruturais e sociais que interferem no uso da língua;
- desenvolver estudos, em nível fonético-fonológico e gramatical, visando a subsidiar o ensino de Língua Portuguesa em todos os níveis;
- estabelecer comparações, em nível regional e nacional, com estudos realizados, salientando as divergências dialetais e as semelhanças.

Na coleta, utilizou-se a metodologia utilizada pelos trabalhos de Sociolinguística variacionista, com entrevistas realizadas com informantes selecionados aleatoriamente por área, naturais de João Pessoa ou nela morando desde os cinco anos de idade, e sem se ausentar da comunidade por mais que dois anos. A amostra do banco VALPB, com 60 informantes, está estratificada por **sexo**: masculino (30 informantes) e feminino (30 informantes); por **faixa etária**: 15 a 25 anos; 26 a 49 anos e com mais de 50 anos (cada uma com 20 informantes) e **por anos de escolarização**: nenhum; 1 a 4 anos; 5 a 8 anos; 9 a 11 anos; e, mais de 11 anos (12 informantes em cada faixa).

Assim, podemos contribuir com a descrição do uso de artigo diante de antropônimo e de pronome possessivo, para a caracterização do dialeto de João Pessoa, atendendo ao terceiro objetivo fixado pelos organizadores do VALPB (que é igualmente um dos objetivos do VARSUL), com a comparação com os dados do VARSUL da cidade de Curitiba. Assim, duas capitais, uma do nordeste, outra do sul do país, podem nos revelar se a hipótese – de haver menos uso do artigo na primeira e mais na segunda – se confirma ou não.

AS RODADAS ESTATÍSTICAS

Constituída a amostra com os cuidados metodológicos mencionados acima, para permitir o cotejo em igualdade de condições, passou-se ao levantamento dos dados, com a leitura das entrevistas transcritas, para localização dos dados, seguido da codificação segundo os três grupos de fatores sociais (GFs) permitidos pelas duas amostras (7. **sexo** (mf); 8. **faixa etária** (ab); 9. **escolaridade** (pgc)) mais seis grupos de fatores linguísticos: 1. **presença/ausência de possessivo** (cs) (para poder rodar juntas as duas variáveis, a

ausência de pronome possessivo caracterizaria o dado como antropônimo²³); 2. **posição do possessivo**: antes ou depois do SN (*+; utilizou-se a barra / “não se aplica” para os dados de antropônimos, em todos os GFs destinados a testar possessivo com ou sem artigo); 3. **contexto sintático** (pd#Nosc): após preposição, com determinante (outro que não o artigo definido), início absoluto (tópico) ou sujeito, núcleo (para antropônimo ou para possessivo sem núcleo expresso), objeto direto; predicativo do sujeito ou aposto; após conjunção; 4. **pessoa verbal** (12S346GDIV/); 5. **gênero do possessivo** (MF/); 6. **número do possessivo** (SP/).

Codificados os dados, foram submetidos às rodadas iniciais do programa GOLD-VARB e constituídos os arquivos de células. Foram feitas duas rodadas em separado, uma para cada cidade. O tamanho da amostra ficou assim distribuído, em números absolutos, conforme a TABELA 3:

TABELA 3 – TAMANHO E DISTRIBUIÇÃO DAS AMOSTRAS VARSUL E VALPB

Cópus	SN	Antropônimo	Total
VARSL	1396	243	1639
VALPB	2203	290	2493
Total	3599	533	4132

FONTE: A AUTORA.

Veja-se agora, na TABELA 4, a composição da amostra em resultados percentuais: o que imediatamente salta aos olhos é o resultado **diametralmente oposto** das ocorrências de antropônimos com ou sem artigo, nas duas capitais (o número de ocorrências é bastante semelhante): **90%** dos antropônimos no cópus²⁴ VARSUL-Curitiba estavam antecidos de artigos; porém, em João Pessoa (VALPB) somente²⁵ **10%** dos antropônimos ocorreram antecidos de artigo!! No caso de uso do artigo nos SNs com pronome possessivo, os resultados percentuais entre as duas capitais não ficaram muito distanciados, 63% para Curitiba e 54% para João Pessoa, ambos acima de 50%:

- 23 Não encontramos ocorrências de antropônimos com possessivos, como a **minha Maria**. Eventualmente, se aparecer algum caso desses na continuidade dos levantamentos que pretendemos fazer, essa ocorrência será considerada como um SN com possessivo, cujo núcleo é um antropônimo.
- 24 Já há muito tempo venho utilizando a forma aportuguesada cópus, com acento, à semelhança de outros latinismos aportuguesados: bônus, tónus, húmus, câmpus, paroxítonas invariáveis. Isso traz a vantagem de não ter de usar o plural latino *corpóra*.
- 25 Comunicando à professora Hebe Macedo, da Universidade Federal do Ceará (UFC), mas natural de João Pessoa, esse resultado de 10% de antropônimos antecidos de artigo, ela considerou que já era muito alto esse percentual...

TABELA 4 — DISTRIBUIÇÃO DOS DADOS EM PERCENTUAIS: CURITIBA X JOÃO PESSOA

Cópus	SN com possessivo				Antropônimo			
	+Art.	%	-Art.	%	+Art.	%	-Art.	%
VARSUL	887	63	509	37	219	90	24	10
VALPB	1182	54	1021	46	30	10	260	90

FONTE: A AUTORA.

Depois de constituídos os arquivos de células, passou-se às rodadas para obtenção dos pesos relativos, a partir dos quais se pode fazer análise para verificar se estamos diante de variação estável ou de mudança. Procedeu-se, então, à rodada com os dados do VARSUL-Curitiba. E os grupos de fatores selecionados em Curitiba foram: 3, 4, 2, 8 e 6, com Significância 0.031. Na rodada com os dados do VALPB-João Pessoa, os grupos de fatores selecionados foram: 3, 4, 6, 5, 8, 9 e 7, com Significância 0.041. Veja-se na TABELA 5 a distribuição dos GFs selecionados:

TABELA 5 — SELEÇÃO DOS GFs POR ORDEM DE RELEVÂNCIA

Ordem	Rodada VARSUL	Rodada VALPB
1	3 Contexto	3 Contexto
2	4 Pessoa verbal	4 Pessoa verbal
3	2 Posição do possessivo	6 Número do possessivo
4	8 Faixa etária	5 Gênero do possessivo
5	6 Número do possessivo	8 Faixa etária
6		9 Escolaridade
7		7 Sexo

FONTE: A AUTORA.

Vemos que, em ambas as capitais, os GFs mais condicionantes para o uso do artigo foram idênticos e na mesma ordem de seleção: contexto de ocorrência e pessoa verbal. Isso parece apontar para o fato de que são esses fatores linguísticos os mais relevantes para o uso de artigo. Dentre os fatores sociais, só foi selecionado faixa etária para Curitiba; no entanto, para João Pessoa, foram os três, sendo faixa etária o mais relevante, seguido de escolaridade e, por último, sexo. Dos demais fatores selecionados, número do possessivo aparece em ambas as capitais, embora em ordem de relevância distinta (parece ser mais importante para João Pessoa, onde foi o terceiro na ordem de relevância, enquanto em Curitiba foi o derradeiro); e gênero do possessivo foi o último GF linguístico em João Pessoa, antes dos sociais. Em resumo:

- (i) em Curitiba os três primeiros GFs são linguísticos, seguidos de faixa etária, GF social, fechando com número do possessivo;

- (ii) em João Pessoa, os quatro primeiros GFs são de natureza linguística, seguidos dos três sociais, pela ordem: idade, escolaridade e sexo.

Como o GF social idade foi selecionado nas duas capitais, pode-se pensar na hipótese de que o uso do artigo está em processo de mudança, condicionado pelos contextos de ocorrência e a pessoa verbal do possessivo. É o que veremos mais adiante, na análise em separado dos pesos relativos obtidos nas rodadas. Passemos a eles.

O GF 3, **contexto sintático de ocorrência**, foi o primeiro, em ordem de relevância para a variação, em ambas as capitais, conforme exposto na TABELA 6, organizada em ordem decrescente dos pesos relativos mais favorecedores da aplicação da regra (uso de artigo).

TABELA 6 – GF3: CONTEXTO SINTÁTICO DA OCORRÊNCIA

Contexto	CTBA = 1 =	J. Pessoa = 1 =
Preposição: OI/CN	.816	.784
N Núcleo do sintagma	.759	.129
o Objeto direto	.352	.466
# Início absoluto ou sujeito	.334	.464
e Conjunção	.212	.438
s Predicativo ou aposto	.125	.333
d Determinante	.010	.026

FONTE: A AUTORA.

Legenda: OI = objeto indireto; CN = Complemento Nominal.

Podemos constatar que o contexto sintático que mais favorece a ocorrência de artigo é a presença de **preposição** antecedendo o SN, já muito perto do categórico, tanto em Curitiba (.816) quanto em João Pessoa (.784). Os SNs preposicionados correspondem a objetos indiretos (01), (03) e (04); complementos ou adjuntos nominais (04); e, adjuntos adverbiais (02) e (03).

- (01) *Então, mas ele passa numa caldeira, ele passa em mil e uma coisa até ele chegar **na minha sessão** [cc*p1FSmap]²⁶, onde eu trabalhava. (CTB01map0648²⁷)
- (02) *Então, vamos supor, eu, **na minha época** [cc*p1FSmap], [era]- era piá. *Então cé [não]- não estava se ligando o que ia acontecer. (CTB01map0751)

26 A codificação que aparece entre colchetes serve para caracterizar o dado, conforme a chave de codificação explanada anteriormente. O negrito acrescentado é para auxiliar a posição do GF que está sendo analisado.

27 **CTB01map0648** se refere ao informante 01 de Curitiba (CTB), masculino (m), primeira faixa etária (a), escolaridade até cinco anos (p). O número que segue corresponde à localização (linha) na entrevista.

- (03) São ótimos! **Cada um nas suas casas**, [cc*pIFPmbp] né? Tudo de maior (risos). Num tem criança a eles pra aborrecer. Eu gosto **do meus vizinho**²⁸. [cc*p1MPmbp] (JP23mbp246²⁹)
- (04) 249 Você [se] você entra **no seu quarto** [cc*pSMSmbp], feche **a sua porta** [cc*oSFSmbp] e pede em oração, só em pensamento, você e Deus aí Ele lhe atende, porque o inimigo também pode lhe dar. O inimigo é muito sabido::, pa ganhar **a sua alma** [cc*oSFSmbp]. Ele também tem::: ele tem o mesmo poder, agora só que ele não conhece **seu coração** [sc*oSMSmbp] e sua mente::: [sc*cSFSmbp], que Deus não deu essa::: esse poder a ele::, né? Mais o inimigo sabe tudo:: **da nossas vida** [cc*p4FPmbp]. Só não sabe **o nosso coração** [cc*o4MSmbp] e **o nosso pensamento** [cc*c4MSmbp]. (JP23mbp249)

A respeito da importância do contexto [preposição + SN], ver o estudo de Alencar (2009, p. 117) sobre a “emergência do uso variável de artigo definido frente a nome próprio por crianças que estão adquirindo o Português como L1”, a partir de amostras constituídas entre as décadas de setenta e oitenta, pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e pela PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) com crianças paulistas de classe média, filhas de pais universitários (p. 119, nota 1). Alencar (2009) chamava a atenção para o fato de esse contexto já ter sido classificado por Silva (1996, p. 128, *apud* ALENCAR, 2009, p. 124-125) como quase categórico no uso de artigo definido nos dados da cidade do Rio de Janeiro, por ela estudados, a tal ponto que:

Foram eliminados da computação eletrônica todos os dados do tipo “O livro do Pedro está na minha mesa”³⁰ em que os artigos são precedidos por preposição que possa contrair-se com os mesmos, já que estes casos, como sempre vimos, mostram-se praticamente categóricos, no sentido de sempre favorecerem a presença do artigo.

Podemos constatar a força desse contexto sintático no uso do artigo, visto que mesmo João Pessoa, cidade daquela região em que se afirma não haver uso do artigo diante de possessivo, apresenta peso relativo bastante elevado – .784 –, apontando para um uso bastante mais próximo do categórico.

O segundo contexto sintático importante para o estudo foi núcleo (N). Núcleo corresponde às ocorrências de antropônimo, conforme **o (A)lvaro** em (05) ou **Tancredo**

28 Sobre essa construção peculiar da concordância no sintagma nominal no PB – **do meus vizinho; da nossas vida** –, consulte Menon, Fagundes e Loregian-Penkall (2016).

29 **JP23mbp246** corresponde ao informante 23 de João Pessoa (**JP**), masculino (**m**), segunda faixa etária (**b**), escolaridade até 5 anos (**p**). O número que segue corresponde à localização (página) na entrevista. Os códigos de outros informantes são: feminino (**f**); escolaridade de 5 a 8 anos (**g**); escolaridade de 9 a 11 anos (**c**).

30 Veja-se nota 5.

- (11) a gente ainda não paga aluguel, mora aqui ainda **porque** [sc*c1MSfap] **meu pai**, né? deixou esse pedacinho pra gente aqui, mais se for pra dividir tudo, se fossem todos os filhos que precisassem, se fosse pra dividir um pedacinho pra cada um aqui, bah! não cabia. (CTB08fap1133)
- (12) aí a tia pegou, chamou chamou a gente pra ir, né? aí foi eu e **minhas irmã** [sc*c1FPfac], lá em casa são oito. (JP17fac193)

Dos dois últimos GFs, que se apresentam desfavorecedores nas duas capitais, as ocorrências de aposto (13) são poucas e as de predicativo (14-16), também, nas duas amostras:

- (13) só [tinha]- [ai]- tinha a casa **da (A) ?urea** [cs/N///mbc], **sua sogra** [sc*sSFSmbc], e tinha uma casa (hes) não, tinha uma casa [aqui do]- aqui do lado que [era]-[era]- morava **esse meu compadre** [sc*d1MSmbc] **o Afonso** Vieira [cs/N///mbc]. (CTB02mbc0075)
- (14) *Exatamente. [*E]- e o pessoal que usa, a comunidade que usa [não]- não ajuda a zelar pelo posto de saúde que é **deles** [sc+sDMPmap]. *Então eles destroem o que é **deles**. (CTB01map1419)
- (15) Eles: o direito é **deles** [sc+sDMPmbp]. Aí eu era:: cê sabe, moça, você tá vendo **o meu:: tipo** [cc*o1MSmbp], assim, né? (JP23mpb245)
- (16) O maior, acho que é **seø** assaltada. + É **seø** assaltada mehmo. Eu acho eu não eu não sei qual é **a minha reação** [cc*s1FSfac], + acho que é o maior medo é esse. (JP17fac196)

Porém, o último deles responde a um dos objetivos iniciais, porque esses casos correspondem a um uso de **determinantes** outros que não o artigo, incluindo aí os **demonstrativos**, os **indefinidos** e o **artigo indefinido**. Criar um GF incluindo esses outros determinantes foi a única forma de medir a ocorrência deles junto ao possessivo, tendo em vista que constatei, já no levantamento inicial dos dados, o pequeno número de aplicação de casos, o que conduziria, inevitavelmente, a nocautes:

- (17) aqui [ness meu]- **nesse meu terreno** [sc*d1MSmbc] eu tenho um aterro de um metro e sessenta. (CTB02map0210)
- (18) Foi através de [mi] de: **uma amiga minha** [sc+d1FSmbp]. Quer dizer, minha irmã. (JP23mbp245)
- (19) *Daí o maior horto é o do Meio Ambiente daí, que é o0 horto da Barreirinha. *Daí é o do Guabiro tuba. *Tem dois no Guabiro tuba. Daí tem lá no quem vai pro Jardim Náutico, lá, não sei se você conhece? (est) *Tem mais **um horto deles** [sc+dDMPmap] também. (CTB01map1512)

- (20) *Não sei se [as]- as palestras deles [cc+#DMPfag], [as]- as explicações (fala de criança ao fundo), como você deve agir na vida, como você, né? deve praticar a tua vida [cc*o2FSfag] ou- *Que você já tem **aquele nível teu** [sc+d2MSfag] [de]- de como levar a sua vida [cc*oSFSfag], mas0 [eles]- lá, eles dão aquela matéria de como você deve ver (est) [<is->]- isso. (CTB04fag0477)

O objetivo dessa testagem era medir o quanto havia de possibilidade, nas duas amostras, de se usar outro determinante com os pronomes possessivos usados pelos informantes. O resultado mostra que, realmente, essa probabilidade é muito pequena: **.010** em Curitiba e **.026** em João Pessoa.

O **segundo GF** selecionado, em ambas as capitais, foi o da **pessoa verbal**, com dois destaques favorecedores do uso de artigo, para ambas as capitais: os possessivos de terceiras pessoas **dele(a)(s)** e de primeira pessoa do plural **da gente**, com pesos relativos se aproximando do uso categórico, conforme TABELA 7:

TABELA 7 – GF4: PESSOA VERBAL

Pessoa verbal	Curitiba = 2 =	João Pessoa = 2 =
D – dele(a)(s)	.933	.870
G – da gente	.840	.979
4 – nosso(a)(s)	.599	.624
I – indefinido (todo(a)(s), cada, quem)	.383	.385
2 – teu(s) / tua(s)	.377	.219
3 – seu(s) / sua(s)	.319	.427
1 – meu(s) / minha(s)	.315	.380
6 – seu(s) /	.292	.294
S – seu(s) / sua(s) / de você(s)	.229	.319

FONTE: A AUTORA.

Essa seleção, idêntica para as duas capitais, é de extrema importância para a análise da variação. Por quê? Porque neste caso não se trata de uma variação que possa vir a ser decidida pelos falantes, já que é **condicionada estruturalmente**. O novo paradigma de pronome possessivo, cuja estrutura é composta de preposição mais nome [**prep.**+N] é consequência dos processos de gramaticalização de (i) [**de+ele**] > **dele**, inicialmente retomada anafórica de [de + N]; (ii) **da gente** provém de [**de+a gente**], oriundo da passagem de [a gente] indeterminado para o campo da determinação, representando a primeira pessoa do plural³¹.

31 O possessivo **de vocês**, decorrente da gramaticalização de [de Vossa(s) Mercê(s)], só teve duas ocorrências na amostra Curitiba e, por isso, foi retirado do cômputo dos dados.

Ora, essa **composição** parece exigir a presença do artigo antes do núcleo do SN; a ser verdadeira essa premissa, como os pesos relativos acima, muito próximos do categórico, não vai restar margem de decisão para os falantes. Talvez esses casos devam ser retirados das amostras por terem comportamento diferenciado dos possessivos tradicionais, antepostos ao núcleo.

Embora o terceiro GF selecionado na rodada de dados de Curitiba, **posição do possessivo**, antes ou depois do núcleo do sintagma nominal, não tenha sido selecionado para João Pessoa, os resultados da TABELA 7, para pessoa verbal do possessivo, mostram que a posição do possessivo pode estar interferindo no emprego do artigo. A aplicação da regra de uso posição do possessivo em Curitiba apontou favorecimento do uso do artigo quando o possessivo está anteposto ao núcleo, com peso relativo de **.577**. Para ocorrências pospostas, a probabilidade é de **.276**, o que indica que, majoritariamente, ainda é na posição antes do núcleo o maior número de ocorrências de possessivo³². No entanto, a partir dos resultados da TABELA 7, podemos constatar que, com os possessivos estruturalmente pospostos, **dele** e **da gente**, a aplicação da regra de uso do artigo está se mostrando quase categórica, **em ambas as cidades**.

Dentre os possessivos **antepostos** ao núcleo, somente **nosso(a)(s)** se mostra bastante favorecedor para a ocorrência de artigo, nas duas capitais: **.599** em Curitiba e **.624** em João Pessoa. Nesta, o possessivo **seu/sua(s)**, correspondente à terceira pessoa do singular, se encontra na zona de proximidade ao ponto neutro, com **.427**, pois não se encontra a mais de **.10** dele. Entretanto, como se trata de uma capital dentro da zona de menor emprego de artigo diante de possessivo, a interpretação desse peso deve ser a de maior incremento no uso do artigo na localidade.

No que concerne aos **grupos de fatores sociais**, para Curitiba só foi selecionada como relevante a **faixa etária**, em penúltimo lugar. João Pessoa teve os **três** GFs sociais selecionados; porém são todos posteriores, na ordem de relevância, aos linguísticos. No entanto, as diferenças entre os pesos e o ponto neutro não são, em ambos os casos, muito elevadas; o que indica somente um leve favorecimento. A notar que as tendências são opostas na faixa etária: em Curitiba, é a faixa etária mais jovem a que favorece a presença do artigo; em João Pessoa, são os mais velhos a empregar um pouco mais o artigo, conforme a TABELA 8:

TABELA 8 — GF8 — FAIXA ETÁRIA

Faixa etária	Curitiba – 04 ≠	João Pessoa – 05 ≠
a 25-49 anos	.549	.461
b + de 50 anos	.452	.544

FONTE: A AUTORA.

32 Como esse GF só foi selecionado para Curitiba, não se fez tabela alguma: os P.R. são aqueles constantes da rodada estatística.

Um resultado interessante, porque um tanto inesperado, foi a seleção, em terceiro lugar para João Pessoa e em último para Curitiba, do GF **número do possessivo**, conforme a TABELA 9:

TABELA 9 — GF6 — NÚMERO DO POSSESSIVO

Número do possessivo	Curitiba 05 ≠	João Pessoa 03 ≠
Singular	.515	.523
Plural	.407	.363

FONTE: A AUTORA.

Em ambas as capitais, o pronome possessivo no singular parece atrair mais o artigo. Esse tipo de resultado merece uma análise mais fina, voltando aos dados, o que não foi possível para o presente estudo.

O quarto GF selecionado só para João Pessoa, **gênero do possessivo**, apresentou pesos relativos que configuram praticamente empate técnico entre feminino, com **.554** e masculino, com **.445**. Embora haja entre eles pouco mais de **.010**, o distanciamento de ambos em relação ao ponto neutro é idêntico. A conclusão a que se chega com esse resultado é a de que palavras femininas (com possessivo anteposto) estariam atraindo mais o artigo; no entanto, haveria necessidade de voltar aos dados para verificar a ocorrência dos artigos nos possessivos pospostos, que concordam não com o gênero do possuído (o núcleo do SN), mas com o do possuidor, no caso de **dele(a)**. Com relação ao possessivo **da gente**, essa questão parece ser indiferente. E, como só houve dois casos do possessivo **de vocês** em Curitiba, esses dados foram retirados da amostra, pois gerariam nocaute.

Quanto aos últimos GFs selecionados para João Pessoa, **escolaridade**, em sexto lugar, e **sexo**, em último, o que se pode notar, em ambos, é que os pesos relativos estão muito próximos do ponto neutro. Na escolaridade, pessoas com até quatro (ou cinco) anos de escolaridade apresentaram peso de **.535**, praticamente o mesmo daquelas com o dobro dessa escolaridade (de oito até onze anos): **.539**, enquanto que os informantes com escolaridade de cinco a oito anos ficaram abaixo dos outros dois níveis, com **.440**. Sexo apresenta um distanciamento igual entre masculino **.531** e feminino **.479** em relação ao ponto neutro, com diferença entre eles de **.05**, conduzindo à conclusão de que os homens estariam um pouco à frente no emprego do artigo.

Uma observação, ainda, a respeito das rodadas: embora os antropônimos não entrassem nas rodadas nos grupos de fatores 2, 4, 5, 6, exclusivos para testar SN com possessivo, por meio da utilização da barra / “não se aplica”, eles entraram no cômputo dos dados nos GFs 3, 7, 8, 9. Seria o caso de se perguntar se os antropônimos poderiam estar interferindo na seleção dos GFs, desviando os resultados dos SNs. A resposta a isso, como já aventamos, em relação ao GF 3, contexto, só poderá ser respondida num próximo trabalho, que agregará as demais entrevistas das duas amostras.

CONCLUINDO...

Embora a análise tenha deixado alguns pontos em aberto, pudemos verificar alguns desdobramentos para as próximas abordagens: (i) parece ser pouco provável uma análise em pesos relativos com antropônimos, visto que já há nocautes numa das variantes; (ii) há necessidade de rodar os SNs sozinhos, para verificar se não há desvios devidos ao fato de, para alguns GFs, ter havido rodada com os antropônimos. Terá sido essa a razão de os três GFs sociais aparecerem como relevantes em João Pessoa mas não em Curitiba?

No entanto, os resultados se mostraram bastante reveladores³³: (iii) em termos percentuais, ocorreu uma inversão de valores entre Curitiba e João Pessoa no uso de artigo diante de antropônimo: mais ocorrências em Curitiba (90%) e menos em João Pessoa (10%); e este talvez seja um dado interessante (ainda que em percentuais) para a comparação com a TABELA 1, com dados do NURC, pois situa João Pessoa nos limites de Recife e Salvador, na preservação da estrutura (mais antiga) sem artigo; (iv) houve dois GFs idênticos, selecionados na mesma posição para ambas as cidades: **contexto sintático e pessoa verbal**; no primeiro, ficou evidenciado que a **preposição** antecedendo o possessivo favorece de maneira quase categórica a presença do artigo nas duas amostras; no segundo, em razão de os novos possessivos da língua serem formados justamente de [preposição de + N] e terem apresentado pesos próximos da realização categórica, os resultados foram semelhantes: alta ocorrência de artigo com dele(a)(s) e da gente, nas duas cidades; (v) igualmente intrigante é o fato de o GFs número do possessivo (em ambas as amostras) e gênero do possessivo (só em João Pessoa) terem sido selecionados antes dos GFs sociais. Será indício de que a(s) regra(s) de uso do artigo estão caminhando no mesmo sentido do que já ocorreu há pelo menos um século no PE (como os estudos diacrônicos apresentados mostraram), isto é, para uma obrigatoriedade? Pensemos nas afirmações de Said Ali...

Em relação a (iii), caberia ainda uma reflexão histórica. Vários autores comprovaram que no PE foi havendo um incremento no uso do artigo no decorrer dos últimos cinco séculos. Caberia, então, um questionamento a respeito da “colonização”³⁴ por portugueses, em momentos distintos, das diferentes regiões brasileiras, que seguiu uma direção nordeste-sul: poderia ela ser responsável pelas diferenças regionais observadas com os dados do NURC?

A(s) variedade(s) de português trazidas pelas levas de colonizadores nessas diferentes épocas já carregariam as mudanças ocorridas no PE? Em Recife e João Pessoa, correspondendo historicamente ao primeiro ciclo econômico do Brasil (fora a exploração

33 Em princípio, o primeiro GF independente que foi codificado – presença *versus* ausência de artigo – com que se pensava poder dar uma resposta geral sobre uma certa tendência em cada amostra, não foi selecionado pelo programa estatístico GoldVarb. Isso foi intrigante; para tirar a prova dos nove, foi feita uma rodada retirando essa coluna: os resultados foram idênticos àqueles em cuja rodada figurou o GF.

34 Ver nota 3.

do pau-brasil e outras essências), o cultivo intensivo dos canaviais para a produção de cana-de-açúcar, seguida da Bahia (Salvador), ocorreria menor uso de artigo diante de possessivo, como no PE da época (século XVI)? A meio caminho do Nordeste > Sul, o Rio de Janeiro, embora capital do Vice-Reino no século XVIII, teria sofrido um incremento no uso do artigo, trazido pela corte lisboeta fugindo de Napoleão no alvorecer do século XIX?

São Paulo, apesar de ser fundada no século XVI, e depois do ciclo dos bandeirantes, só vai se tornar mais populosa e expressiva no século XIX, sobretudo com a exploração das plantações de café; Porto Alegre, fundada no século XVIII, vai receber um afluxo de imigrantes (os casais açorianos e da Madeira) mais para o final do século XIX, quando se fazia imperativo que se povoasse a região mais meridional do Brasil, face aos avanços dos platinos sobre o território brasileiro. São, também, essas duas cidades do NURC que apresentam maiores índices de uso de artigo diante de possessivo, o que corresponderia ao estágio final de implementação no PE, conforme os estudos atrás citados...

Assim, o que era para ser conclusão abre o espectro das possibilidades de expansão de análise mais acurada, a partir dos resultados aqui obtidos e explanados.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, P. V. Percurso do artigo definido diante de N próprio na fala de crianças em fase de aquisição. **Revista da Abralin**, v. 8, n. 2, p. 117-137, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/52410>. Acesso em: 24 abr. 2017.
- BURIDANT, C. *Translatio medievalis: théorie et pratique de la traduction médiévale*. **Travaux de linguistique et de littérature**, XXI, n. 1, p. 81-136, 1983.
- CALLOU, D.; SILVA, G. M. O. O uso do artigo definido em contextos específicos. In: HORA, D. (org.). **Diversidade linguística no Brasil**. João Pessoa: Idéia, 1997. p. 11-28.
- CASTRO, A. Os possessivos em Português Europeu e Português Brasileiro: unidade e diversidade. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA DE COIMBRA, 16., 2000, Lisboa. **Actas [...]**. Lisboa: Associação Portuguesa de Lingüística de Coimbra, 2000.
- CASTRO, I. **O livro de José de Arimateia**. (Estudo e edição do Cod. ANTT, 643). Dissertação de Doutorado. Inédita. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1984.
- CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 30. ed. São Paulo: Nacional, 1988.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- HORA, D.; PEDROSA, J. L. R. (orgs.). **Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba (VALPB)**, volumes 1 a 5. João Pessoa: Idéia, 2001.
- KOCH, W.; KLASSMANN, M. S.; ALTENHOFEN, C. V. (orgs.). **ALERS: atlas lingüístico-etnográfico da região sul do Brasil**. Vols. 1 e 2. Porto Alegre: UFRGS; Florianópolis; Editora da UFSC; Curitiba: Editora UFPR, 2002.

- LAPESA, R. Del demonstrativo al artículo. **Nueva Revista de Filología Hispánica**, Ciudad de México, v. 15, n. 1-2, p. 23-44, 1961.
- MAGALHÃES, T. V. O uso de artigo definido diante de pronome possessivo em textos portugueses do século XVI a XIX. **Revista Leitura**, Maceió, v. 1, n. 47, p. 123-143, 2011.
- MARROQUIM, M. **A língua do nordeste**. 3. ed. Curitiba: HD Livros, 1996 [1934].
- MARTINS FILHO, E. L. **Manual de redação d'O Estado de São Paulo**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1997.
- MENDES, A. A. A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos moradores da zona rural de Matipó e Abre Campo-MG. **Cadernos do CNLF**, v. 14, n. 4, t. 3, p. 2056-2069, 2010. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_3/2056-2069.pdf. Acesso em: 20 jul. 2016.
- MENON, O. P. S. Diferenças entre o PB e o PE, a partir das traduções de *Inferno*, de Dan Brown. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DAAILP (ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA DO PORTUGUÊS), 3., 2014, Macau. **Anais [...]**. Macau: Universidade de Macau, 2014.
- MENON, O. P. S. Presença/ausência de artigo diante de nome próprio e de pronome possessivo no português do Brasil (PB). In: RAUEN, F. J. (org.). ENCONTRO DA REDE SUL LETRAS, 4., 2016, Palhoça, SC. **Anais [...]**. Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2016a. Disponível em: <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/eventos/sulletras/PDF/Odete-Menon.pdf>. Acesso em: 9 set. 2016.
- MENON, O. P. S. Presenza/assenza di articolo prima di nomi propri e di pronome possessivo nel portoghese brasiliano (PB). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO GSCP, 9., 2016, Nápoles. **Anais [...]**. Nápoles: Universidade de Nápoles/ Universidade Federico II, 2016b.
- MENON, O. P. S.; FAGUNDES, E. D.; LOREGIAN-PENKAL, L. “O meu filho”: vocábulo fonológico? **ReVEL**, ed. especial n. 13, p. 264-291, 2016. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/b6146ca29f0c8c98a72c29a6ff4665a2.pdf>. Acesso em: 17 maio 2016.
- MONTEAGUDO, H. Galego, português e brasileiro no tempo: achegas para unha diacronia comparada. In: LAGARES, X. C.; MONTEAGUDO, H. (orgs.). **Galego e português brasileiro: história, variação e mudança**. Niterói: Editora da UFF; Santiago de Compostela: USC, 2012. p. 37-104.
- RINKE, E. A combinação de artigo definido e pronome possessivo na história do português. **Estudos de Linguística Galega**, v. 2, p. 121-139, 2010. Disponível em: <http://www.usc.es/revistas/index.php/elg/article/view/1511>. Acesso em: 17 maio 2016.
- SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. ed. rev. e anotada por Maximiano de Carvalho e Silva. Brasília: Editora UnB, 1964 [1931, 1923, 1921].
- SILVA, G. M. O. Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico. In: SILVA, G. M. O. & SCHERRE, M. P. (orgs.). **Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**, 1996. p. 119-145.
- SOBRAL, C. A tradução portuguesa dos diálogos de S. Gregório: revisão estemática. In: ÁLVAREZ, R. *et al.* (orgs.). **Ao sabor do texto: estudos dedicados a Ivo Castro**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2013. p. 515-527.

VIEIRA, Y. F. Tornada em linguagem palavra per palavra. *In: ÁLVAREZ, R. et al. (orgs.). Ao sabor do texto: estudos dedicados a Ivo Castro.* Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2013. p. 545-560.

{3}

**A GRAMATICALIZAÇÃO DO
VERBO IR NA CONSTRUÇÃO
DE NOVAS CONJUNÇÕES:**

vamos que, vai que, vá que

Edson Domingos Fagundes*

FAGUNDES, E. D. A gramaticalização do verbo ir na construção de novas conjunções: *vamos que, vai que, vá que*. In: MENON, O. P. S.; FAGUNDES, E. D. (org.). **Estudos sobre o português no Sul do Brasil**. Curitiba: EDUTFPR, 2022. p. 53-71.

—

* Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, é graduado em Letras Português-Alemão pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre e doutor em Letras pela UFPR e pós-doutor em Linguística, com foco em Sociolinguística e Dialetologia, também pela UFPR. Atua na linha de pesquisa de Variação e Mudança Linguística e participa como membro do grupo de pesquisa VARSUL – PR.

INTRODUÇÃO¹

O que ensejou o desenvolvimento deste trabalho foi a pesquisa (FAGUNDES, 2007) realizada a partir de entrevistas do banco-base da Variação Linguística Urbana no Sul do Brasil (VARSUL) – Paraná, composta por informantes de 25 a 49 anos e acima de 50 anos. Na ocasião, buscamos analisar as ocorrências de modo subjuntivo e as possibilidades de variação com o modo indicativo em um *cópus*² constituído a partir de 2.718 dados. Nele, foi verificada uma quantidade razoável de conjunções subordinativas. Supondo que muitas delas poderiam estar condicionando o uso dos dois modos verbais, procurou-se, enquanto trabalho acessório da pesquisa, realizar as seguintes tarefas:

- a. fazer um levantamento dessas conjunções;
- b. identificar com quais conjunções estaria ocorrendo a alternância no uso dos modos verbais;
- c. se haveria ocorrência de alguma nova conjunção em uso nesses contextos.

Do resultado desse trabalho de 2007, destacamos o terceiro item e, com ele, passamos a compor e construir a presente pesquisa.

Apesar do número pequeno de ocorrências encontradas na ocasião – uma para **vamos que** (acompanhada de modo subjuntivo) e uma de **vai que** (acompanhada de indicativo), os dois casos referem-se a falantes da faixa etária mais velha do VARSUL, isto é, acima de 50 anos; – entendemos que o tema deveria receber um tratamento mais cuidadoso, uma vez que o uso desses recursos, em especial **vai que**, **vá que**, tem sido recorrente na língua oral, podendo ambas as conjunções ser encontradas em diferentes momentos da produção cultural e na televisão. Assim, em levantamento posterior em textos da internet, constatamos haver grande volume de dados à disposição, justificando que o tema mereceria, talvez justamente por isso, ser investigado e, para tanto, propusemos alguns passos a serem desenvolvidos, que expomos a seguir.

Numa primeira etapa, foi feita a transcrição das entrevistas dos falantes da faixa etária mais jovem – 14 a 24 anos – do banco VARSUL, coletadas em 2002 sob a supervisão de Loremi Loregian-Penkall na cidade de Curitiba. Com isso, pretendíamos, primeiramente, fazer o levantamento de dados dessa faixa etária mais jovem, tendo como hipótese central que talvez esses falantes estivessem produzindo uma quantidade maior dessas conjunções e, como investigação acessória, verificar se haveria algum condicionamento de ordem

1 O presente trabalho é resultado da pesquisa de pós-doutorado realizada sob a supervisão da Prof.^a Dr.^a Odete Pereira da Silva Menon na Universidade Federal do Paraná (UFPR) no primeiro semestre de 2015.

2 Vou utilizar a forma aportuguesada *cópus*, com acento, à semelhança de outros latinismos aportuguesados: *bônus*, *tônus*, *húmus*, *câmpus*, *paroxítonas invariáveis*. Isso traz a vantagem de não ter de usar o plural latino *corpora*.

linguística ou extralinguística que poderia estar interferindo na escolha dos falantes. Constatamos não haver, nessa amostra, nenhuma ocorrência do fenômeno buscado e, portanto, não foi possível a constituição de um *córpus* a partir dessas entrevistas.

Em seguida, realizamos um novo levantamento de dados em textos da internet e de algumas peças publicitárias veiculadas pela televisão, assim como em textos literários do Brasil e de Portugal. Esperávamos, então, com base nesses novos dados, poder tratar do fenômeno em questão, isto é, apresentar um esboço do perfil histórico desenvolvido pelas formas **vá/vai/vamos+que**, conforme apresentamos a seguir. Consideramos que a forma **vamos que** é a mais antiga das três, decorrente da gramaticalização de **vamos supor que...**, concorrente de **suponhamos que...**, ambas introdutoras de hipóteses.

TEORIA, METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE AÇÃO

A teoria que embasa o trabalho é a Teoria da Variação e da Mudança Linguística que, segundo Weinreich, Labov e Herzog (1968), nasceu em um momento sócio-histórico em que a linguística – inicialmente dominada pelas ideias de Saussure (início do século XX) e, mais tarde, por Chomsky (por volta dos anos 60 do século XX) –, privilegiava os estudos linguísticos focados em fatos estruturais das línguas. Foi no Simpósio **Direções para a Linguística Histórica**, realizado em 1966, nos Estados Unidos da América (EUA), que houve uma renovação dos estudos linguísticos, em que a diacronia e a linguística histórica puderam ser reintroduzidas no cenário dos estudos linguísticos.

A partir da década de 1950, surgiram as primeiras pesquisas sociolinguísticas, como a tese de doutorado de Weinreich, orientador de Labov, cuja carreira foi precocemente interrompida. Foi com as pesquisas de Labov (1966 *apud* LABOV, 2008) que a sociolinguística se estabeleceu como teoria e metodologia para a investigação da língua em uso, privilegiando não somente fatos internos, mas também externos à língua.

O trabalho de Labov não se coloca à margem de uma linguística da língua, pois ele considera que esta só tem sentido num contexto social. Isto é, diferentemente de Saussure e Chomsky, Labov parte do princípio de que há uma estrutura heterogênea na língua que é falada por uma comunidade ou grupo social. Seu foco de interesse não são as formas regulares, mas as variantes – formas alternativas de se dizer a mesma coisa, permitidas pela própria estrutura da língua e motivadas por condicionamentos externos, uma vez que a variação é um fenômeno natural nas comunidades de fala. Com isso, Labov pretendia evidenciar que existem regularidades na variação, demonstrar que esta é sistemática e previsível. Logo, há diferenças entre utilizar os dados de uma língua efetivamente em uso nas comunidades de fala e uma ciência da parole ou uma ciência do **desempenho**, que trabalham com uma língua **ideal**.

A fim de abordar a variação inerente das línguas, Labov amplia o conceito de regra da gramática para propor o de **regra variável**. Esta última deve ter frequência de uso expressiva e estar sujeita à interferência tanto de fatores **linguísticos** (fonéticos, fonológicos,

morfológicos, sintáticos e semânticos), quanto de fatores **sociais** (faixa etária, sexo, grau de escolarização, classe social, etnia, etc.). Portanto, uma vez detectada a variação e examinados os contextos em que esta se insere, os fatores condicionantes podem vir a apresentar um padrão elevado de sistematicidade, evidenciados pelos resultados do programa estatístico ao qual os dados sejam submetidos.

Resumidamente, a postura variacionista assume que:

- a. existe uma relação sistemática entre língua e pressões internas do sistema linguístico, de um lado, e forças sociais sobre a comunidade, de outro;
- b. a ideia de que a variação é inerente ao sistema linguístico e que a noção de heterogeneidade não é incompatível com a noção de sistema;
- c. não há dissociação entre estrutura e homogeneidade, uma vez que a variação não existe só na comunidade mas, inclusive, na fala de uma mesma pessoa;
- d. como a variação não é aleatória, mas governada por restrições linguísticas e extralinguísticas (sociais), os fenômenos linguísticos variáveis, expressos por duas ou mais variantes com o mesmo valor referencial, apresentam tendências regulares passíveis de serem descritas e explicadas por restrições de natureza linguística e extralinguística;
- e. são os dados produzidos em situações reais, isto é, dados empíricos e não dados da intuição linguística que revelam uma dada língua, bem como os seus caminhos de variação e mudança.

Apresentamos, a seguir, algumas das formulações a respeito da **gramaticalização**, das quais nos valem para construir nossa reflexão.

GRAMATICALIZAÇÃO

A **gramaticalização**, processo assim nomeado por Meillet (1982 [1912]), mas que remonta ao séc. XIX, com Humboldt, constitui um procedimento histórico de transformação de unidades linguísticas autônomas em unidades gramaticais ou já gramaticais em mais gramaticalizadas. Meillet (1982 [1912], p. 135), ao tratar de **grupo de palavras**, distingue palavras principais de acessórias, fazendo referência a graus intermediários entre as duas: “*Et il y a les degrés intermédiaires entre les mots principaux et les mots accessoires*”. O autor ressalta também o efeito da frequência de uso sobre o valor expressivo das novas formas linguísticas ou da combinação de palavras. Além do texto clássico de Meillet, nos valem de outros trabalhos já desenvolvidos sobre o assunto, como os de Traugott e Heine (1991), Castilho (1997), Gonçalves, Lima-Hernandes e Casseb-Galvão (2007) e Hopper e Traugott (1993), por exemplo.

Neste trabalho vamos tratar do processo de gramaticalização envolvendo as formas **vamos que**, **vai que** e **vá que**. Interessa-nos investigar e esboçar o provável percurso que essas formas percorreram.

Conforme Longhin-Thomazi (2010, p. 135, grifo nosso), a construção – que ela denomina de perifrástica – “[...] **vai que** é uma produção recente de uma estratégia bastante antiga do sistema conjuncional”. Segundo Longhin-Thomazi (2010, p. 135), o que caracteriza essa estratégia é a presença da “[...] representação «X que»” constituída a partir de “uma variável que é preferencialmente preenchida por nomes, verbos e advérbios”.

A partir das considerações até aqui apresentadas, voltamos nosso olhar para o tema que justifica este trabalho.

POR QUE ESTUDAR A VARIAÇÃO **VAMOS QUE**, **VAI QUE** E **VÁ QUE**?

O termo gramaticalização, como vimos, foi criado por Meillet (1982 [1912]), a partir de uma discussão já existente entre os linguistas do século XIX. Para ele, gramaticalização é um tipo de *continuum*, ou seja, um processo unidirecional segundo o qual itens lexicais, em determinados contextos, passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, podem continuar a desenvolver novas funções gramaticais.

Na oralidade do português do Brasil (PB), há um número razoável de novas conjunções, conforme pudemos constatar em Fagundes (2007); especialmente porque não há registro ou menção nos manuais de Gramática Tradicional (doravante GT) ao uso ou surgimento destas novas conjunções no contexto da língua³. Contudo, não é só o interesse nas novas conjunções que motiva este trabalho; mas também a possibilidade de descrever um possível percurso para o processo de gramaticalização de **vá/vai/vamos+que**, e assim compreender o processo de formação e surgimento de novas conjunções.

PROCESSO DE GRAMATICALIZAÇÃO DO VERBO **IR** E O NOVO LEVANTAMENTO DE DADOS

Fagundes (2007) arrola uma quantidade razoável de conjunções subordinativas que, a nosso ver, podem ser consideradas como inovação dentro da língua. Na ocasião, levantamos e registramos o conjunto dessas ocorrências, aguardando o momento propício para dar a elas um tratamento adequado.

Dentre os casos encontrados, destacamos, para este estudo, **vai que** e **vamos que**, conforme ilustram os dois únicos exemplos encontrados naquela amostra:

3 Essa afirmação não se aplica, evidentemente, a obras como as de Said Ali (1964), que discorre amplamente sobre o assunto.

- (01) De bicicleta. Ele que acudiu. Você vê, é perigo pra ele também, né? **Vai que** o piá pisa num caco de vidro ou cai de mau jeito, né? É uma coisa que, né? (hes) era pra eles tomarem uma iniciativa e fazerem alguma coisa, né? (CTB 08 F B PRI 0160⁴)
- (02) [...] namorando, e fazendo proposta. [Ele não]- ele tinha sempre o pé atrás, pois ele- quando a gente está bem, né? Se **vamos que** não dê, se a gente dá um passo e não dê certo, né? Mas ele começou ver os (“pró, tá”) e mudou. É a maior empresa de exportação do mundo. (PBR 11 F B SEG 0659)

Para que pudéssemos estudar o fenômeno em questão, como já mencionado, se fez necessário abordar a questão sob o viés da gramaticalização.

Dado o histórico do trabalho que desenvolvemos, buscamos interpretar a gramaticalização, segundo a ótica da mudança linguística, ou seja, o fato de constituir-se numa vertente dos estudos de mudança linguística (GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 15, grifo do autor), tendo em vista que:

Dentre os vários processos de mudança linguística, a gramaticalização é considerada um dos mais comuns que se tem observado nas línguas em geral. A constante renovação do sistema linguístico – percebida, sobretudo, pelo surgimento de novas funções para formas já existentes e de novas formas para funções já existentes – traz à tona a noção de **gramática emergente**, concepção assumida de modo explícito ou não por vários estudiosos da gramaticalização.

Sobretudo, nos interessa caracterizar que o processo de gramaticalização pode ser resumido enquanto fenômeno em que as unidades linguísticas podem perder a complexidade semântica, liberdade sintática e, em certos casos, substância fonética, que nos parece ser o caso das novas conjunções encontradas nos dados com que trabalhamos.

Um dos princípios essenciais que orientam a gramaticalização, retomado por Gonçalves *et al.* (2007), é o da unidirecionalidade, isto é, o de que uma mudança segue sempre um caminho único, passando do mais lexical para o mais gramatical.

“Metaforicamente falando, a unidirecionalidade seria o bisturi que recorta um tipo específico de mudança, a que promove o rebaixamento de categoria de um elemento, rumo a uma estrutura mais gramatical, e nunca o contrário” (GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 41).

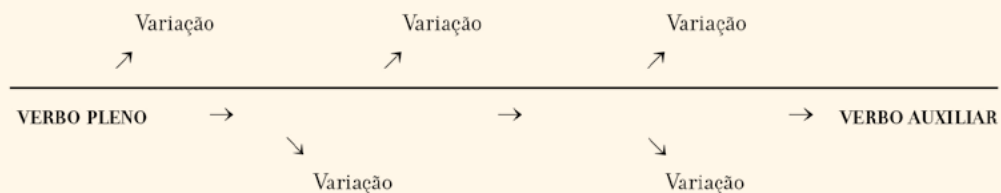
Nesse processo de passagem do mais lexical para o mais gramatical há a presença de forte motivação metafórica; em outras palavras, um dos mecanismos do processo de gramaticalização é aquele em que o uso de um item de domínio concreto passa a ser empregado em um domínio mais abstrato, como procuraremos demonstrar adiante.

4 **CTB 08 F B PRI 0160** se refere ao informante 08 de Curitiba (CTB), feminino (F), segunda faixa etária (B), escolaridade até cinco anos (PRI). O número que segue corresponde à localização (linha) na entrevista. Conforme Knies e Costa (1995).

A seguir, apresentamos um esboço da gramaticalização envolvendo o verbo **ir**. Primeiramente, considerando-o como verbo pleno, para indicar deslocamento espacial; depois, como verbo auxiliar na construção da perífrase de futuro, descrevendo o deslocamento temporal ou projetando um movimento futuro e, por fim, no caso em estudo, da redução de uma forma ambígua – futuro ou imperativo? – **vamos supor que**, em que perde o verbo pleno **supor**, reduzindo-se a **vamos que**, quando é usado na construção de uma concepção mais abstrata.

O processo de gramaticalização do verbo **ir**, conforme nos interessa demonstrar – de verbo pleno para auxiliar – é explanado por (MENON, 2003, p. 80):

[...] a linha contínua marca o processo de gramaticalização da forma estudada, tomada absolutamente. No entanto, para assumir novas funções, ele vai conquistando espaço ao concorrer com outras formas linguísticas (representadas pelas flechas oblíquas) e pode ir penetrando em contextos menos representativos, minando a estabilidade da forma concorrente, ao mesmo tempo que vai assumindo o novo significado e / ou perdendo o próprio (*bleaching*). As duas formas podem concorrer por breves ou longos espaços no tempo e a forma inovadora assume o lugar da anterior, não sem diferentes nuances a princípio mas, depois, ao desbancar a forma antiga, com o mesmo significado referencial.



Assim, a fim de ilustrar esse processo, podemos considerar os exemplos (casos em que o verbo **ir** é intransitivo relativo, pois exige sempre um complemento preposicionado):

(03) ...com a nau de guerra que *ia* para a Bahia... (ML, p. 67)⁵

(04) ...os meyrinhos e os corregedores quando *vam* pela terra pera correr... (CP, p. 31)⁶

Esses exemplos nos apresentam a forma plena do verbo **ir**; além desses, há o emprego em que ocorre seguido de infinitivo (5), particípio (6) e gerúndio (7), o que, conforme observa a autora, não é novo na língua portuguesa:

5 *Cartas do Rio de Janeiro do Marquês do Lavradio 1770-1771* (LAVRADIO, 1963).

6 *Cortes Portuguesas 1325-1357* (CORTES, 1982).

(05) ...mãdou dizer ao padre se queria *yr ver* o seu jardim (PE, p. 15)⁷

(06) ...virão ao horizonte do mar o batel *yr atravessado*... (PE, p. 22)

(07) *Eu vou vivendo* sem novidade... (ML, p. 57)

Segundo Menon (2003), a perífrase de futuro se originou de uma transformação sintática na ordem dos constituintes da frase, com o deslocamento do adjunto adverbial de lugar (=destino) para o final da frase (embora seja permitido o deslocamento do advérbio para outra posição, a fim de topicalizar algum item), fazendo o segundo verbo ficar ao lado do verbo *ir*, como em (5), **yr ver**, em que *ver* designa a finalidade (de uma construção anterior, mais extensa, **ir ao jardim com a finalidade de vê-lo**), que se pode verificar em (4), pela paráfrase: **os meirinhos e corregedores vão pela** (por/para a) **terra pera** (=para) **correger**, isto é, aplicar as leis. Conforme Menon (2012, p. 691-692, grifo do autor):

Quando, então, o deslocamento espacial começa a ser recategorizado em aspecto temporal? Cremos poder responder a essa questão, a partir da constatação de que uma mudança na sintaxe da língua – a da posição do advérbio na frase – desencadeou modificações na ordem dos constituintes, o que permitiu considerar que, se alguém vai a X para fazer Y, é porque isso ainda não aconteceu e, portanto, pertence ao domínio do não-realizado. Em Menon (2011⁸) apresentamos as diferentes posições do verbo IR e do infinitivo que encontramos em ZURARA (*circa* 1463), isto é, na mesma obra, os três contextos que levaram à interpretação de futuro, com a posterior fixação da ordem [AUX + INF]:

(04) Ally **foy** o comde **a fallar** a *Mose Martym* (ZURARA, p. 340);

(05) E o mouro _ **foy** llogo **fallar** ao *velho*... (ZURARA, p. 345);

(06) porque parecee que **vay fallar** a *seu rey*. (ZURARA, p. 661).

E por que o português, diferentemente do espanhol, não conservou a preposição a (07) entre o auxiliar e o infinitivo?

(07) E açertou-se que, ao tempo que elles começavã d'apareçer, os nossos estavã prestes pera hyr a atalhar a terra... (ZURARA, p. 707).

Além da possibilidade de incluímos IR no rol dos verbos com diferentes regências e preposições (Ø, A, DE), como começar, costumar e dever (ver em (01) as abonações dessa alternância), novamente estamos diante de uma mudança encaixada: as perífrases de gerúndio [estar, andar, ficar, continuar + gerúndio], em Portugal, começaram a ser substituídas pela construção [AUX + A + INF], no decorrer do século XVIII (MENON, 2006, 2008).

7 *Peregrinação de Fernão Mendes Pinto 1614* (PINTO, 1945).

8 Data correspondente ao envio do resumo, consulte Menon (2012).

Como perífrase verbal de futuro, concorrendo com o futuro sintético, vai se fixando na língua até que, no século XX, começa a suplantá-lo o futuro antigo, sintético. Chega-se, então, a **vou ir** que é “[...] a prova da total gramaticalização da perífrase” (MENON, 2003, p. 87), uma vez que o verbo **ir**, gramaticalizado, é auxiliar do verbo pleno **ir**. Um exemplo disso está na música de Gustavo Lima, **Furacão**, de 2011⁹, em cujo refrão consta o seguinte verso:

(08) “Eu **vou ir** morar na lua” (FURACÃO, 2011).

O exemplo a seguir foi retirado em busca aleatória na internet:

(09) “Meu namorado **vai ir** pra balada sábado com os colegas dele e ele não quer que eu vá o que eu faço?” (YAHOO, [2009?]).

Além de Menon, outros trabalhos buscam descrever e exemplificar o processo envolvendo a construção das formas de futuro, tratando também a perífrase verbal e a gramaticalização com o verbo **ir**, enquanto auxiliar de futuro, dentre eles Gibbon (2000, 2014), Oliveira (2006), Strogenski (2010), Silva (2010), por exemplo.

Assim, no momento em que o verbo **ir** assume a função de verbo auxiliar na representação do tempo futuro, a construção de hipóteses e suposições dentro da língua passa a contar também com novas possibilidades, e a perífrase acumula valor semântico de imperativo (devido, provavelmente, ao fato de que, no português moderno, **vamos** tanto é forma do presente do indicativo (antigo **imos**) como do subjuntivo¹⁰). Ou seja, além de **digamos que**, **imaginemos que**, **suponhamos que**, etc.; temos agora **vamos dizer que...**, **vamos imaginar que...**, **vamos supor que...**, por exemplo. E é justamente esse tipo de construção que nos interessa considerar.

A observação feita por Dias (1918, p. 66) é digna de menção no que se refere ao fato de que: “[...] às vezes a 1.^a pess., fallando de si, emprega, por modéstia, o plural do pron. da 1.^a pess., em vez do singular. Fazem isso principalmente os autores de obras clássicas”. Isso justifica o uso da primeira pessoa do plural, o chamado **nós de modéstia**. Assim, a forma mais antiga seria essa e, com base nesse uso que passou a ser muito frequente, e deu origem a **vamos que**, estendeu-se o processo ao **vai/vá que**.

Nesse processo, de o verbo **ir** passar de verbo pleno a auxiliar, a ideia de deslocamento espacial que ele encerra passa a expressar, também, o deslocamento temporal, seguindo o seguinte esquema de movimento:

Deslocamento Espacial > Deslocamento Temporal > Conceito

9 (FURACÃO, 2011).

10 Conforme Menon (comunicação pessoal).

O esquema nada mais é do que um desdobramento da escala apresentada por Heine, Claudi e Hünneimayer (1991) para explicitar o rumo do processo de gramaticalização, que se movimentaria do mais concreto (pessoa) em direção a uma abstração crescente (qualidade):

Pessoa > Objeto > Atividade > Espaço > Tempo > Qualidade

Dessa forma, aplicando essa escala ao processo de gramaticalização do verbo *ir*, chegamos ao que Longhin-Thomazi (2010, p. 146, grifo do autor) qualifica de perífrase verbal representada por **ir+que**:

As ocorrências de **vamos que**, ora contínuas (**vamos que**), ora descontínuas (**vamos ... que**) sinalizam uma instabilidade em torno do emprego da construção (que ainda estaria em processo de cristalização), e permitem interpretar **que** como conjunção integrante de «verbos preenchedores» tais como **supor**, **dizer** ou **pensar**, que poderíamos introduzir por meio de perífrases do tipo «vamos (supor, dizer) que realize ... », nas quais **vamos** ainda preservaria traços de verbo auxiliar.

Buscamos, então, levantar alguns exemplos de uso da perífrase também em textos literários de diferentes épocas, com o intuito de documentar o fato de que esse uso não está restrito somente à linguagem oral. O primeiro exemplo (10) retiramos de Nelson Rodrigues (*1912-†1980), publicado sob o pseudônimo de Suzana Flag:

- (10) – Juro que ele nunca me beijará.
 – Você diz isso agora.
 – Direi sempre. **Vamos que** eu me case com ele.
 Para salvar papai. Mas só se ele jurasse não me pedir nunca um beijo. Assim, ainda podia ser.
 – Que infantilidade, Leninha! Você acha então, que um marido vai aceitar isso?
 (FLAG, 1998, p. 109-110, grifo nosso).

O exemplo (11) é de Álvaro Cardoso Gomes (*1944-)¹¹:

- (11) Já sei de quase tudo, Jorge, sei que Dona Nhanhá tinha caso com o negro. Gonçalo, queres um conselho? É melhor ficares de boca fechada. **Vai que** o negro escute tudo e conte a Dona Nhanhá. Ele está dormindo como uma pedra, Jorge e, depois, quem é que não sabe disso no engenho? (GOMES, 1997, p. 133, grifo nosso).

11 Conforme critérios de editoração, usa-se o asterisco para indicar data de nascimento e o símbolo da cruz para indicar data da morte; quando o autor ainda é vivo, insere-se somente a data de nascimento, seguida de hífen.

Em ambos autores do século XX, Rodrigues no início, Gomes em meados, notamos o uso de uma e de outra forma, demonstrando que também na literatura elas já haviam sido incorporadas às falas das personagens. Com isso, demonstramos que esse uso não é assim tão recente e nem está restrito à linguagem oral.

O uso feito pela mídia, em especial pelo cinema, pela televisão e em peças publicitárias, talvez tenha aguçado a percepção dos falantes, como se o fenômeno fosse, de fato, recente. Assim, vejamos alguns desses casos.

O título do filme, lançado em março de 2013, *Vai que dá certo* (2013b) e o título da série de televisão do canal Multishow *Vai que cola* (2013a) ilustram a apropriação das formas feita por parte da mídia como um elemento da linguagem atual no Brasil.

Outro exemplo é o da linguagem usada no comercial de televisão veiculado pelo Banco Bradesco a partir de abril de 2013 (ALMAP BBDO, 2013, grifo nosso). Nele encontramos as seguintes ocorrências, como demonstram os trechos selecionados:

- (12) [...] Não seria bom se a vida fosse como num filme.
Você tá lá no seu carro e **vai que**... Puh!

Nesse momento, aparece a imagem com um acidente de carro e o narrador/apresentador diz: “Aí, toca uma musiquinha e aparece a solução” (ALMAP BBDO, 2013).

Diferentes tipos de acidentes, ou sinistros¹², são, em seguida, apresentados no filme e o narrador os denomina assim:

- (13) [...] **Vai-que** grande, pequeno [...] (grifo nosso):

Ao final do filme, reaparecem essas duas formas:

- (14) [...] Mas, **vai que** a vida não é assim.
Aí é melhor contar com a Bradesco Seguros
Especialista em qualquer tamanho de **vai-que** (grifo nosso).

Novamente, encontramos nesse exemplo o uso da forma gramaticalizada e também um caso em que o publicitário usa **vai que** em lugar de **incidente** ou **sinistro**: **vai que grande/vai que pequeno**.

Na novela *Boogie Oogie* (2014, grifo nosso), da rede Globo de televisão, levada ao ar em 29 de setembro de 2014, uma das personagens, Suzana, em diálogo com Tadeu, diz a ele que vai “[...] morar com Fernando”¹³. Esse também é o título da cena:

12 A palavra sinistro indica aquilo que normalmente está previsto em uma apólice, que pode sofrer um acidente ou dano material.

13 Este também é o título da cena, para busca no site.

- (15) [...] Mas, eu não vou mais errar, não vou não. Dessa vez, eu vou fazer certo! Eu vou entrar naquela casa antes que a Carlota volte... Por que **vá que** ela volte e possa perdoar o Fernando... a lutar por ele, ahn? [...].

Nesse exemplo, temos o uso de **vá que**. Entendemos que tanto **vá que** quanto **vai que** constituem duas variantes, talvez devidas a diferentes dialetos do PB. Retornaremos a esses exemplos mais adiante a fim de esclarecer a questão.

Os exemplos até aqui apresentados, a princípio, nos levam a acreditar que se trata de um fenômeno recente e restrito ao PB. Vejamos então alguns outros de escritores brasileiros e portugueses que não são tão recentes.

Primeiramente, vejamos o exemplo (16), retirado da obra do escritor brasileiro Bernardo Guimarães (*1825-†1884):

- (16) – És muito meticoloso, Geraldo, e encaras as coisas sempre pelo lado pior. É bem provável que peguem as patranhas intentadas pelo Martinho, e que ninguém mais se lembre de descobrir a cativa Isaura nessa moça, por quem me interessa, e embora mil malsins a procurem por todos os cantos do mundo, pouco me importará. Sempre obtenho uma dilação, que poderá me ser muito vantajosa.
– Pois bem, Álvaro: **vamos que** assim aconteça; mas tu não vês que semelhante procedimento não é digno de ti?... que assim incorres realmente nos epítetos afrontosos, com que obsequiou-te o tal Leôncio, e que te tornas verdadeiramente um sedutor e acoutador de escravos alheios?... (GUIMARÃES, 1981, p. 99-100, grifo nosso).

Em segundo lugar, tomemos agora um exemplo, (17), do escritor português, Júlio Dinis (*1839-†1871):

- (17) – Mas repara, Jenny... Valha-me Deus! Ora vem cá. Tu estás-me aí a fantasiar uns bailes de máscaras à tua moda. Supões que todos esses dominós eram. eu sei lá. outras tantas princesas disfarçadas ou outras Jennys como tu.
– Pois bem, uma vez que o disseste, **vamos que** era eu? Carlos previu o mau terreno em que se colocava, admitindo a hipótese, e por isso interrompeu a irmã, dizendo:
– Mas não suponho, nem posso supor, porque. Porque ainda ninguém viu uma Jenny naqueles lugares; e demais ouve, que eu não sou ainda assim merecedor de tantas severidades (DINIS, [2015?], p. 122, grifo nosso).

Trata-se de obras publicadas na mesma época e, portanto, não se pode afirmar que esse uso esteja restrito ao português do Brasil somente; tampouco que se trate de um fenômeno recente.

Se, para o português europeu (PE), pode parecer não ser tão frequente **vá/vai que**, não significa que a forma não estivesse presente na linguagem oral daquele país, já no século XIX. Prova cabal disso é o exemplo (18), de Luiz de Araújo (*1833-†1908), retirado de

uma peça de teatro¹⁴. Nele, o autor português procura representar na fala das personagens a linguagem de um segmento mais popular e menos letrado, como é o caso do diálogo entre duas criadas:

- (18) A Rita apareceu, olhando para cima, tapando como o abano os raios do sol, e perguntou:
 – O que é?
 – Cá o senhor e as senhoras foram hoje de pandega para o campo, e eu estou só em casa.
 – Ah! sim! Então póde a menina ouvir á cancellaaquella pessoa...
 – Está de guarda no quartel, e mesmo que não estivesse... fecharam-me á chave!
 – Eu também estou só; mas cá a mim não me fecharam; nem eu o consentia. Credo! **Vá que** dava alguma coisa na gente? E d’ahi... eu já tenho vinte o oito annos... há muito tempo que estou emancipada (ARAÚJO, 1871, p. 178-179, grifo nosso).

Como último exemplo, apresentamos o da autora Teresa Margarida da Silva e Orta (*1711-†1793), que nasceu no Brasil e aos seis anos de idade mudou-se com a família para Portugal. Embora seja considerada uma autora brasileira, cresceu e viveu toda a sua vida em Portugal:

- (19) Como vejo que a nossa porfia é tão nobre, (respondeu Belino) serão sem efeito as demonstrações da minha repugnância; eu determino continuar por estas praias buscando o cadáver, de quem é filha a minha mágoa, porque ao menos possa beijar-lhe a generosa mão, e dar-lhe sepultura; e **vamos que** eu assim louco, e perdido, nem mais terei um leve pensamento de alegria (ORTA, [2015?], p. 59, grifo nosso).

Com isso, buscamos demonstrar que esse uso da perífrase **ir+que** não é um fenômeno novo e nem é uma criação do PB. Isto é, já estava no Português Europeu, conforme atestam as obras e os exemplos elencados. A seguir, faremos algumas observações, a título de conclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de apresentar as considerações a respeito do trabalho realizado, é necessário esclarecer que a aparente frustração de não termos encontrado ocorrências nas entrevistas da faixa etária mais jovem do banco de dados VARSUL nos levou a buscar outras possibilidades de coleta de dados a fim de abordar o tema. Talvez, a saída apresentada para o prosseguimento e conclusão do trabalho tenha nos dado a luz necessária para contemplar a questão e compor um trabalho que certamente merece ser continuado, pois ainda há muito a ser desvendado em obras ainda não pesquisadas.

14 Exemplo fornecido por Odete Menon.

Assim, a primeira consideração a ser feita é a que se refere ao exemplo retirado de Orta ([2015?]), obra publicada em meados do século XVIII. Esse dado nos sugere que o processo de gramaticalização envolvendo o verbo *ir* deve ter tido sua origem ainda no século anterior, tendo sido iniciado há mais de 300 anos. Portanto, não se trata de fenômeno instaurado recentemente, muito embora continue bastante produtivo, pelo menos no PB, como constatamos.

Outra consideração a ser feita diz respeito ao texto que orientou em parte este trabalho e com o qual buscamos dialogar. Longhin-Thomazi (2010), ao apresentar a análise dos mecanismos de junção envolvendo a perífrase **vai que**, dá conta de nos explicar que se trata de um processo bastante antigo na língua, no que se refere à ampliação do sistema conjuncional, “[...] cuja representação «X+ que» contém uma variável que pode ser preenchida preferencialmente por nomes, verbos e advérbios [...]”. Longhin-Thomazi (2010, p. 135) afirma que essa estratégia é ainda hoje bastante produtiva, o que pode ser comprovado ao considerarmos a criação da perífrase adversativa **só que**.

Considerar **X+que** como uma estratégia de representação do mecanismo de diferentes perífrases só é válido se levarmos em conta um recorte sincrônico, salvo engano, ao se considerar parcialmente o processo de gramaticalização envolvido. Isto é, ao constataremos que **só que** e **vai que** são resultado de diferentes processos de gramaticalização, do ponto de vista diacrônico, o **X** em questão não se refere por certo aos mesmos processos, ou refere-se ao resultado de processos semelhantes.

Outra consideração a ser feita é em relação à gramaticalização do verbo *ir*. Podemos afirmar que o viés sincrônico, portanto, nos faz compreender que o processo é produtivo e que diferentes estágios de gramaticalização convivem, preenchendo diferentes intenções discursivas/estilísticas/pragmáticas num *continuum* de variação que ainda se desenvolve. Dar conta de explicar as diferentes etapas de evolução desse processo exige uma quantidade maior de exemplos e de dados a fim de preencher as lacunas existentes. Tarefa que talvez não possa ser feita sem um levantamento de dados que considere também o(s) século(s) anterior(es), como procuramos ilustrar.

A respeito da hipótese de que a gramaticalização do verbo *ir* tenha dado origem ao uso da perífrase **vamos que** e, a partir daí, **vá que/vai que** é possível afirmar que:

- a. há na língua diferentes estágios de um processo de variação;
- b. a perífrase de futuro instaura o **processo de análise** como hipótese e abre espaço para a introdução da **perífrase conjuncional**.

Outra hipótese que vamos defender é a de que a variação entre **nós/a gente** também presente na língua permite ao falante utilizar a terceira pessoa, neutralizando o efeito inclusivo do **vamos que**.

Assim, o uso de **vamos que** seria mais **literário**, conforme o excerto do exemplo de Orta ([2015?], p. 59, grifo nosso):

- (20) ... e **vamos que** eu assim louco, e perdido, nem mais terei um leve pensamento de alegria.

Enquanto que, conforme Dias (1918 [1841-1916], p. 66, grifo nosso) “[...] na conversação emprega-se **a gente** com o valor de **nós**”, representaria um uso mais representativo da oralidade, isto é, **a gente** em lugar de **nós**:

- (21) Eu também estou só; mas cá a mim não me fecharam; nem eu o consentia. Credo! **Vá que** dava alguma coisa na gente? E d’ahi... eu já tenho vinte o oito annos... há muito tempo que estou emancipada (ARAÚJO, 1871, p. 178-179, grifo nosso).

Por fim, uma última consideração a ser feita diz respeito à alternância entre o subjuntivo **vá que** e o indicativo **vai que**. O uso do indicativo **vai** pelo imperativo **vá** constitui uma ambiguidade talvez similar àquela do **vamos supor** (futuro? imperativo?); o tema já foi tratado por outros autores, em especial Faraco (1986), Menon (1984) e Scherre (2007), por exemplo.

Em Faraco (1986, p. 5), encontramos a seguinte afirmação:

Formas imperativas próprias (deixa, canta, vai, diz, [...]) são consideradas formas indicativas com valor impositivo. São resultado de uma homofonia criada historicamente com a queda do *t* final da terceira pessoa do indicativo latino (*cantat*-canta).

Afirma, ainda, que formas como “[...] canta essa música agora” e “[...] não canta essa música agora” “[...] são de fato, imperativas” (FARACO, 1986, p. 2, 6 e 8).

Com isso, podemos afirmar que estamos tratando de um processo de variação entre as duas formas e que também não se trata de algo novo na língua, nem para o PE e nem para o PB.

Finalizando, as soluções encontradas, ao buscarmos traçar um possível esboço para o processo de gramaticalização envolvendo **ir+que** e do verbo **ir**, nos permitiram, antes propor hipóteses para tentar explicar algumas das questões levantadas, do que encontrar soluções definitivas ou mesmo satisfatoriamente adequadas.

Primeiramente, constatamos que não se trata de um fenômeno recente, pois parece estar há mais de 300 anos em processo de uso e transformação na língua portuguesa.

Em segundo lugar, muitas das soluções apresentadas já faziam parte da reflexão de outros autores ao tratar de fenômenos que estavam ocorrendo ao mesmo tempo que aqueles que procuramos descrever.

Em último lugar, enfim, gostaríamos de considerar ainda mais uma etapa do processo de gramaticalização do verbo **ir**, presente na fala de muitas das pessoas que conhecemos aqui na nossa região e, bem provavelmente, em outros lugares do Brasil.

Recentemente, em um comunicado oficial do governo, em forma de filme comercial, veiculado no final de 2014 e início de 2015 pela televisão, tratando do Fundo de

Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), encontramos o seguinte diálogo entre os dois atores que contracenam na peça publicitária. A transcrição das legendas foi feita conforme o texto apresentado no filme de publicidade (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2015, grifo nosso):

- (22) – Opa... Depositaram meu FGTS cara...
 – Como assim?
 – Acabei de receber o aviso de depósito [ator olhando para o telefone celular].
 – Ah, **vá!** No celular?

Esse uso de **ah, vá!** expressa a surpresa, admiração, dúvida ou descrença; sentimento que é também demonstrado pela expressão do outro ator que atua no diálogo do filme. Algo assim como: **não diga?, é mesmo?, incrível, não?**; isto é, a admiração da possibilidade de uma informação com essa importância chegar de maneira tão fácil até cada cidadão. Acreditamos que esse uso do verbo **ir** constitui mais uma das facetas ainda não devidamente tratadas do processo de gramaticalização desse verbo e que precisa ser ainda aprofundada.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, L. **Contos e histórias**. Lisboa: Typographia Universal, 1871.
- BOOGIE Oogie. Direção: Maurício Farias. Rio de Janeiro: Rede Globo, 2014.
- BRADESCO Seguros Especialista Almap BBDO. 2013. 1 vídeo (32s). Publicado pelo canal AlmapBBDO. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=waa7mhsyuRw>. Acesso em: 28 abr. 2015.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Acompanhe seu FGTS pelo celular**. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8L-TFh76qko>. Acesso em: 28 abr. 2015.
- CASTILHO, A. A gramaticalização. **Estudos linguísticos e literários**, Salvador, n. 19, p. 25-64, mar. 1997.
- CORTES portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357). Lisboa INVC, 1982.
- DIAS, A. E. S. **Syntaxe histórica portuguesa**. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M Teixeira, 1918. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/6422>. Acesso em: 2 maio 2015.
- DINIS, J. **Uma família inglesa: cenas da vida do Porto**. [s. l.]: [s. n.], [2015?]. Disponível em: <http://cdn.luso-livros.net/wpcontent/uploads/2013/02/Uma-Fam%C3%ADlia-Inglesa.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2015.
- FAGUNDES, E. D. **As ocorrências do modo subjuntivo nas entrevistas do Varsul no estado do Paraná e as possibilidades de variação com o modo indicativo**. 2007. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- FARACO, C. A. Considerações sobre a sentença imperativa no português do Brasil. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 1-15, 1986.
- FLAG, S. **Meu destino é pecar**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

- GIBBON, A. O. **A expressão do tempo futuro na língua falada de Florianópolis**: gramaticalização e variação. 2000. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.
- GIBBON, A. O. **Trajectoria de gramaticalização da perífrase ir (presente) + infinitivo no domínio funcional do futuro**: análise sincrônica e diacrônica em amostras de fala e escrita gaúchas. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
- GOMES, A. C. **Os rios inumeráveis**. Rio de Janeiro: Top books, 1997.
- GONÇALVES, S. C. L. *et al.* Tratado geral sobre gramaticalização. In: GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (orgs.). **Introdução à gramaticalização**: princípios teóricos e aplicação. São Paulo: Parábola, 2007. p. 15-66.
- GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (orgs.). **Introdução à gramaticalização**: princípios teóricos e aplicação. São Paulo: Parábola, 2007.
- GUIMARÃES, B. **A escrava Isaura**. São Paulo: Ática, 1981.
- HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMAYER, F. **Grammaticalization**: a conceptual framework. Chicago: The University of Chicago, 1991.
- HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. 2. ed. Cambridge: CUP, 1993.
- KNIES, C.; COSTA, I. B. (orgs.). **Manual do usuário do banco de dados linguísticos “VARSUL”**, 1995. Mimeografado.
- LABOV, W. **Language in the inner city**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LABOV, W. **Padrões sociolingüísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.
- LABOV, W. **The social stratification of English in New York City**. Washington: Center for Applied Linguistics, 1966.
- FURACÃO. Compositor: Gustavo Lima. In: GUSTTAVO Lima e você. Patos de Minas: Som Livre, 2011. Faixa 22. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/gusttavo-lima/furacao.html>. Acesso em: 17 maio. 2018.
- LAVRADIO, M. *Cartas do Rio de Janeiro (1770-1771)*. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Livro, 1963.
- LONGHIN-THOMAZI, S. R. Vai que eu engravidado de novo?: gramaticalização, condicionalidade e subjetivação. **Lusorama**, v. 81-82, p. 135-150, maio 2010.
- MEILLET, A. L'évolution des formes grammaticales. In: **Linguistique historique et linguistique générale**. Réimpression de l'édition de Paris, 1975. Genève/Paris: Slatkine/Champion, 1982 [1912]. p. 130-148.
- MENON, O. P. S. Gramaticalização e sintaxe: o futuro em português. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA HISTÓRICA – Homenagem a Ataliba T. Castilho, 2., 2012, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2012.
- MENON, O. P. S. **O imperativo no português do Brasil**. 1984. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 1984.

- MENON, O. P. S. O que muda e o que não muda na linguagem através dos tempos: as construções de gerúndio em português. *In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA E LÍNGUA PORTUGUESA*, 2006, Araraquara. **Anais [...]**. Araraquara: UNESP, 2006.
- MENON, O. P. S. Perífrases com o verbo ir: variação e gramaticalização. *In: PUSCH, C. D.; WESCH, A. (orgs.). Verbal periphrasen in den (ibero-) romanischen Sprachen*. Hamburg: Helmut Buske Verlag, 2003. p. 77-80.
- MENON, O. P. S. Perífrases de gerúndio: o que mudou? *In: CAGLIARI, L. C. (org.). O tempo e a linguagem*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. p. 41-95.
- OLIVEIRA, J. M. **O futuro da língua portuguesa ontem e hoje**: variação e mudança. 2006. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- ORTA, T. M. S. **Aventuras de Diófanos**. [S. l.]: [s. n.], [2015?]. Disponível em: <http://redememoria.bn.br/wp-content/uploads/2011/12/as-aventuras-de-diofanos.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2015.
- PINTO, F. M. *Peregrinação* (1614). Organização de A. J. da Costa Pimpão; Cesar Delgado. Porto: Portucalense, 1945.
- SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. Brasília: Editora UnB, 1964.
- SCHERRE, M. M. P. Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no português brasileiro. **Alfa**: Revista de Linguística, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 189-222, 2007.
- SILVA, R. C. P. **A representação do tempo futuro em textos escritos**: análises em tempo real de curta e de longa duração. 2010. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- STROGENSKI, M. J. F. **O uso da expressão do futuro em textos literários**: uma análise em tempo real de curta duração. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (ed.). **Approaches to grammaticalization**. Amsterdam; Philadelphia: J. Benjamins, 1991.
- VAI que cola. Direção: Ricardo Waddington. Produção: Maurício Farias, Bruno Mazzeo e Fábio Porchat. São Paulo: Imagem Filmes, 2013a.
- VAI que dá certo. Direção: Maurício Farias. Produção: Maurício Farias, Bruno Mazzeo e Fábio Porchat. São Paulo: Imagem Filmes, 2013b.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Empirical foundations for a theory of language change**: directions for a historical linguistics. Austin: University of Texas Press, 1968.
- YAHOO! Respostas. **Meu namorado vai ir pra balada sábado com os colegas dele e ele não quer que eu vá o que eu faço?** [2009?]. Disponível em: <https://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20090514115420AABQ4Wk>. Acesso em: 28 abr. 2015.

{4}

**DIVERSIDADE DE
SUBCOMUNIDADES
VERSUS INDIVÍDUO
NA FALA CATARINENSE**

Marcos Luiz Wiedemer*



WIEDEMER, M. L. Diversidade de subcomunidades versus indivíduo na fala catarinense. *In*: MENON, O. P. S.; FAGUNDES, E. D. (org.). **Estudos sobre o português no Sul do Brasil**. Curitiba: EDUTFPR, 2022. p. 73-88.

—

* Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), é membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPLIN) da UERJ. Graduado em Letras Português-Inglês pela Universidade Regional de Blumenau, é mestre em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista. Atua nas linhas de pesquisa em Gramática de Construções; Variação e Mudança; Linguística Funcional Centrada no Uso e Sociolinguística Cognitiva. Também é coordenador do grupo de pesquisa Interfaces Linguísticas da UERJ e membro do grupo Discurso e Gramática da Universidade Federal Fluminense.

INTRODUÇÃO¹

Labov (1972, p. 184), ao situar o estudo da língua no contexto social, propõe “o estudo da estrutura e evolução da língua dentro do contexto social da comunidade de fala” (doravante CF). Ao fazer isso, o autor rompe com as correntes anteriores (estruturalismo e gerativismo), que analisavam a língua através de uma estrutura homogênea, formulada por regras categóricas que podiam ser estudadas fora de seu contexto social. Hymes (2003, p. 34) realça a importância da CF ao afirmar que “a unidade natural para a taxonomia e descrição sociolinguística, contudo, não é a linguagem, mas a comunidade de fala”. Essa premissa colocada por Labov (1972) advém dos fundamentos empíricos apresentados em Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]).

Este novo modo de olhar a língua tanto permitiu analisar e descrever o uso de variáveis da língua dos indivíduos no contexto de uma CF, como apontou que a presença da heterogeneidade é que permite ao sistema linguístico se manter em funcionamento mesmo nos períodos de mudança linguística.

Para Labov (1972, p. 120-121, grifo nosso):

[...] a comunidade de fala não é definida por nenhum acordo/contrato no uso de elementos de língua, mas pela **participação em um jogo de normas compartilhadas**; tais normas podem ser observadas em tipos claros de comportamentos avaliativos e pela uniformidade de modelos abstratos dos padrões da variação que são invariáveis em relação aos níveis particulares de uso.

Com isso, Labov (1972, p. 248) cita como principal característica que mantém uma relativa homogeneidade em uma CF são “as atitudes sociais em relação à língua que são extremamente uniformes numa comunidade de fala”. Essa concepção de CF atribui ao indivíduo a consciência das atitudes e valores relativos à língua utilizada pelo grupo. No entanto, o escopo da noção de CF não compreende a utilização das mesmas formas da língua, mas, sim, das mesmas normas (LABOV, 1972), estando as regras gramaticais em um nível inconsciente do falante.

Tem-se, então, que os membros de uma comunidade, através de atitudes linguísticas construídas com base em normas comuns, definem os contextos de falas formais e

1 Este capítulo é uma reformulação da comunicação **Ampliação da noção teórica da comunidade de fala na pesquisa sociolinguística**, proferida no XII Simpósio Nacional e Internacional de Letras e Linguística (Silel), realizado na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia/MG, nos dias 17 a 19 de novembro de 2009, publicada em Anais do Silel. v. 1. Uberlândia: Edufu, 2009; e da comunicação **Panorama de usos das preposições (a/para/em) que complementam o verbo (ir) no português brasileiro**, apresentada na V Jornada da Variação Linguística na Região Sul do Brasil (VARSUL) – em memória de Gisela Collischonn, realizada na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Curitiba/PR, nos dias 6 a 8 de abril de 2017.

informais, ou seja, apontam as variáveis que são apropriadas para o uso no grupo. Sobre isso, Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) afirmam que um enunciado possui, além do significado representacional, outras duas funções: a **função de identificação** do falante e a **função de acomodação** ao ouvinte, e as regras gramaticais se adaptam à competência do falante conforme as restrições exigidas; sendo estas quantitativas. Portanto, essa definição engloba não somente traços definidos pela geografia da comunidade, mas também traços sociais.

Embora se considerem as diferenças entre variáveis de uma comunidade como algo atrelado às atitudes e normas compartilhadas pelos falantes, ou diferença de contexto, **há a necessidade de mecanismos de controle da maneira como os indivíduos de uma comunidade se comunicam e como se organizam**, pois a noção de CF se baseia nos condicionantes sociais que atuam sobre o indivíduo, mas não são criados pelos membros da comunidade. Segundo Figueroa (1994, p. 93), as pesquisas sociolinguísticas são baseadas no conceito de CF, e não no indivíduo; a esse respeito, a autora indaga “como sustentar que a língua se localiza na comunidade, quando o comportamento linguístico estudado é extraído dos indivíduos?”².

Com o objetivo de discutir a necessidade do controle do modo como os indivíduos de uma comunidade organizam sua comunicação e fazem uso de diferentes variáveis de fala dentro de uma comunidade de fala, este capítulo focaliza a realidade sociolinguística da fala de Santa Catarina, mediante análise de usos de preposições (**a/para/em**) que complementam o verbo **ir**, em três cidades/subcomunidades (Florianópolis, Blumenau, Chapecó), com a premissa de discutir a afirmação de Wardhaugh (2002, p. 121), que “um indivíduo pertence a várias comunidades de fala ao mesmo tempo, mas em alguma ocasião particular somente a uma delas, a identificação particular depende do que é especialmente importante ou contrastivo nas circunstâncias”. Assim, uma pesquisa sociolinguística também deve ficar atenta ao repertório de fala que cada indivíduo possui. Para tal finalidade, a partir dos resultados de Wiedemer (2008), são discutidos os resultados gerais de usos dessas preposições na amostra analisada para comparar com os resultados de usos correlacionados com cada subcomunidade e, por fim, os usos individuais; e com isso, apresentar as diferenças de representação da variação na comunidade de fala, na subcomunidade e no indivíduo.

2 No original: “How can one maintain that language is located in the community when the language behavior being studied is taken from individuals?” (tradução nossa).

O USO DAS PREPOSIÇÕES *A/PARA/EM* + *VERBO IR* NA FALA CATARINENSE

Inicialmente, apresentamos um panorama de usos das preposições (*a/para/em*) que complementam o verbo *ir*, na fala catarinense, a partir dos resultados da pesquisa de Wiedemer (2008), em que analisamos amostras de fala de 72 informantes do banco de dados Variação Linguística na Região Sul do Brasil (VARSUL)³, com o controle das seguintes variáveis:

- a. sexo (masculino, feminino);
- b. idade (25-49 anos, +50 anos);
- c. escolaridade (primário, ginásial, colegial);
- d. localidade (Florianópolis, Blumenau, Chapecó).

Cada cidade é representada por um conjunto de 24 entrevistas, correspondentes a 12 perfis sociais (masculino e feminino, três níveis de escolarização e duas faixas etárias), com dois informantes para cada perfil. Além desses fatores sociolinguísticos, controlamos um conjunto diferente de variáveis linguísticas que condicionam a seleção das preposições, tais como:

- a. configuração do locativo (ponto de referência);
- b. pessoa do discurso;
- c. tempo-modos-verbal;
- d. indeterminação do sujeito.

Aqui, discutiremos os resultados gerais e os resultados por localidade/sub-comunidade.

São exemplos de usos:

- a. Em São Paulo no tem nada disso, né? Aí tem que **ir a** Santos, e Santos a gente conhece também muito bem. (SC BL 24)⁴;
- b. A gente **vai pra praia**, né? (SC BL 22);

3 O Projeto VARSUL, que integra as Universidades Federais do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, possui em seu banco de dados amostras de fala (gravadas, transcritas e armazenadas eletronicamente) de habitantes de quatro cidades de cada um dos estados do sul do país, as quais se encontram disponíveis, especialmente aos pesquisadores vinculados às instituições mencionadas, para realização de pesquisas que contribuam para a descrição do português falado na região sul do Brasil.

4 Códigos utilizados no Projeto VARSUL para especificar entrevistas: estado (SC), cidade (BL, FL, CH), número da entrevista (22).

- c. Ia conhecer era Pantanal e essa seria um dos meus sonhos é **ir no** Pantanal. (SC FL 10).

Observamos a frequência de usos e das preposições, buscando avaliar, no *corpus*, a produtividade das formas, de modo a oferecer a distribuição das ocorrências da variação. Delineamos a sistematicidade de usos nas três localidades (Florianópolis, Blumenau, Chapecó). Os resultados obtidos na tabulação dos dados da pesquisa de Wiedemer (2008) estão dispostos na TABELA 1:

TABELA 1 — DISTRIBUIÇÃO DAS PREPOSIÇÕES (A/PARA/EM)

Localidade	A		Para		Em		Total
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	
Florianópolis	57	17	146	44	129	39	332
Blumenau	51	19	132	48	92	33	275
Chapecó	36	10	152	43	162	46	350
Total	144	15	430	45	383	40	957

FONTE: WIEDEMER (2008, P. 85).

De imediato, chama atenção o baixo percentual de uso da preposição **a** (15%) em relação a **para** (45%) e **em** (40%). No entanto, deve-se salientar que esse percentual se mostra superior às nossas expectativas iniciais, pois supúnhamos que a frequência da preposição **a** fosse menor, já que estamos analisando dados de fala, e o grau máximo de escolaridade controlada dos informantes é ensino médio. Por outro lado, é interessante notar que a variável em estudo apresenta uma distribuição relativamente equilibrada entre Florianópolis (332 ocorrências) e Chapecó (350 ocorrências), mas tem uma frequência mais baixa, em números absolutos, em Blumenau (275 ocorrências). Entretanto, dentre as três localidades, é Blumenau que apresenta relativamente um maior uso das preposições **a** e **para** (19% e 48%, respectivamente) em detrimento de **em** (33%). Já Chapecó é a cidade que mostra produtividade mais baixa da preposição **a** (10%) e a mais alta da preposição **em** (46%). Florianópolis, por sua vez, situa-se numa posição intermediária, aproximando-se mais de Blumenau quanto ao uso de **a** e **em** (17% e 39%, respectivamente), e igualando-se a Chapecó no uso de **para** (44%), frente às outras duas preposições.

A partir desse cenário, fica evidente a maior ocorrência de uso das preposições **para** e **em** em relação à preposição **a**. Esse resultado inicial abaliza o processo em curso de recuo e de desaparecimento da preposição **a** no português brasileiro (PB), conforme já destacado por diversas pesquisas, retomando os resultados de Mollica (1996), Ribeiro (2008), Vallo (2004), Assis (2009) e Wiedemer (2008, 2010).

Soma-se que Wiedemer (2008) encontrou algumas tendências gerais como indícios de especialização por especificação, além de uma clara competição entre as preposições que complementam os verbos de movimento, em alguns contextos, especialmente em

relação à **definitude** do complemento, à semântica do **ponto de referência**, à **concretude do movimento** e ao **sexo/gênero**.

Relativamente às preposições que complementam o verbo de movimento **ir**, uma comparação mais abrangente dos dados expostos na TABELA 1 não permite traçar uma aproximação das subcomunidades, porquanto, o fenômeno da variação das preposições que complementam o verbo **ir** ganha contornos particulares, a depender da subcomunidade. Assim, a busca de padrões de distribuição das diferenças continua sempre como objeto de investigação sociolinguística.

O ENCAIXAMENTO DAS SUBCOMUNIDADES NA COMUNIDADE DE FALA CATARINENSE

Sobre a origem dos informantes, nossa hipótese inicial era de que haveria um comportamento diferenciado por cidade no que diz respeito à frequência de uso das preposições, com um índice maior da variante **para/a** em Florianópolis, por se tratar de cidade capital. Considerando que controlamos três localidades/cidades do estado de Santa Catarina, realizamos rodadas por localidade para verificar se os condicionantes de uso das preposições atuam diferentemente ou não, conforme resultados dessa variável na TABELA 2.

TABELA 2 — INFLUÊNCIA DA VARIÁVEL LOCALIDADE SOBRE O USO DAS PREPOSIÇÕES (A/PARA/EM)

Localidade	A			Para			Em		
	Apl. ¹ /total	%	PR	Apl./total	%	PR	Apl./total	%	PR
Blumenau	51/275	19	.57	132/275	48	-	92/275	33	.45
Florianópolis	57/332	17	.56	146/332	44	-	129/332	39	.46
Chapecó	36/350	10	.39	152/350	43	-	162/350	46	.58
Total	144/957	15		430/957	45		383/947	40	
Significância	Input: .11		Sig.: .045				Input: .39		Sig.: .023
	7º fator selecionado			Fator não selecionado			6º fator selecionado		

FONTE: WIEDEMER (2008, p. 85).

Nota: ¹ **Apl.** = Aplicação / **Sig.** = Significação.

Os resultados mostram que localidade é fator relevante na seleção das preposições: informantes de Blumenau (.57) e de Florianópolis (.56) mostram uma tendência de uso da preposição **a**, enquanto os de Chapecó (.58) inclinam-se ao uso da preposição **em**. O uso de **para** é indiferente à procedência dos informantes, e que, embora as três cidades pertençam a um mesmo estado da região sul, esse comportamento diferenciado quanto ao uso das preposições pode sugerir que cada uma represente uma subcomunidade dentro de uma comunidade de fala maior. Em relação a isso, Milroy (2002) comenta que estudos feitos por Labov (1972) [marcas fonológicas] e Cheshire (1982) [marcas gramaticais] mostraram que, quanto mais integrado o sujeito está a uma rede, mais frequentemente tende a usar

variantes locais/regionais. Assim, é possível hipotetizar que Florianópolis e Blumenau sejam centros urbanos onde a tendência dos indivíduos a integrar diferentes redes sociais⁵ seja mais ampla, podendo manter contato com indivíduos mais escolarizados, o que poderia ser correlacionado ao uso da preposição *a*. Todavia, para testar essa ideia, seria necessário investigar as redes sociais dos indivíduos envolvidos na pesquisa. Além disso, tais resultados podem ser um reflexo da ocupação diferenciada do território catarinense, ou ainda, seriam relacionados às diferenças de etnias, por exemplo, Florianópolis e Blumenau serem mais conservadoras em virtude de sua origem, a primeira, de colonização açoriana, a segunda, alemã, além da proximidade desta última com a capital. Dessa forma, poderíamos pensar em um possível estabelecimento de que cada cidade possui uma noção diferente de norma culta, ou seja, um imaginário coletivo como uma determinada norma linguística que deve ser seguida em relação à gramática⁶.

Sobre o assunto, Görski e Coelho (2009, p. 77) comentam que:

Tanto a variação geográfica como a variação social estão intimamente associadas às forças internas que promovem ou impedem a variação e a mudança e à identidade do falante. É como se o indivíduo, ao manifestar-se oralmente, já revelasse a sua origem regional e social. É como se ele, pela sua forma de falar, se identificasse como pertencente ou não a determinada comunidade e a determinado grupo social. É nesse sentido que se diz que as regras variáveis podem ser motivadas extra-linguisticamente além de linguisticamente.

De qualquer forma, esses resultados confirmam nossa hipótese inicial, de que cada localidade representa uma subcomunidade dentro de uma comunidade de fala maior. Assim, cada localidade possui suas próprias normas de uso, e essas normas fortalecem ou enfraquecem a influência dos fatores sociais que regem a utilização das preposições na comunidade de fala catarinense. Sobre isso, Finegan e Biber (2001, p. 262-263, tradução nossa) comentam que:

[...] em resumo, quando uma variante linguística é a norma num registro particular, os fatores linguísticos que favorecem a variante são mais in-

5 A designação para Redes sociais, conforme Milroy (2002), corresponde aos relacionamentos criados pelas pessoas para suprir as dificuldades da vida cotidiana. Tais redes podem variar de um indivíduo para outro e ser constituídas por ligações de diferentes tipos e intensidades. Apesar de pertencer a uma determinada comunidade de fala, os indivíduos fazem uso da língua/fala em diferentes práticas que refletem diferentes modelos (variações) de uso. O falante faz uso da língua para atender às exigências necessárias de cada interação específica.

6 Em Wiedemer (2008), podem ser conferidos os resultados relativos à variação diatópica e sua correlação com os demais fatores sociais.

fluentes, mas, quando uma variante é a norma num registro particular, os fatores que a favorecem são significativamente menos fortes⁷.

Para dar conta da variação dentro de uma mesma comunidade, Guy (2001, p. 7) apresenta a hipótese de que:

[...] falantes que compartilham as mesmas condições de contexto em um processo variável, mas são diferenciados pelo uso geral do processo, podem ser considerados como usando a mesma gramática. Mas falantes que mostram efeitos de contexto significativamente diferentes estão usando gramáticas diferentes.

Dessa forma, uma CF mantém certa homogeneidade interna, pois as diferenças no que tange a usar, ou não, um fenômeno variável atrelado aos fatores sociais ou linguísticos não altera a uniformidade interna da comunidade se as variáveis não interferirem em sua coerência fundamental. Assim, na noção de CF, deve haver uma abstração destes elementos para a classificação de subcomunidades dentro de uma mesma comunidade. A relação entre língua e estrutura social mantém uma regularidade que não afeta as normas compartilhadas pela comunidade de fala, permitindo, desta maneira, que um indivíduo possa pertencer a várias comunidades de fala ou subcomunidades ao mesmo tempo, sendo também possível sua identificação dentro destas.

Mas este tipo de pensamento, analisar o mesmo indivíduo dentro de diferentes comunidades, leva à ampliação do conceito de CF para uma noção mais geral, pois o indivíduo, ao pertencer a diversas comunidades, deve também dominar diversas regras de participação que são exigidas para identificação em cada uma delas.

Uma pesquisa sociolinguística também deve ficar atenta ao repertório de fala que cada indivíduo possui, pois, uma pessoa pode controlar e fazer uso de diferentes variedades de línguas. Para Wardhaugh (2002, p. 128), “a conexão social que resulta das escolhas linguísticas que você faz pode depender da quantidade de certas características linguísticas, da mesma forma que de suas qualidades”. É justamente a noção do controle do indivíduo dentro da noção de CF que estamos argumentando.

AS SUBCOMUNIDADES E OS USOS INDIVIDUAIS

Baseado na proposta laboviana, Guy (2000, 2001) apresenta algumas propriedades frequentes na literatura sociolinguística sobre CF, que podem ser assim resumidas:

7 No original: “*In sum, when a linguistic variant is not the norm in a particular register, the linguistic factors favoring the variant are most influential; but when a variant is the norm in a particular register, the factors favoring it are significantly less strong*”.

- a. características linguísticas compartilhadas: palavras, sons ou construções gramaticais que são usadas na comunidade, mas não fora dela;
- b. densidade de comunicação interna relativamente alta: isto é, as pessoas normalmente falam mais com outras que estão dentro do grupo do que com aquelas que estão fora dele;
- c. normas compartilhadas: “atitudes em comum sobre o uso da língua, normas em comum sobre a direção da variação estilística, avaliações sociais em comum sobre variáveis linguísticas” (Guy, 2000, p. 18).

No QUADRO 1, apresentamos um resumo das definições de Guy (2000, 2001):

QUADRO 1 – PROPRIEDADES DA COMUNIDADE DE FALA

Dentro da CF	+ exposição = > interação + traços linguísticos	> características linguísticas compartilhadas
Fora da CF	– exposição = < interação – traços linguísticos	< características linguísticas compartilhadas

FONTE: WIEDEMER (2009).

Mas somente a exposição a traços linguísticos ou à alta densidade de interação não esclarece o porquê de os falantes quererem se acomodar a outros falantes, garantindo a manutenção dos mesmos traços linguísticos, e, por conseguinte, das características linguísticas compartilhadas dentro da CF. Esta análise parece carecer de uma explicação sobre as atitudes e vontades dos interlocutores em relação ao uso da língua.

Para Guy (2000), ao trabalhar com a noção de CF, a sociolinguística tem como objetivo unir idioletos de falantes individuais, procurando, desta forma, estabelecer quais traços linguísticos são compartilhados, e quais os distinguem de outros grupos de falantes. E, para que haja uma conexão entre idioleto e língua, a participação em uma comunidade e o processo de acomodação garantem que muitos traços linguísticos comuns sejam mantidos. Esse modelo de CF favorece a investigação empírica de quais traços são compartilhados e com que grau de semelhanças e diferenças linguísticas. Dessa forma, fica evidente que tal modelo de CF leva a uma sobreposição dos traços linguísticos compartilhados por seus membros. Em um nível ascendente, compartilha traços regionais, nacionais e assim por diante.

Dessa maneira, as comunidades encontram-se encaixadas umas dentro das outras, pois um falante pode participar ao mesmo tempo de mais de uma comunidade. O resultado deste modelo favorece tanto a observação de uma comunidade mais geral da língua, quanto a observação de comunidades locais, permitindo a análise de cruzamentos de traços linguísticos que possibilitam trabalhar com a noção de comunidades encaixadas (Guy, 2000, 2001). Além disso, outras comunidades podem estar interligadas, como subcomunidades

que são definidas por relações de vizinhança, classe social, etnia, religião, ocupação, etc. Assim, uma pesquisa sociolinguística recebe um recorte de acordo com a abordagem metodológica definida, e esta pode partir de uma comunidade local, geral, das duas ou, ainda, dos cruzamentos linguísticos existentes.

Isso conduz à existência de muitos fatores, frequentemente inter-relacionados, a ser controlados, ocasionando alterações na interpretação de quais fatores estão em jogo na variação linguística e trazendo algumas implicações para a análise linguística. Assim, a busca de padrões de distribuição das diferenças é objeto para a pesquisa linguística. Guy (2000, p. 22), ao abordar os limites internos de uma CF, aponta que as restrições:

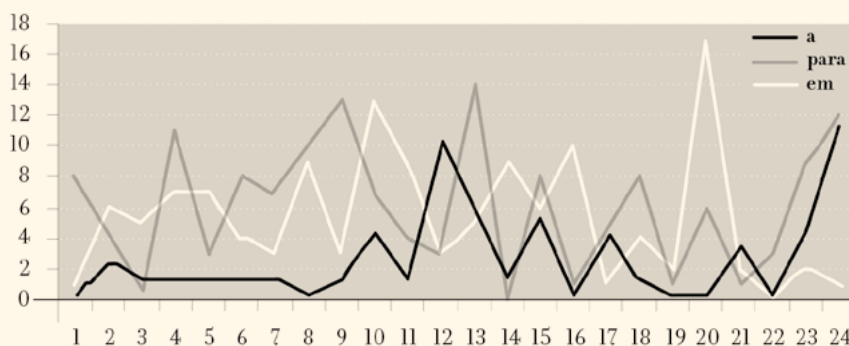
[...] devem ser universais e não admitir diferença entre comunidades ou entre falantes; os efeitos lexicais devem ser altamente locais e assistemáticos, dada à axiomática arbitrariedade do signo linguístico e também os resultados mais interessantes sejam aqueles que envolvem diferenças mais estruturais entre comunidades.

Neste jogo de relações, vale chamar a atenção para o controle do contato entre os membros de uma mesma CF, o que rapidamente leva a pensar em como controlar a diferença entre variáveis e os motivos que levam à sobreposição de traços dentro da comunidade.

Retomando os resultados apresentados na TABELA 1, procuramos evidenciar um panorama de usos das preposições (**a/para/em**) tanto em resultados gerais, na comunidade de fala catarinense, como nos resultados por localidades/subcomunidades, procurando confrontar os resultados da atuação das variáveis na seleção dessas preposições. Desses dois momentos, um ponto chama a atenção: supúnhamos que a frequência de uso da preposição **a** em nossa amostra fosse menor, em decorrência do recuo de uso dessa preposição.

Resolvemos, então, verificar o comportamento dos informantes para ver se não haveria algum resultado desviante, e principalmente, aferir a distribuição de usos das preposições por indivíduo. Em função disso, foram produzidos os GRÁFICOS 1, 2 e 3, para cada cidade/subcomunidade.

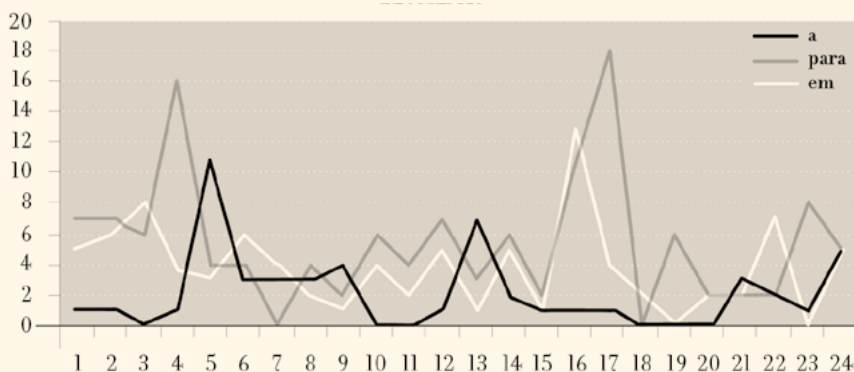
GRÁFICO 1 – OCORRÊNCIAS DE USOS DAS PREPOSIÇÕES (A/PARA/EM) POR INDIVÍDUO EM FLORIANÓPOLIS



FONTE: WIEDEMER (2008, P. 115).

Em Florianópolis, enquanto 6 informantes não apresentam nenhuma realização de **a**, apenas um deixou de produzir **para** e também um não usou **em**. Por outro lado, 3 florianopolitanos são responsáveis por 10 ou mais ocorrências de **em** e 5 produziram 10 ou mais **para**. Dos 24 informantes, 17 (71%) apresentam uso variável das 3 preposições. Observamos, no GRÁFICO 2, os usos referentes à localidade de Blumenau:

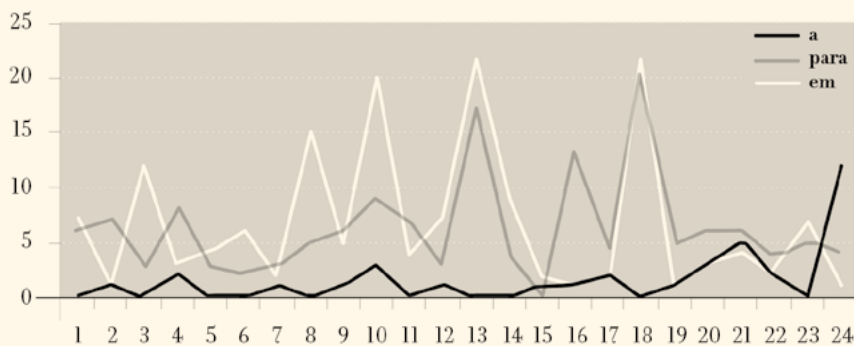
GRÁFICO 2 — OCORRÊNCIAS DE USOS DAS PREPOSIÇÕES (A/PARA/EM) POR INDIVÍDUO EM BLUMENAU



FONTE: WIEDEMER (2008, P. 116).

Conforme se observa no GRÁFICO 2, em Blumenau, 7 informantes não usaram a preposição **a**, 2 deixaram de utilizar **em** e também 2 não fizeram uso de **para**. 3 se sobressaem por produzir 10 ocorrências de **para** e um por usar 13 vezes a preposição **em**. Dos 24 informantes, 14 (58%) usam alternadamente as 3 preposições.

GRÁFICO 3 — OCORRÊNCIAS DE USOS DAS PREPOSIÇÕES (A/PARA/EM) POR INDIVÍDUO EM CHAPECÓ



FONTE: WIEDEMER (2008, P. 116).

Já em Chapecó, 10 entrevistados não apresentaram a preposição **a** e um não usou **para**; todos usaram **em**. Dos 24 informantes, 12 (50%) apresentam variação no uso das três preposições.

Dessa forma, considerando as três localidades, 23 dos 72 entrevistados (32%) não usaram a preposição **a**. Em contrapartida, apenas 3 informantes (4%) deixaram de empregar **em** e 4 (5%) não fizeram uso de **para**. Isso mostra que a preposição **a** se encontra, atualmente, não só com baixa frequência de uso (embora acima de nossa expectativa inicial), mas também em total desuso na fala de alguns informantes. Por outro lado, observando os resultados individuais de uso da preposição **a**, há 51 ocorrências (quase 1/3 do total de 144) concentradas na fala de 5 informantes, sendo 1 informante com 12 ocorrências na cidade de Chapecó; 2 informantes na cidade de Blumenau, sendo um com 11 ocorrências, e outro com 7 ocorrências; e 2 informantes na cidade de Florianópolis com 11 ocorrências cada um.

Com esses números, é necessário considerar que os resultados obtidos para a preposição **a**, por cidade e também na rodada geral, devem ser relativizados em função da alta concentração de ocorrências em alguns informantes e da ausência de dados em outros. Além disso, esses resultados evidenciam que, além de observar a variação na comunidade de fala, é necessário remeter nosso olhar para a questão da variação inter e intraindivíduo.

Temos aqui uma questão interessante a ser discutida: considerando a variável em estudo, será que estamos lidando com uma mesma comunidade de fala ou com comunidades de fala diferentes, ou subcomunidades? É certo que cada cidade, conforme Wiedemer (2008), especialmente Florianópolis e Blumenau, mostra particularidades significativas quanto ao uso das preposições. Entretanto, também o autor evidenciou que há compartilhamento de alguns contextos condicionadores.

Sobre isso, podemos correlacionar os resultados com os apontamentos de Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 124-125, grifo nosso), ao tratarem do problema da implementação, em que sugerem:

[...] uma mudança linguística começa quando um dos **muitos traços característicos da variação na fala se difunde através de um subgrupo específico da comunidade de fala**. Este traço linguístico então assume certa significação social – simbolizando os valores sociais associados àquele grupo (cf. Sturtevant 1947: 81ss.). Uma vez que a mudança linguística está encaixada na estrutura linguística, ela é gradualmente generalizada a outros elementos do sistema. Tal generalização não tem nada de instantânea, e a mudança na estrutura social da comunidade normalmente intervém antes que o processo se complete. Novos grupos entram na comunidade de fala, de tal modo que uma das mudanças secundárias se torna primária.

A implementação está atrelada às causas/motivações da mudança; sob esse viés, procura-se identificar em que parte da estrutura social e linguística a mudança se originou. Nas palavras de Labov (1994, p. 3), “para se entender as causas da mudança, e necessário saber onde ela se origina na estrutura social, como se espalha para outros grupos sociais e quais grupos resistem a ela”. Nessa etapa, uma mudança pode se iniciar como um padrão local e espalhar-se por grupos vizinhos; a oposição entre duas variantes, em muitos casos, simboliza uma oposição entre valores sociais, resultando em normas sociais, étárias, estilísticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da discussão, neste capítulo, demonstram a necessidade de realizarmos uma análise mais aprofundada nos dados de determinada comunidade analisada, e que esses resultados servem de sustentação suficiente para a ampliação da análise pela sociolinguística, e de considerarmos também o controle dos resultados gerais *pari passu* aos resultados das escolhas individuais.

Wardhaugh (2002) elenca as noções de **estereótipo** (presença de certas características comportamentais) e de **identidade** como fundamentais na delimitação do conceito de comunidade de fala. Dessa forma, comunidades de fala são sempre definidas praticamente a partir das suas relações com outras comunidades. Nas palavras de Wardhaugh (2002, p. 117), “dizer que um membro de determinado grupo, que ele ou ela sempre exibirão algum comportamento característico é oferecer um estereótipo”.

Dessa forma, a pesquisa linguística deve considerar os padrões de comportamento de seus membros. Holmes e Meyerhoff (1999) mencionam que na CF as normas são compartilhadas, de modo que seus membros são definidos externamente; no entanto, na comunidade de prática, práticas construídas internamente são requeridas a seus membros, sendo o relacionamento construído através de grupos de identidades e o processo social aprendido. Dessa maneira, a comunidade de prática pode facilitar a propagação de novas formas linguísticas.

Sobre a CF, Wardhaugh (2002) destaca que a noção de CF não pode ser um conceito fechado, e que sua identificação não é menos problemática do que os conceitos de língua, dialeto, grupo e variedade. Dessa maneira, a definição de CF está atrelada à definição de grupo, língua, dialeto ou norma. Wardhaugh (2002, p. 121) acrescenta que “um indivíduo pertence a várias comunidades de fala ao mesmo tempo, mas em alguma ocasião particular somente a uma delas, a identificação particular depende do que é especialmente importante ou contrastivo nas circunstâncias”.

Dessa forma, as pessoas estariam ligadas a uma multiplicidade de redes de relacionamentos e, para participar dessas redes, o falante faz uso de seu repertório de fala e controla as **gramáticas** de uma língua ou mais, que são necessárias para participar destes relacionamentos (escola, trabalho, lar, etc.). Assim, uma pesquisa sociolinguística também deve ficar atenta ao repertório de fala que cada indivíduo possui, em que uma pessoa pode controlar e fazer uso de diferentes variedades de línguas. Para Wardhaugh (2002, p. 128), “a conexão social que resulta das escolhas linguísticas que você faz pode depender da quantidade de certas características linguísticas, da mesma forma que de suas qualidades”. Assim, a noção de CF, por sua vez, afasta da pesquisa sociolinguística o aspecto da alta mobilidade social e geográfica das sociedades modernas, deslocando os dados da realidade existente (CHAMBERS, 1995 *apud* MILROY, 2002).

Por fim, o percurso que realizamos neste trabalho foi o controle do modo como os indivíduos de uma comunidade organizam sua comunicação, e que pode realmente

apresentar resultados que expliquem o uso de diferentes variáveis de fala dentro de uma comunidade, e, com isso, contribuir também para uma descrição do português brasileiro.

REFERÊNCIAS

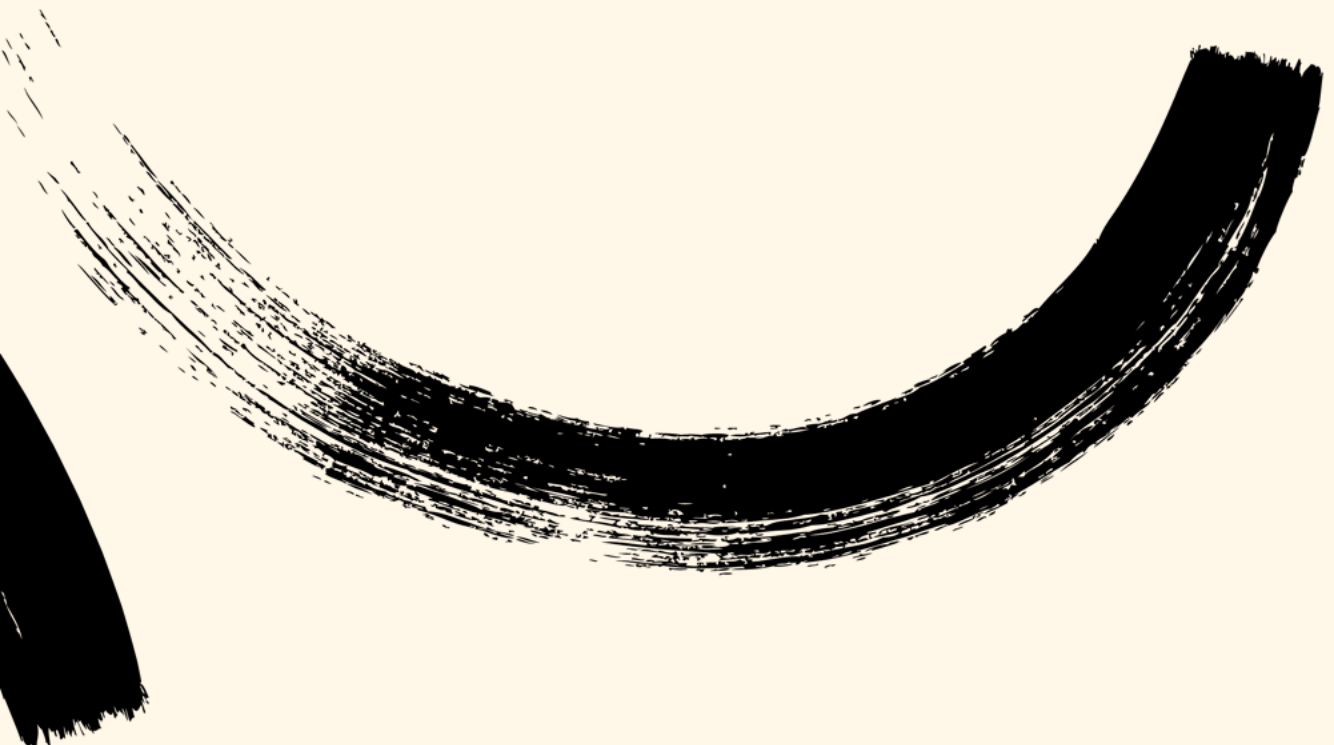
- ASSIS, T. S. B. A atuação das variáveis linguísticas na regência de verbos de movimento no português afro-brasileiro. **Papia**: Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico, v. 19, p. 39-49, 2009. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/2007>. Acesso em: 17 maio 2018.
- CHESHIRE, J. **Variation in English dialect**: a sociolinguistic study. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- FIGUEROA, E. **Sociolinguistic metatheory**. Oxford: Pergamon, 1994.
- FINEGAN, E.; BIBER, D. Register variation and social dialect variation: the register axiom. In: ECKERT, P.; RICKFORD, J. R. (ed.). **Style and sociolinguistic variation**. Stanford: Cambridge University Press, 2001. p. 235-267.
- GÖRSKI, E. M.; COELHO, I. L. Variação linguística e ensino de gramática. **Working Papers em Linguística**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 73-91, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/1984-8420.2009v10n1p73>. Acesso em: 17 maio 2018.
- GUY, G. A identidade linguística da comunidade de fala: paralelismo interdialeto nos padrões de variação linguística. **Organon**: Revista do Instituto de Letras da UFRGS, Porto Alegre, v. 14, n. 28-29, p. 17-32, 2000. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/organon/article/view/30194>. Acesso em: 17 maio 2018.
- GUY, G. R. As comunidades de fala: fronteiras internas e externas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 2., 2001, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: ABRALIN, 2001. v. 1. Disponível em: <http://www.worldcat.org/title/ii-congresso-internacional-da-abralin-fortaleza-marco-de-2001-anais/oclc/53148739>. Acesso em: 16 ago. 2018.
- HOLMES, J.; MEYERHOFF, M. The community of practice: theories and methodologies in language and gender research. **Language in Society**, Cambridge, v. 28, n. 2, p. 173-183, 1999.
- HYMES, D. Models of the interaction of language and social life. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (ed.). **Sociolinguistics: the essential readings**. Oxford: Blackwell, 2003. p. 35-71. Disponível em: <http://www.mapageweb.umontreal.ca/tuitekj/cours/2611pdf/Hymes-Models.pdf>. Acesso em: 9 set. 2018.
- LABOV, W. **Principles of linguistic change**: internal factors. Malden; Oxford: Blackwell, 1994. v. 1.
- LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- MILROY, L. Social networks. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (ed.). **The handbook of language variation and change**. Oxford: Blackwell, 2002. p. 549-569.

- MOLLICA, M. C. M. A regência variável do verbo *ir* de movimento. In: SILVA, G. M. O.; SCHERRE, M. M. P. (orgs.). **Padrões sociolinguísticos**: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 149-167.
- RIBEIRO, A. J. C. R. Variação e funcionalidade no uso de preposições e a regência do verbo *ir* na fala carioca. In: VOTRE, S.; RONCARATI, C. (orgs.). **Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil**: uma homenagem acadêmica. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008. p. 87-94.
- VALLO, M. A. G. A regência do verbo *ir* de movimento na perspectiva variacionista. In: HORA, D. (org.). **Estudos sociolinguísticos**: perfil de uma comunidade. João Pessoa: Pallotti, 2004. p. 207-217.
- WARDHAUGH, R. **An introduction to sociolinguistics**. 4. ed. Malden; Oxford; Carlton: Blackwell, 2002.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.
- WIEDEMER, M. L. **A regência variável do verbo *ir* de movimento na fala de Santa Catarina**. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91439>. Acesso em: 17 maio 2018.
- WIEDEMER, M. L. Ampliação da noção teórica da comunidade de fala na pesquisa sociolinguística. In: SILEL, I., 2009, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: EDUFU, 2009. Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/pt/arquivos/gt_lg06_artigo_5.pdf. Acesso em 17 ago. 2018.
- WIEDEMER, M. L. Influência das variáveis sociais sobre o uso das preposições no complemento locativo do verbo *ir* na fala catarinense. **Revista Gatilho**, ano 6, v. 11, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/gatilho/article/view/26949>. Acesso em: 17 maio 2018.

{5}

**VARIABILIDADE NA PRODUÇÃO
DE VOGAIS ÁTONAS FINAIS
E A LÍNGUA COMO SISTEMA
ADAPTATIVO COMPLEXO**

Adelaide Hercília Pescatori Silva*
e Rebeca Lessmann**



SILVA, A. H. P.; LESSMANN, R. Variabilidade na produção de vogais átonas finais e a língua como sistema adaptativo complexo. *In*: MENON, O. P. S.; FAGUNDES, E. D. (org.). **Estudos sobre o português no Sul do Brasil**. Curitiba: EDUTFPR, 2022. p. 89-105.

—

* Professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), é membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPR. Graduada em Letras (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é mestre e doutora em Linguística também pela Unicamp e pós-doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atua na linha de pesquisa de estudos gramaticais: descrição, análise, teoria, meta-teoria e historiografia. Bolsista PQ do CNPq. Também é coordenadora do Grupo de Estudos Fônicos, registrado no CNPq.

** Graduada em Letras Português-Inglês pela Universidade Federal do Paraná. Pesquisadora membro do Grupo de Estudos Fônicos, registrado no CNPq, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Adelaide Herécilia Pescatori Silva.

INTRODUÇÃO

Já se sabe – através de estudos como os de Camara Júnior (1971) ou Bisol (2003), por exemplo – que o quadro das vogais orais do português brasileiro (PB) diminui em função da posição da vogal relativamente ao acento tônico da palavra, de modo que, em posições átonas, um processo de neutralização reduz o inventário de vogais. Como também já se sabe, a posição átona final é aquela em que o inventário vocálico sofre uma diminuição mais drástica, resultando da aplicação do processo de neutralização um conjunto de apenas três vogais, /i, a, u/.

Essa é uma análise fonológica para o comportamento das vogais do PB, mas este estudo não traz uma reflexão sobre a fonologia das vogais átonas finais (VAF)¹ do PB. Assumindo-se, pelo menos de início, a dissociação entre fonética e fonologia, o trabalho ora apresentado circunscreve-se à fonética e se preocupa com a maneira pela qual as vogais átonas finais são produzidas.

Estudos experimentais concernentes às vogais átonas finais do PB são escassos, e mais escassos ainda são os estudos específicos sobre as vogais átonas finais produzidas por falantes de Curitiba/PR. Para além de permitirem verificar os achados de outros estudos, em especial os de cunho variacionista, que preconizam a realização da vogal átona final frontal como [e] nessa região, estudos desta natureza podem contribuir para uma melhor compreensão sobre o comportamento desses sons na região em questão e relativamente a outras regiões do Brasil.

Dessa forma, este estudo – que estava em andamento quando apresentado na V Jornada do Varsul² – pretende trazer uma pequena contribuição para que se comece a compreender como são produzidas as vogais átonas finais em Curitiba/PR. Pretende também discutir os dados apresentados à luz de uma perspectiva que considera a língua um sistema adaptativo complexo, isto é, um sistema no qual há diversas variáveis que interagem entre si e no qual a alteração de uma única variável pode promover a mudança de todo o sistema.

Para dar conta dos objetivos arrolados no parágrafo anterior, este texto se organiza da seguinte maneira: na seção seguinte, apresentamos uma breve resenha de trabalhos que embasam este. Há, ali, estudos que caracterizam acusticamente as vogais átonas finais. A opção por focalizar estes estudos, em detrimento de estudos de cunho variacionista, justifica-se à medida que este é também um estudo que busca caracterizar acusticamente as vogais átonas finais. As referências orientam a elaboração das hipóteses que serão verificadas

1 Neste texto usaremos também a sigla VAF para nos referirmos às vogais átonas finais do PB.

2 Como será abordado na seção relativa à metodologia do experimento, os dados aqui apresentados e discutidos foram obtidos junto a quatro sujeitos, mas nós prevemos a coleta junto a nove sujeitos. Os dados dos outros cinco sujeitos já foram colhidos e estavam em análise no momento da V Jornada do Varsul. Por isso só serão apresentados e discutidos dados de quatro sujeitos.

e a montagem do experimento de produção através do qual serão colhidos dados para posterior análise.

Abordaremos, então, na seção subsequente, a metodologia experimental, apresentando e discutindo o experimento de produção. Em seguida, serão reportados os resultados obtidos para, finalmente, procedermos à discussão desses resultados e às considerações finais. Neste ponto, os resultados obtidos na análise servirão de base para o argumento de que a língua pode ser pensada como um sistema adaptativo complexo, à luz do que preconizam autores como Lansing (2003).

O COMPORTAMENTO DA VOGAL ÁTONA FINAL EM PB À LUZ DE ESTUDOS EXPERIMENTAIS

Estudos experimentais em fonética pressupõem, obviamente, a realização de experimentos através dos quais se colham dados de fala para que possam ser submetidos a posterior análise via equipamentos. Pode-se fazer uma análise acústica utilizando-se programas específicos para a investigação do sinal de fala, como o Praat³; pode-se recorrer a uma análise articulatória que lance mão de técnicas como a eletromiografia ou a ultrassonografia, que são as técnicas mais correntemente utilizadas na atualidade.

No Brasil, a maioria dos estudos experimentais em fonética são elaborados de modo a possibilitarem a coleta de dados para a análise acústica da fala. Uma das principais vantagens da análise acústica é que ela é um método nada invasivo: os sujeitos dos experimentos têm de gravar dados – frequentemente a partir de tarefas de leitura de um conjunto de sentenças ou de uma pequena narrativa – que são armazenados em ambiente computacional. Ou seja, não há qualquer espécie de risco para os sujeitos.

Técnicas como a análise acústica do sinal de fala permitem uma investigação bem mais precisa do que aquela que o ouvido humano conseguiria fazer: seja pela limitação imposta pelo limiar de audição, seja pela nossa consciência fonológica, uma análise de outiva pode não revelar características importantes do sinal de fala.

Assim, por exemplo, no caso das vogais átonas finais, frequentemente lemos em manuais introdutórios à fonética que são vozeadas e que não existiriam vogais desvozeadas. Entretanto, Meneses (2012), ao investigar a produção de seis sujeitos naturais de Vitória da Conquista/BA, reporta a ocorrência de vogais desvozeadas em palavras nas quais as vogais /i, a, u/ ocorrem precedendo e seguindo a fricativa alveolar surda /s/. As vogais que precedem a fricativa são sempre tônicas, e as vogais que seguem tal consoante são átonas finais. Os resultados obtidos na análise acústica levam Meneses (2012) a observar que, embora

3 Software gratuito, elaborado por Paul Boersma e David Weenink, do Instituto de Ciências Fonéticas da Universidade de Amsterdã (Holanda). Pode ser obtido gratuitamente no site: <http://www.fon.hum.uva.nl/praat/>.

não ocorra uma vogal prototípica no sinal acústico, com estrutura formântica nítida e bem definida, há pistas da vogal átona final no espaço acústico das fricativas.

Desta forma, ele conclui que não há propriamente um apagamento da vogal, mas uma sobreposição da vogal à fricativa. Nesse processo, a vogal se realiza sem a vibração das pregas vocais, o que resulta, portanto, numa vogal desvozeada. Além disso, Meneses (2012) verifica que o percentual de vogais vozeadas e de vogais desvozeadas é equivalente – e respectivamente de 39% e 38% nos dados averiguados. Outro achado relevante é o fato de que a vogal baixa exibe um número bem menor de casos de desvozeamento do que as vogais altas, fato que o autor menciona ser consensual na literatura.

Mais um ponto que deve ser observado, relativamente ao trabalho de Meneses (2012), é a variabilidade intersujeitos: dos seis sujeitos do experimento, três deles exibem um percentual baixo de desvozeamento das vogais – aproximadamente 5%. Dois deles só produzem as vogais altas desvozeadas, inexistindo casos de desvozeamento da vogal baixa. Três outros sujeitos produzem vogais desvozeadas de maneira mais recorrente – 25 a 30% das vogais átonas finais do *corpus* são desvozeadas. Dentre esses três sujeitos, um deles desvozeia apenas as vogais altas. A observação recorrente nos dados de todos os seis sujeitos, e que já havíamos mencionado anteriormente, é que o percentual de desvozeamento da vogal baixa é expressivamente menor que o percentual de desvozeamento das vogais altas.

Dito isto, depreende-se do trabalho de Meneses (2012) que:

- a. a redução das vogais átonas finais se manifesta também pelo seu desvozeamento, mas não seu apagamento, já que essas vogais deixam informações no espaço acústico da fricativa que as antecede;
- b. as vogais baixas e as vogais altas se comportam de maneira distinta, tal que o autor registra um percentual menor de casos de desvozeamento das vogais baixas, em comparação com as vogais altas;
- c. o desvozeamento é variável em função dos sujeitos, de modo que há aqueles que pouco desvozeiam as vogais, contrastivamente àqueles que produzem vogais desvozeadas com maior frequência.

Dias e Seara (2013), em boa medida, confirmam os achados de Meneses (2012): as autoras verificam a produção de vogais tônicas e de vogais átonas finais produzidas por adultos e crianças de Florianópolis/SC. Cabe acrescentar que, na época da coleta dos dados, as três crianças, sujeitos do experimento, tinham 6 anos. Todos os sujeitos – três crianças e um adulto – eram do sexo feminino.

As medidas de duração relativa e de frequência de formantes (F1 e F2) que as autoras conduzem permitem-lhes afirmar que a duração relativa das vogais átonas finais é, como se suspeitava, consistentemente menor que a duração relativa das vogais tônicas, tanto na fala de adultos como na fala de crianças. As medidas de frequência dos formantes, por sua vez, permitem que as autoras observem uma centralização do espaço acústico das

VAFs, comparativamente ao espaço acústico das vogais tônicas. Assim como no caso da duração relativa, a frequência dos formantes das VAFs exibe comportamento semelhante nos dados das crianças e nos dados dos adultos.

No que concerne ao apagamento das vogais átonas finais, é necessário esclarecer que as autoras o entendem como um processo que implica a produção das vogais átonas finais sem a presença da barra de sonoridade e, portanto, sem a vibração das pregas vocais. As autoras, portanto, tratam como apagamento o fenômeno a que Meneses (2012) denominava desvozeamento. Mas elas também consideram que há apagamento quando registram “a ausência de elementos vocálicos no sinal da fala” (DIAS; SEARA, 2013, p. 72). Ainda assim, verificam que o processo de apagamento atinge majoritariamente as vogais altas e as VAFs que ocorrem seguindo consoantes surdas. É clara, portanto, a consonância deste achado com o achado de Meneses (2012), o que nos permite esperar que o apagamento vocálico se manifeste mais recorrentemente sobre as vogais altas também nos dados dos sujeitos de Curitiba.

Dias e Seara (2013) verificam, adicionalmente, que as vogais átonas finais sofrem processo de apagamento diante de consoantes desvozeadas mais frequentemente do que diante de consoantes vozeadas. Neste trabalho, seguiremos Dias e Seara (2013) e nos referiremos a casos análogos como **apagamento** e não **desvozeamento**.

Outro trabalho de cunho experimental relevante para este que ora se apresenta é o de Dubiela (2016). Em sua dissertação de mestrado, o autor verifica a produção da vogal frontal alta /e/, em posição átona final de dissílabos paroxítonos, por sujeitos naturais de Curitiba/PR. Baseado em estudos variacionistas, como os de Limeira (2013), que fornecem evidências de que a faixa etária é um fator extralinguístico importante para o condicionamento da não-elevação da vogal frontal média em posição átona final, Dubiela (2016) recorre a três grupos de sujeitos, constituídos de três sujeitos cada. Os três grupos se organizam em função da faixa etária dos sujeitos: 24 e 25 anos; 43 a 45 anos e, finalmente, 61 a 67 anos.

Dubiela (2016) verifica também – e baseado em estudos variacionistas, como o de Mileski (2013) – a possível influência do contexto consonantal sobre a realização das vogais átonas finais. Diferentemente de Meneses (2012), Dubiela (2016), seguindo Mileski (2013), focalizou o contexto precedente à vogal, com o intuito de testar a hipótese de que a vogal frontal média átona final poderia elevar em razão da natureza da consoante que a antecede nos dissílabos paroxítonos em que foram inseridos.

Dubiela (2016) mediu a duração relativa de cada uma das ocorrências da vogal frontal média átona final produzidas pelos nove sujeitos do experimento. Mediu também as frequências do primeiro, segundo e terceiro formantes (F1, F2 e F3).

Em linhas gerais, suas conclusões apontam para a ausência de influência da faixa etária sobre a realização da vogal frontal média átona final: não é possível dizer que o grupo dos sujeitos de maior faixa etária eleve menos a vogal em questão, comparativamente ao grupo dos sujeitos de menor faixa etária, como era inicialmente esperado pelo autor. Assim,

há sujeitos do grupo de menor faixa etária que pouco elevam a vogal, da mesma maneira que há sujeitos do grupo de maior faixa etária que a elevam recorrentemente. Dubiela (2016) observa que a convivência óbvia entre pessoas de diferentes faixas etárias pode ser a explicação por que a hipótese relativa à influência da faixa etária sobre a realização não alçada da vogal frontal média átona final não se confirme nos dados que analisa.

Com base nos achados dos estudos abordados nesta seção, podemos traçar o objetivo de nosso trabalho e formular as suas hipóteses norteadoras, que serão expostos a seguir.

OBJETIVO E HIPÓTESES

O objetivo deste trabalho é descrever acusticamente as vogais átonas finais produzidas por sujeitos de Curitiba/PR.

As hipóteses que tencionamos testar, formuladas à luz das referências mencionadas na seção anterior, são:

- a. as vogais altas átonas finais exibem maior tendência ao apagamento do que a vogal baixa;
- b. as vogais átonas finais devem sofrer apagamento de modo mais recorrente diante de consoantes surdas do que diante de consoantes sonoras;
- c. a vogal átona final /a/ deve apagar menos frequentemente quando carrega marca morfológica de gênero feminino do que quando é vogal temática;
- d. as vogais altas têm menor duração relativa do que a vogal baixa.

Dois esclarecimentos sobre as hipóteses formuladas são necessários: a hipótese **c** não se baseia nas referências consultadas, ao contrário das demais. Entretanto, prevê que pode haver um condicionamento morfológico sobre o apagamento ou sobre a manutenção da vogal átona final /a/. A hipótese **d**, por sua vez, não será abordada neste texto, porque os dados relacionados a ela ainda estão sendo analisados.

É mister acrescentar que a previsão sobre a interação entre variáveis distintas condicionando um mesmo fato está em consonância com a concepção de língua subjacente a este trabalho, e que considera a língua um sistema adaptativo complexo, como comentaremos mais detidamente na seção final deste trabalho, ao discutirmos os resultados das análises dos dados.

METODOLOGIA

Visando a atingir o objetivo a que este trabalho se propõe, elaboramos um experimento de produção que consiste na tarefa de leitura de duas narrativas curtas com 300 e 260 palavras cada uma.

A escolha pelo uso de narrativas em detrimento das sentenças-veículo, como as usadas nos estudos previamente citados, se justifica pela busca por uma maior naturalidade na tarefa de leitura. Isto porque a utilização de sentenças-veículo talvez pudesse promover hiperarticulação das palavras-alvo, que muitas vezes acabam recebendo foco durante a coleta dos dados. A hiperarticulação é um efeito indesejado pois, ao fim e ao cabo, pode inibir um processo de apagamento da VAF. Dessa forma, optamos pelas pequenas narrativas por julgar que elas são mais eficientes para desviar a atenção dos sujeitos relativamente às palavras visadas e, assim, garantem uma maior naturalidade ao registro colhido, como já mencionamos e, portanto, uma análise mais acurada.

Além disso, as pequenas narrativas nos permitem contemplar, num único instrumento de coleta, dados para testar todas as hipóteses que elencamos na seção precedente. Assim, por exemplo, pudemos contemplar dados para testar a hipótese de que /a/, marca de gênero feminino, sofre um processo de apagamento menos recorrente que /a/ vogal temática, bem como dados que testam a hipótese de que o vozeamento da consoante seguinte influencia o vozeamento da vogal átona final.

Para a confecção das pequenas narrativas, selecionamos um total de 18 palavras-alvo para cada uma das narrativas. Todas as 36 palavras-alvo são substantivos dissílabos. Cada dissílabo tem a seguinte estrutura: [^{*}C1V1C2V2#C3], onde:

- a. C1 é qualquer consoante do português brasileiro;
- b. V1 é qualquer vogal oral do PB;
- c. C2 é uma dentre as seis consoantes oclusivas do PB, /p, b, t, d, k, g/;
- d. V2 é uma dentre as três vogais átonas finais do PB;
- e. # marca fronteira de palavra⁴;
- f. C3 é uma consoante vozeada ou desvozeada.

Cada pequena narrativa foi lida quatro vezes por cada sujeito, em seguida a uma leitura prévia, não gravada, para a familiarização dos sujeitos com o instrumento de coleta de dados.

Por questões de ordem prática, como acesso a possíveis sujeitos e disponibilidade deles, foram selecionados 4 indivíduos do sexo feminino para serem sujeitos do experimento. Suas idades variam entre 18 e 30 anos e elas estão cursando ou já concluíram o ensino superior. Três sujeitos são de Curitiba; a quarta, embora não seja nascida na cidade, vive lá há mais de 4 anos. As gravações do teste foram realizadas em cabine com tratamento

4 À guisa de esclarecimento, cabe mencionar que, uma vez que não há uma definição consensual para **palavra** na literatura morfológica, a concepção de **palavra**, neste trabalho, é bem larga e se baseia num critério ortográfico, ou seja, considera-se **palavra** um conjunto de caracteres entre espaços em branco.

acústico, tanto no laboratório de fonética da Universidade Federal do Paraná (UFPR) quanto no laboratório de fonética da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). A máquina usada para a gravação foi um notebook HP. O programa de gravação usado foi o Audacity e os dados foram amostrados a uma taxa de 44100 Hz. Os arquivos de áudio foram salvos em formato WAV e analisados através do programa Praat.

Considerando que temos 36 palavras-alvo, 4 leituras de cada narrativa e 4 sujeitos, obtivemos um total de 576 dados para análise. Deles todos, um dado apenas precisou ser descartado, em razão de problemas na gravação.

ANÁLISE DOS DADOS

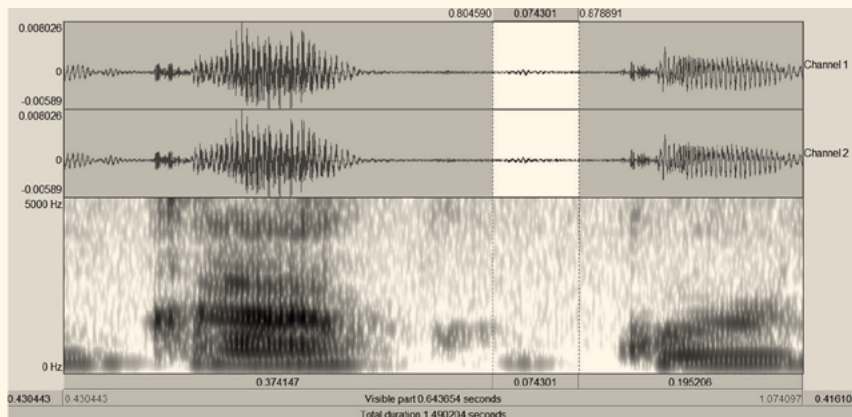
Considerando o objetivo deste trabalho, observamos que o instrumento de coleta de dados se adequou às necessidades do experimento: a tarefa de leitura das narrativas se mostrou satisfatória para o experimento, pois verificamos que os sujeitos ficaram à vontade enquanto desempenhavam a tarefa de leitura. Não demonstraram tensão e aparentemente não monitoraram sua fala, o que sugere naturalidade na produção dos dados. Isso garante maior fidedignidade à análise que se segue.

Para iniciar a análise dos dados e testar as hipóteses elencadas na seção **Objetivo e hipóteses**, apresentamos inicialmente uma inspeção visual de dois deles. Visamos com isto a esclarecer os procedimentos adotados para considerarmos a ocorrência do apagamento da VAF, em contraposição à sua manutenção.

As FIGURAS 1 e 2 apresentam um trecho da sequência **caco cortante** – a última sílaba da palavra **caco** e a primeira de **cortante**. A FIGURA 1 ilustra a ocorrência de apagamento: na porção do sinal selecionada entre as duas linhas verticais pontilhadas, inexistem ciclos de onda que possam sinalizar a presença de uma vogal. No espectrograma, como decorrência da ausência da forma de onda correspondente à vogal, não temos um evento acústico contínuo, com estrutura de formantes nítida e bem definida, como seria de esperar caso houvesse de fato uma vogal. Por essas razões podemos afirmar que houve apagamento da vogal átona final nesse dado.

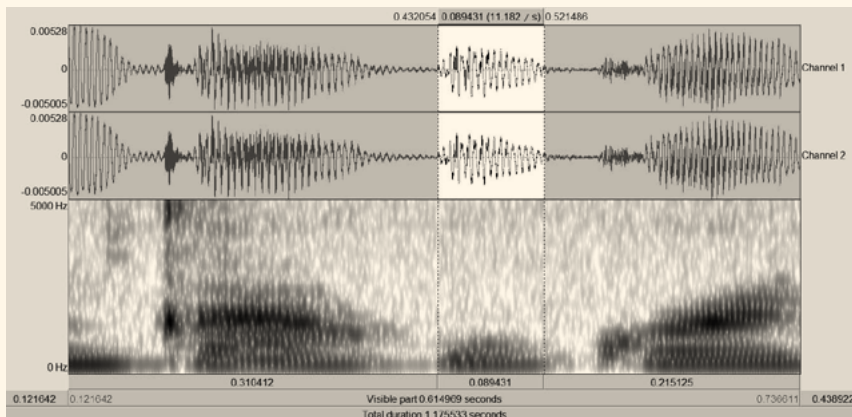
Por outro lado, na FIGURA 2 vemos, entre as linhas verticais pontilhadas, ciclos regulares na forma de onda. Como consequência, no espectrograma vemos um evento acústico contínuo, com uma estrutura de formantes bem definida. Portanto, podemos dizer que houve aí a produção de uma VAF.

FIGURA 1 — TRECHO DA SEQUÊNCIA CACO CORTANTE, COM O APAGAMENTO DA VAF SINALIZADO ENTRE LINHAS VERTICAIS PONTILHADAS



FONTE: AUTORIA PRÓPRIA.

FIGURA 2 — TRECHO DA SEQUÊNCIA CACO CORTANTE, COM A PRESENÇA DA VAF, SINALIZADA ENTRE LINHAS VERTICAIS PONTILHADAS



FONTE: AUTORIA PRÓPRIA.

O critério utilizado para apontar o apagamento ou a realização da vogal átona final nos permitiu observar inicialmente que, dos 575 dados analisados, 134 deles (23% do total) exibem apagamento da vogal átona final. Destes, é relevante notar que:

- a. 40 dados (35%) foram apagados na produção da Informante I;
- b. 53 dados (35%) foram apagados na produção da Informante II;
- c. 27 dados (17,5%) foram apagados na produção da Informante III;
- d. 17 dados (10,8%) foram apagados na produção da Informante IV.

Observa-se que as informantes I e II realizam mais apagamentos que as informantes III e IV. De todos os sujeitos do experimento, a Informante IV é a que menos produz apagamentos, como mostra a TABELA 1.

TABELA 1 — APAGAMENTO DA VOGAL ÁTONA FINAL EM FUNÇÃO DO INFORMANTE

Informante	Apagamentos (absolutos)	Apagamentos (%)
Dados I	40 de 114	35,00%
Dados II	53 de 149	35,00%
Dados III	27 de 154	17,50%
Dados IV	17 de 156	10,80%
Total	134 de 575	23,30%

FONTE: AUTORIA PRÓPRIA.

Depois de uma primeira inspeção mais geral sobre os dados, procuramos testar as hipóteses:

- a. as vogais átonas finais deverão sofrer apagamento de modo mais recorrente diante de consoantes desvozeadas do que diante de consoantes vozeadas;
- b. as vogais altas átonas finais exibem maior tendência ao apagamento do que a vogal baixa;
- c. a vogal átona final /a/ deve apagar menos frequentemente quando carrega marca morfológica de gênero feminino do que quando é vogal temática.

Para tanto, selecionamos para análise as variáveis **vozeamento da consoante seguinte, qualidade da vogal átona final e caracterização morfológica da palavra pelo gênero linguístico**. As variáveis foram isoladas em cada dado e analisadas de forma independente entre si.

Examinando, primeiramente, o vozeamento da consoante seguinte, *i.e.*, C3, como possível fator influenciador do apagamento das vogais átonas finais, chegamos aos resultados expostos na TABELA 2. Como se vê, os dados obtidos corroboram os achados de estudos como os de Meneses (2012) e Dubiela (2016), pois esses autores reportam que as vogais átonas finais sofrem processo de apagamento mais recorrentemente diante de consoantes desvozeadas.

TABELA 2 — APAGAMENTO DA VOGAL ÁTONA FINAL EM FUNÇÃO DO VOZEAMENTO DE C3

Contexto seguinte	Total de dados ⁵	Apagamentos (absolutos)	Apagamentos (relativos)
Consoante vozeada	295	50	17%
Consoante desvozeada	147	68	46%

FONTE: AUTORIA PRÓPRIA.

Cabe acrescentar, entretanto, que o apagamento das vogais átonas finais diante de consoante desvozeada não é fato categórico, ou seja, não se tem um cenário em que todas as VAFs são apagadas diante de consoante desvozeada e todas são preservadas diante de consoante vozeada. Logo, é possível pensar que a manutenção das VAFs em contexto precedente à consoante vozeada esteja sujeita a uma conjunção de fatores. Daí a necessidade de, num momento posterior, cruzarmos as variáveis em análise.

Em seguida, para testar a hipótese segundo a qual as vogais altas átonas finais exibem maior tendência ao apagamento do que a vogal baixa, investigamos as ocorrências de apagamento em função da qualidade da vogal átona final. É preciso lembrar que estudos como os de Meneses (2012) e de Dias e Seara (2013) apontam para uma ocorrência menor de apagamento da vogal baixa, em comparação com as vogais altas. Nossas análises nos permitiram chegar aos resultados expressos na TABELA 3.

TABELA 3 — APAGAMENTO DA VOGAL ÁTONA FINAL EM FUNÇÃO DA QUALIDADE DA VOGAL

Vogal átona final	Total de dados	Apagamentos (absolutos)	Apagamentos (%)
/i/	208	70	34%
/a/	175	7	4%
/u/	190	57	30%

FONTE: AUTORIA PRÓPRIA.

Os dados obtidos se somam aos da literatura consultada, pois também no experimento conduzido para este estudo, os sujeitos apagam as vogais átonas finais altas /i, u/ com frequência consideravelmente maior do que a vogal átona final baixa /a/, que é majoritariamente conservada nas produções das quatro informantes.

Uma possível explicação para esses resultados é a de que, por ocuparem espaços acústicos mais definidos, com possibilidade menor de variação do que /a/, sob pena de invadirem o espaço acústico de outras vogais e se realizarem como tais, as vogais altas apagam mais facilmente.

5 A disparidade do número total de dados observados para cada contexto – consoante vozeada e consoante desvozeada – relaciona-se ao fato de algumas informantes terem introduzido pausa depois da palavra-alvo. Por isso, o percentual de dados torna-se uma informação mais confiável do que seu número absoluto.

Para além de uma questão articulatória e acústica, levantamos a hipótese de que a manutenção mais recorrente da vogal átona final /a/ possa estar atrelada a uma condição morfológica. Daí a hipótese de que a vogal átona final /a/ deve apagar menos frequentemente quando carrega marca morfológica de gênero feminino do que quando é vogal temática. Colocando de outro modo: esperamos que, em palavras como **gata**, em que o /a/ átono final também é marca morfológica de gênero feminino, pois se opõe à não-marca da palavra **gato**, a VAF se mantenha mais recorrentemente e em comparação com palavras como **seda**, na qual /a/ átono final é vogal temática e não marca de gênero gramatical, como afirma, por exemplo, Camara Júnior (1971).

Para testar essa hipótese, introduzimos nas pequenas narrativas **pares mínimos**, em que a informação variável é o gênero. Desta forma, no *corpus* experimental temos os pares: gato/gata; lobo/loba; gago/gaga.

Essa hipótese ainda não havia sido testada nos outros trabalhos que tratam das VAFs, constituindo-se, portanto, numa inovação deste trabalho.

A TABELA 4 mostra os resultados que obtivemos quando comparamos /a/ e /u/ átonos finais. Temos, aí, os dados obtidos a partir da análise dos pares supramencionados, em que /a/ é marca morfológica de gênero feminino e /u/, vogal temática, já que o gênero masculino se expressa pela ausência de marca morfológica, segundo a análise de Camara Júnior (1971).

Aparentemente, nossa hipótese se confirma, já que o percentual de casos de apagamento de /a/ é muito menor que o percentual de casos de apagamento de /u/.

TABELA 4 – APAGAMENTO DE /a/ MARCA MORFOLÓGICA DE FEMININO E APAGAMENTO DE /u/ VOGAL TEMÁTICA

Gênero linguístico	Total de dados	Apagamentos (absolutos)	Apagamentos (relativos)
Marcado (feminino)	88	4	4,54%
Não-marcado	88	22	25%

FONTE: AUTORIA PRÓPRIA.

Entretanto, cabe a ressalva de que os resultados da TABELA 4 podem remeter tão somente à influência da qualidade da vogal sobre seu apagamento ou manutenção, conforme já nos mostravam os dados da TABELA 3. Assim, podemos dizer apenas que há um indício para a confirmação de nossa hipótese. Para testá-la efetivamente é preciso comparar as diferentes funções morfológicas que /a/ átono final pode assumir – marca de gênero feminino e vogal temática. Essa comparação é que pode nos responder se tem sustentação a nossa hipótese de que /a/ se mantém nos dados porque carrega informação morfológica.

A TABELA 5 traz a comparação entre /a/ átono final marca de gênero feminino e /a/ átono final vogal temática. Como se vê, há uma discreta diferença nos casos de apagamento, de forma que ao se comportar como vogal temática /a/ apagaria um pouco menos do que quando funciona como marca de gênero.

TABELA 5 — APAGAMENTO DE /a/ EM FUNÇÃO DE SEU ESTATUTO MORFOLÓGICO

Função morfológica de /a/	Total de dados	Apagamentos (absolutos)	Apagamentos (%)
Vogal temática	87	3	3,44%
Gênero feminino	88	4	4,54%

FONTE: AUTORIA PRÓPRIA.

Em princípio, esse resultado contraria nossa hipótese concernente a um possível condicionamento morfológico sobre a manutenção de /a/ átono final. Uma questão que se coloca é se um conjunto maior de dados pode permitir uma melhor verificação dessa hipótese.

DISCUSSÃO

Os dados apresentados neste texto constituem a etapa inicial de um estudo mais amplo, relativo ao comportamento das vogais átonas finais produzidas por sujeitos de Curitiba.

Assim sendo, os resultados apresentados devem ser tomados como uma primeira aproximação aos dados. Conseqüentemente, as considerações nesta seção não são definitivas, mas apontam para tendências reveladas pela análise.

Das quatro hipóteses formuladas para a abordagem das VAFs, verificamos três no estudo que ora se apresenta: a hipótese acerca da menor duração relativa das VAFs, comparativamente à das vogais tônicas, ainda está sendo testada, já que os dados específicos para essa finalidade estão sendo medidos.

Quanto às outras três hipóteses, duas parecem se confirmar e corroboram achados da literatura para o PB falado em outras localidades, como Florianópolis/SC e Vitória da Conquista/BA. Assim, os dados que temos analisados mostram que as vogais átonas finais tendem a desvozear ou apagar mais recorrentemente diante de consoantes desvozeadas. Mostram também que as vogais altas exibem um maior número de casos de desvozeamento ou apagamento do que a vogal baixa /a/.

Ainda que ambas as hipóteses se confirmem, os resultados não são categóricos, ou seja, embora possamos dizer que é substancialmente maior o número de ocorrências de vogais altas que sofrem apagamento, comparativamente ao número de ocorrências da vogal baixa que apaga, há vogais altas que são mantidas e vogais baixas que são apagadas.

O mesmo se pode dizer da hipótese relativa ao apagamento das vogais átonas finais diante de consoante desvozeada: nem sempre as vogais átonas finais se mantêm diante de consoante vozeada, assim como há vogais que não se apagam diante de consoante desvozeada.

A falta de um padrão categórico no comportamento dos dados suscita a pergunta: há mais de uma variável promovendo a manutenção ou o apagamento das vogais átonas finais?

Pode-se tentar responder a essa pergunta através do cruzamento dos dados, ou seja, através do cruzamento das variáveis **qualidade da vogal** e **vozeamento da consoante seguinte**, por exemplo, e a aplicação de testes estatísticos que permitam quantificar os casos de apagamento e manutenção das VAFs considerando a interação dessas variáveis.

Isso ainda não foi feito porque há mais cinco sujeitos cujos dados estão sendo analisados. Assim que a análise estiver completa, podemos proceder a uma quantificação dos dados que, a rigor, ainda não está disponível (deve ter ficado claro que apresentamos aqui tão somente uma análise estatística descritiva dos dados).

Outro passo a ser tomado, assim que a análise dos dados de todos os sujeitos estiver concluída, é a verificação da hipótese de que a duração relativa das vogais átonas finais é menor que a duração relativa das vogais tônicas.

Um maior número de dados analisados também pode ajudar a verificar com maior acuidade a hipótese de um possível efeito morfológico que explique por que /a/ átono final apaga menos que as duas outras vogais átonas finais /i, u/. Em princípio, como mencionado na seção anterior, esta é uma hipótese que – até onde se tem notícia – nenhum outro estudo percorreu, portanto descartá-la de antemão, à luz dos poucos dados analisados, parece-nos prematuro.

Verificada a interação entre variáveis no processo de apagamento das vogais átonas finais produzidas por indivíduos de Curitiba, deveremos ter subsídios mais robustos do que os disponíveis por ora para argumentarmos que a língua se comporta como um sistema adaptativo complexo.

Como observa Lansing (2003), os sistemas adaptativos complexos constituem um subconjunto dos sistemas dinâmicos não-lineares, *i.e.*, sistemas que resultam da coocorrência e interação entre variáveis diversas. Conforme observa o autor, os sistemas não-lineares estão em todos os lugares e, se inicialmente o foco dos estudos sobre sistemas não-lineares era o caos determinístico, mais recentemente os estudos têm-se voltado à auto-organização dos sistemas. Colocando essa observação de outra maneira, podemos dizer que, num primeiro momento, os estudos sobre os sistemas não-lineares se preocupavam em explicar a perturbação num sistema, que o afastava de seu ponto de equilíbrio; recentemente, a preocupação tem-se voltado à observação e explicação sobre o modo como os sistemas retornam ao seu equilíbrio.

Nesse sentido, e considerando este estudo, podemos dizer que ainda estamos focalizando o distanciamento do sistema relativamente ao seu ponto de equilíbrio, ou o caos. Interessa-nos averiguar quais variáveis atuam sobre o apagamento das vogais átonas finais /i, a, u/ e a maneira como elas interagem entre si, para que observemos o comportamento que os dados revelam na análise, ou seja, um comportamento que não é categórico, mas que exhibe tendências a um estado em função da atuação de um conjunto de variáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados aqui apresentados, relativos ao apagamento das vogais /i, a, u/ produzidas por falantes de Curitiba, não são categóricos, no sentido de que mostram um único comportamento diante de uma variável. Assim, por exemplo, como mencionamos nas seções anteriores, a vogal baixa /a/ exibe tendência a apagar menos que as vogais altas /i, u/ diante de consoantes desvozeadas. Porém, isso não quer dizer que a vogal /a/ átona final não apague nesse contexto.

Por que isso acontece, *i.e.*, por que os resultados não são categóricos? Assumimos que a razão para isso é o fato de que a língua se comporta como um sistema adaptativo complexo, em que diversas variáveis interagem e produzem os resultados observados.

Ainda assim, para compreendermos melhor o comportamento das vogais átonas finais produzidas por sujeitos de Curitiba, é necessária a análise de um maior número de dados. A coleta de dados de outros cinco sujeitos, também do sexo feminino, já foi realizada e os dados estavam em análise no momento da realização da V Jornada do Varsul. Então, em trabalhos futuros poderemos relatar os novos achados, e responder a pergunta sobre a atuação da interação entre variáveis como qualidade da vogal e sonoridade da consoante seguinte à VAF para a manutenção ou o apagamento das vogais átonas finais.

REFERÊNCIAS

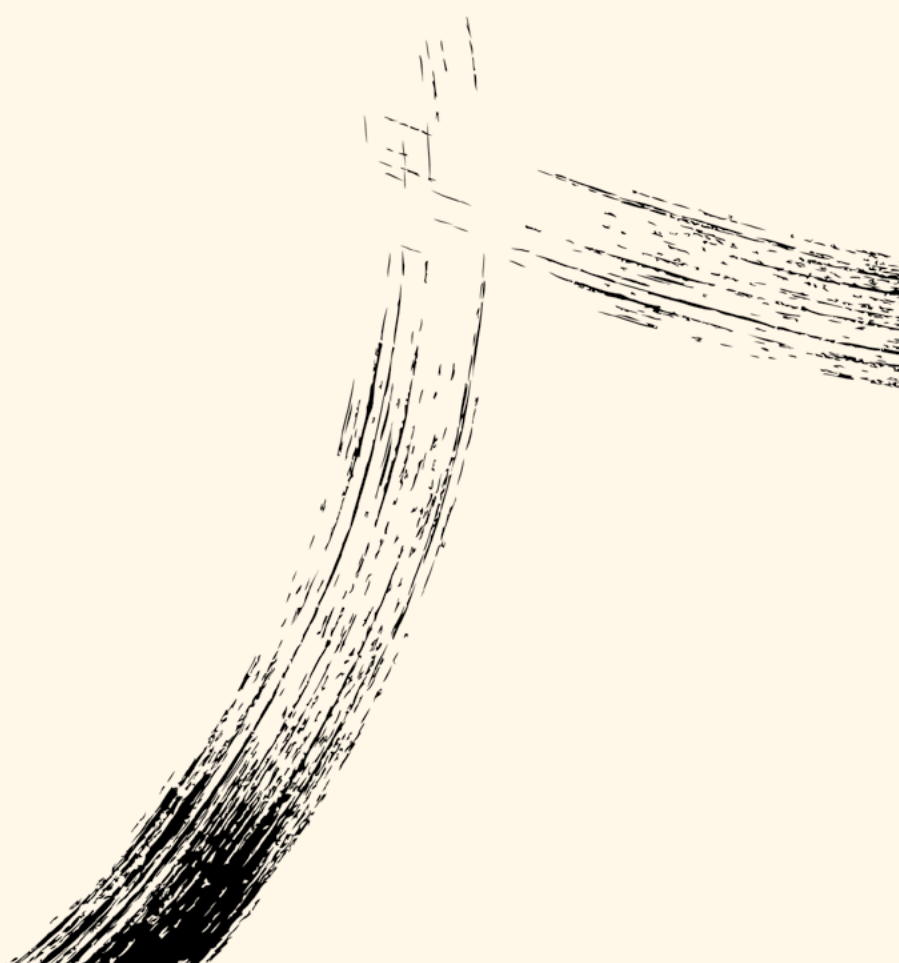
- BISOL, L. A neutralização das átonas. **Revista Letras**, Curitiba, n. 61, especial, p. 273-283, 2003. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/letras/article/view/2891>. Acesso em: 17 maio 2018.
- CAMARA JÚNIOR, J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1971.
- DIAS, E. C. O.; SEARA, I. C. Redução e apagamento de vogais átonas finais na fala de crianças e adultos de Florianópolis: uma análise acústica. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 71-93, jan. 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/13329>. Acesso em: 17 maio 2018.
- DUBIELA, M. R. **A vogal frontal átona final produzida por falantes de Curitiba: subsídios para uma abordagem dinâmica dos sons da fala**. 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/43682>. Acesso em: 17 maio 2018.
- LANSING, J. S. Complex adaptative systems. **Annual Review of Anthropology**, v. 32, p. 183-204, Oct. 2003. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.anthro.32.061002.093440>. Acesso em: 17 maio 2018.
- LIMEIRA, L. R. **O não-alçamento das vogais médias na fala de Curitiba sob a perspectiva da sociolinguística quantitativa**. 2013. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/90177>. Acesso em: 17 maio 2018.

- MENESES, F. O. **As vogais desvozeadas no português brasileiro**: investigação acústico-articulatória. 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270636/1/Meneses_Francisco_M.pdf. Acesso em: 17 maio 2018.
- MILESKI, I. A elevação das vogais médias átonas finais no português falado por descendentes de imigrantes poloneses em Vista Alegre do Prata-RS. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 47-70, 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/13399>. Acesso em: 17 maio 2018.

{6}

**ELEVAÇÃO DA VOGAL /e/ EM
DESCENDENTES DE ESLAVOS:
comparação dos resultados
de Irati e de Mallet, Paraná**

Loremi Loregian-Penkal*
e Luciane Trennephol da Costa**



LOREGIAN-PENKAL, L.; COSTA, L. T. Elevação da vogal /e/ em descendentes de eslavos: comparação dos resultados de Irati e de Mallet, Paraná. *In*: MENON, O. P. S.; FAGUNDES, E. D. (org.). **Estudos sobre o português no Sul do Brasil**. Curitiba: EDUTFPR, 2022. p. 107-123.

—

* Professora da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (Unicentro), atua na graduação em Letras, Fonoaudiologia e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Unicentro. Graduada em Letras Português e Italiano pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Linguística pela UFSC. Doutora em Letras pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pós-Doutora em Sociolinguística pela UFPR (2012) e em Contato Linguístico pela UFSC (2020). Atua na linha de pesquisa de variação e mudança linguística e coordena os grupos de pesquisa: Centro de Estudos Vênetos do Paraná (Cevep) e Variação Linguística de Fala Eslava (Varlinfe). Pesquisadora do Projeto Variação Linguística Urbana na Região Sul (VARSUL) e do Núcleo de Estudos Eslavos (Nees).

** Professora na Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (Unicentro), é membro do corpo docente do Programa em Pós-Graduação em Letras da Unicentro. Graduada em Letras Português pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é mestre em Teoria e Análise Linguística pela UFRGS, doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Paraná e pós-doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade de Varsóvia. Atua nas linhas de pesquisa em Fonética e Fonologia e Variação Linguística. Também é vice-líder do grupo de pesquisa Variação Linguística de Fala Eslava (Varlinfe) e líder do grupo de pesquisa Investigações Acústicas de Fala e Voz (Favo), além de pesquisadora do Grupo Interação e Ensino.

O FENÔMENO DE ELEVAÇÃO VOCÁLICA NO INTERIOR DO PARANÁ

Neste texto, apresentamos comparativamente os resultados de uma pesquisa desenvolvida acerca do fenômeno da elevação vocálica da vogal /e/ em posição postônica em amostras de duas cidades do interior do Paraná: Irati e Mallet.

As línguas humanas possuem quatro graus de altura vocálica:

- a. grau 1: vogais baixas;
- b. grau 2: vogais médias-baixas;
- c. grau 3: vogais médias-altas;
- d. grau 4: vogais altas.

No sistema vocálico do português brasileiro (PB), temos o fenômeno de elevação vocálica quando se realiza /o/ por /u/ e /e/ por /i/, isto é, quando ocorre a realização de uma vogal média-alta por uma vogal alta. Neste texto, trataremos do fenômeno variável de elevação da vogal /e/ em posição postônica como, por exemplo, a realização de **pote** como [ˈpɔti] ou [ˈpɔtʃi]. Não discutiremos aqui a natureza ou qualidade desta vogal final resultante do fenômeno de elevação vocálica, objeto de estudos embasados em análise de fonética acústica.

O fenômeno variável de elevação vocálica é antigo e bastante produtivo no PB. Camara Júnior (1972), no seu clássico *Estrutura da língua portuguesa*, ao tratar da alofonia vocálica no português, a separa em dois tipos: alofonia vocálica em posição tônica e alofonia vocálica em posição átona. Na posição átona final, o linguista descreve a redução das sete vogais orais para a realização de apenas três vogais /u a i/. Em nota de rodapé, comenta que: “Numa ou outra área do sul do Brasil não há a neutralização e, por exemplo, jure (de jurar) se opõe a júri (tribunal popular); mas os pares opositivos são em muito pequeno número” (CAMARA JÚNIOR, 1972, p. 34).

Mercer (1996, p. 115, grifo do autor), tendo como base dados do *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul* (ALERS), revela que:

[...] o Paraná é cortado de leste a oeste por um feixe de isófonas, delineando dois domínios dialetais. A área norte e a área Sul. Entre essas isófonas, há duas que se revestem de especial interesse para os estudos da evolução linguística: a conservação do /e/ átono final e a realização apical do /R/. São traços próprios do sul, que têm em comum o fato de representarem as variantes **velhas** em face de suas oponentes do norte – o alceamento de /e/ e a realização dorsal de /R/ – inovações em fase de expansão. Dessas duas variações, o tratamento do /e/ átono final já aflorou à consciência da comunidade falante, que a utiliza como distintivo linguístico.

Em sua pesquisa¹ sobre a elevação do /e/ átono no Paraná, Mercer (1996) analisou dados de oito cidades paranaenses: Jacarezinho, Londrina, Maringá, Umuarama, Curitiba, Ponta Grossa, Cascavel e Foz do Iguaçu. A primeira constatação por ele efetuada foi em relação às cidades do norte (Jacarezinho, Londrina, Maringá e Umuarama), que apresentaram percentual superior a 50% de elevação do /e/ para /i/; por outro lado, as do sul (Curitiba, Ponta Grossa, Cascavel e Foz do Iguaçu) apresentaram percentual inferior a 50%. De acordo com Mercer (1996, p. 117):

Umuarama, no norte, discrepa do conjunto formado pelas três outras cidades em razão de um percentual próximo a 50%, enquanto Cascavel e Foz do Iguaçu se destacam entre as quatro do sul por um índice superior a 30%. Curiosamente, as três cidades relativamente desviantes se encontram a oeste.

Análises variacionistas também atestam a baixa produtividade da regra variável de elevação vocálica no sul do Brasil em discordância com outras regiões do país. Analisando dados de fala de oito informantes de cada uma das cidades que compõem o Banco de Dados Variação Linguística Urbana na Região Sul (VARSUL), totalizando 96 informantes, Vieira (2002) analisa as realizações das vogais médias em posição postônica não final. Os resultados para a vogal postônica final /e/ apontam a variável geográfica como quarta favorecedora à aplicação da regra e também a diferença entre a produtividade da regra nas capitais e no interior dos estados da região sul do Brasil. Porto Alegre apresenta uma percentagem de 81% de aplicação da regra com peso relativo (doravante P.R.) de 0.99, Florianópolis apresenta 57% de aplicação da regra, com P.R. de 0.66 e Curitiba apresenta 37% de aplicação da regra, com P.R. de 0.45. As cidades do interior dos estados como, por exemplo, Panambi/RS, Chapecó/SC e Irati/PR, apresentam porcentagens de aplicação abaixo de 30%.

Mileski (2013) analisou a elevação das vogais médias átonas finais no português falado por descendentes de imigrantes poloneses em Vista Alegre do Prata, cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul, e constatou o uso modesto da regra variável de elevação na comunidade, a vogal /o/ obteve uma percentagem de aplicação da regra variável de elevação de apenas 5,6% e a vogal /e/ uma percentagem de apenas 2,5% na amostra investigada.

Neste trabalho, o nosso objeto de estudo é o fenômeno de elevação vocálica em posição postônica, investigado pela perspectiva da Sociolinguística Quantitativa Laboviana (LABOV, 1994) em duas amostras do Banco de Dados Variação Linguística de Fala Eslava (Varlinfe). Esse banco foi constituído, a partir de 2013, por pesquisadores da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) e é vinculado ao Programa Permanente de Extensão Núcleo de Estudos Eslavos (NEES) dessa universidade. A Unicentro é uma universidade

1 O autor não fez uso de programa estatístico, apresentando somente os percentuais.

localizada em uma região de intensa imigração eslava, polonesa e ucraniana, na região sudeste do Paraná.

No fim do século XIX, durante os domínios russo e austríaco, poloneses emigraram em massa principalmente para os Estados Unidos e, em segundo lugar, para o sul do Brasil, notadamente para o Paraná e para o Rio Grande do Sul. Segundo Wachowicz (2002), o período compreendido entre 1889 e 1892 é conhecido como **febre brasileira** porque milhares de colonos poloneses emigraram para o Brasil. Os ucranianos também emigraram em massa, mas em três fases distintas, segundo Burko (1963). A primeira ocorreu no final do século XIX, formada majoritariamente por camponeses, a segunda ocorreu por motivos políticos durante a Primeira Guerra Mundial, e a terceira aconteceu após a Segunda Guerra Mundial, considerada o maior êxodo do povo ucraniano. Não há números exatos, mas estima-se que moram, no Brasil, em torno de dois milhões de descendentes de poloneses e mais de meio milhão de descendentes de ucranianos e que, no Paraná, brasileiros com ascendência eslava constituem 20% da população (LAROCCA JÚNIOR; LAROCCA; LIMA, 2008).

No interior do Paraná e na região de abrangência da Unicentro, a cultura eslava, polonesa e ucraniana é muito presente e expressa-se na culinária, no artesanato, nos ritos religiosos, na arquitetura e no uso linguístico. Muitos descendentes são bilíngues e encontram-se até mesmo falantes trilingües, que falam português, polonês e ucraniano (COSTA; LOREGIAN-PENKAL, 2015). Ainda existem falantes cuja primeira língua é o ucraniano ou o polonês (ou ambas) e não o PB, situação bastante comum nas comunidades pesquisadas. Diante desse “mosaico” cultural e linguístico, e para investigar suas possíveis consequências para o PB falado na região, linguistas da Unicentro constituíram o Banco de Dados Varlinfe, que detalharemos na próxima seção.

O VARLINFÉ

O banco Varlinfe foi constituído a partir de 2013, tendo como base os pressupostos teórico-metodológicos da sociolinguística variacionista (LABOV, 2008; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968) e, especificamente no tocante à coleta de dados, seguindo-se as mesmas premissas adotadas pelo projeto VARSUL (MENON; LOREGIAN-PENKAL; FAGUNDES, 2013).

A coleta das entrevistas, narrativas de experiência pessoal, de falantes linguisticamente representativos da comunidade a que pertencem, foi realizada na casa dos informantes, que deviam atender a três critérios básicos: ser descendente de eslavos (ou seja, ser descendente de ucraniano ou polonês, por parte de pai ou de mãe ou de ambos); ter nascido na comunidade e/ou ter se mudado para lá no máximo aos dois anos de idade e morar na zona rural de um dos sete municípios incluídos na amostra. As características sociais consideradas na constituição da amostra foram: sexo (masculino e feminino), idade e escolaridade. A idade foi dividida em duas faixas etárias, 25-49 anos e mais de 50 anos, e a escolaridade em três faixas: de 1 a 4 anos de escola (primário), de 5 a 8 anos de escola (ginásio) e mais de 8 anos de escola (colegial). Cada município está representado na

amostra por um conjunto de 24 entrevistas, correspondentes a 12 perfis (2 sexos x 3 níveis de escolaridade x 2 faixas etárias), cada um representado por dois entrevistados. Todas as entrevistas do Varlinfe são acompanhadas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinados pelos informantes.

Atualmente, o Varlinfe conta com amostras de sete cidades: Cruz Machado, Irati, Ivaí, Mallet, Prudentópolis, Rebouças e Rio Azul. Segundo os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as cidades do Varlinfe têm mais de 40% da população na área rural, excetua-se apenas Irati com 20% da população na área rural. Assim, o Varlinfe possui como peculiaridades ser representativo de etnia eslava e de fala rural. Os informantes, na sua maioria, são agricultores com baixa escolaridade. E, como zona rural, as localidades têm baixa densidade demográfica e com as propriedades bem distantes umas das outras. Os acessos às localidades são por estradas de terra, não asfaltadas, como pode ser visualizado na FIGURA 1.

FIGURA 1 — ESTRADA PARA JACIABA, DISTRITO DE PRUDENTÓPOLIS



FONTE: AUTORIA PRÓPRIA.

METODOLOGIA

Para esta análise, foram levantadas todas as ocorrências da vogal média anterior /e/ em contexto silábico postônico final por meio de análise de oitiva de 24 entrevistas sociolinguísticas da amostra de Irati e 24 de Mallet, totalizando 48 informantes.

Consideramos como variável dependente a elevação de /e/ final *versus* a não elevação de /e/ final. Nas rodadas, definimos como valor de aplicação da regra a elevação. As variáveis sociais analisadas foram quatro, a saber:

- a. idade: 25 a 49 anos; 50 anos ou mais;
- b. escolaridade: 1 a 4; 5 a 8; 9 a 11 anos de escola;
- c. sexo: masculino; feminino;
- d. etnia: ucraniana; polonesa; híbrida².

As variáveis linguísticas independentes consideradas na análise e seus respectivos exemplos de ocorrência seguem especificadas a seguir.

VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS

1. Tipo de som consonantal em contexto precedente

- 1.1. Oclusiva [p, b, t, d, k, g]: Nós ia pra aula cedo **desde** os seis ano né³ (Ma1F2Gin)⁴
- 1.2. Fricativa [f, v, s, z, ʃ, ʒ, x]: E que nem **catequese** nós ia na catequese (Ma1F2Gin)
- 1.3. Nasal [m, n, ɲ]: Essas coisa **carne**, bolacha (Ma20F1Pri)
- 1.4. Lateral [l, ʎ]: Mãe, **olhe** lá onde ela tá (Ma4F1Col)
- 1.5. Rótico [r]: Se **sofre** não (Ma23M1Gin)

2. Ponto de articulação do som consonantal em contexto precedente

- 2.1. Bilabial [p, b, m]: Então é um prejuízo **enorme** essas pessoas (Ma27M2Gin)
- 2.2. Labiodental [f, v]: **Nove** hora levanta (Ma6M1Pri)

2 Incluiríamos nesta classificação os informantes que tinham descendência ucraniana e polonesa.

3 Nos exemplos dos dados de fala, optamos por transcrição ortográfica simples.

4 Notação que identifica os informantes e as variáveis sociais: Ma – Mallet; número que identifica o informante; sexo: M ou F; faixa etária: 1 (até 50 anos) ou 2 (mais de 50 anos); grau de escolaridade: primário (Pri), ginásio (Gin), colegial (Col).

- 2.3. Alveolar [t, d, n, s, z, r, l]: O **padre**- o **padre** também gosta né? (Ma23M1Gin)
- 2.4. Pós-alveolar [ʃ, ʒ]: Muito **longe** não fui (Ma15F2Col)
- 2.5. Palatal [j, ɲ]: Mãe, **olhe** lá onde ela tá (Ma4F1Col)
- 2.6. Velar [k, g, x]: Né **porque** precisa de aulas (Ma23M1Gin)

3. Tipo de som em contexto seguinte

Se consoante:

- 3.1. Oclusiva [p, b, t, d, k, g]: Pode **terminá** (Ma6M1Pri)
- 3.2. Fricativa [f, v, s, z, ʃ, ʒ, x]: **Sempri** falam (Ma15F2Col)
- 3.3. Nasal [m, n, ɲ]: Hoje **não** (Ma6M1Pri)
- 3.4. Lateral [l, ʎ]: Fazendo faculdade **lá** em Irati (Ma2M2Col)
- 3.5. Rótico [r]: **Elis** reformaram (Ma15F2Col)

Se vogal:

- 3.6. Anterior alta [i]: Se ela autorizass**i** intera sala (Ma9M1Col)
- 3.7. Anterior média [e, ε]: Hoje **em** dia (Ma6M1Pri)
- 3.8. Posterior alta [u]: Se existe **um** desequilíbrio (Ma9M1Col)
- 3.9. Posterior média [o, ɔ]: Lá de sete **hora** (Ma1F2Gin)
- 3.10. Baixa [a]: Não como hoje **as** criança (Ma6M1Pri)
- 3.11. Pausa: É feliz mas não sab**i**... (Ma9M1Col)

4. Ponto de articulação do som consonantal seguinte

- 4.1. Bilabial [p, b, m]: Meus familiares **minha** (Ma15F2Col)
- 4.2. Labiodental [f, v]: **Sempri** fomo muito (Ma9M1Col)
- 4.3. Alveolar [t, d, n, s, z, r, l]: Por parte **da** mãe (Ma1F2Gin)
- 4.4. Pós-alveolar [tʃ, dʒ, ʃ, ʒ]: Na cidade **já** é (Ma6M1Pri)
- 4.5. Velar [k, g, x]: Desde criança (Ma6M1Pri)

5. Sonoridade do segmento precedente

- 5.1. Vozeado: **Hoje** não sei (Ma23M1Gin)

5.2. Desvozeado: Aquele tipo **choque** de... (Ma1F2Gin)

6. Tipo de sílaba

6.1. Com coda: Mas dependendo da comunidade as **vezes** tem mais poloneses (Ma23M1Gin)

6.2. Sem coda: É um **lote** urbano (Ma27M2Gin)

7. Presença/ausência de vogal alta na palavra

7.1. Presença de vogal alta: mas de **noite** não tinha luz (Ma2M2Col)

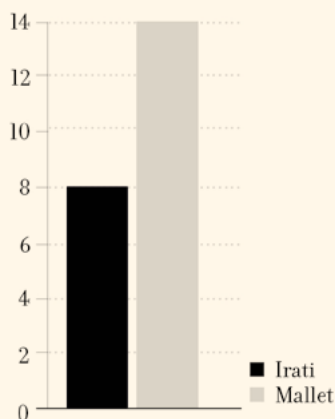
7.2. Ausência de vogal alta na palavra: **desde** cinco ano na roça (Ma1F2Gin)

Estas sete variáveis linguísticas, somadas às variáveis sociais **sexo**, **escolaridade**, **idade** e **etnia**, foram devidamente codificadas para que pudéssemos rodar o programa GoldVarb, cujos resultados encontram-se na seção a seguir.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, apresentaremos os resultados da análise binária (via GoldVarb) obtidos às variáveis selecionadas nas duas localidades analisadas, visando estabelecer comparações. O percentual baixo de aplicação da regra nas duas cidades atesta a sua pouca produtividade, pois em Irati tivemos somente 8% de realização da elevação da vogal postônica final /e/ e em Mallet, 14%. Esse resultado geral pode ser melhor visualizado no GRÁFICO 1.

GRÁFICO 1 — PERCENTUAIS DE ELEVAÇÃO DO /e/ NAS DUAS AMOSTRAS



FONTE: AUTORIA PRÓPRIA (2017).

Em Irati obtivemos um total de 3.202 dados e em Mallet o total de dados, foi de 2.882. As variáveis testadas nas duas localidades, tanto as linguísticas quanto as sociais, foram as mesmas citadas no item 3. Apresentamos aqui os resultados obtidos em rodadas separadas por localidade, tendo como aplicação da regra a elevação da vogal /e/ em estudo.

As variáveis selecionadas como relevantes para a aplicação da regra variável de elevação vocálica em Irati foram:

- a. tipo de som consonantal em contexto precedente;
- b. sexo;
- c. tipo de sílaba (com coda ou sem coda);
- d. sonoridade do segmento precedente;
- e. idade;
- f. tipo de som em contexto seguinte;
- g. ponto de articulação do som em contexto seguinte;
- h. escolaridade.

Em Mallet, as variáveis selecionadas foram:

- a. tipo de som consonantal em contexto precedente;
- b. etnia (polonês, ucraniano ou híbrido);
- c. sexo;
- d. escolaridade;
- e. ponto de articulação do som em contexto seguinte;
- f. idade.

Variáveis selecionadas como estatisticamente relevantes em Irati e Mallet

Como vimos, a primeira variável selecionada na amostra de Irati e de Mallet foi o **tipo de som consonantal em contexto precedente** à vogal /e/ analisada. O controle dessa variável foi pensado para observar se o contexto anterior à vogal média átona final exercia algum papel em sua elevação. Os resultados obtidos podem ser conferidos nas TABELAS 1 e 2.

Os resultados mostrados nas TABELAS 1 e 2 apontam que o tipo de som consonantal exerce grande influência na realização da vogal /e/ como /i/ nas amostras analisadas. Mostram também que, se em contexto anterior o tipo de som for fricativo ou nasal, há um forte favorecimento da elevação de /e/ para /i/ (0.90 para os sons fricativos e de 0.76 para os sons

nasais em Irati, e 0.78/0.75, respectivamente, em Mallet). Já os resultados para os róticos e laterais divergem: em Mallet, ambos favorecem a elevação (0.76 e 0.75), ao passo que em Irati desfavorecem levemente a elevação (0.48). Os sons oclusivos em contexto anterior desfavorecem a elevação, em ambas as localidades, com 0.34 de P.R.

TABELA 1 — TIPO DE SOM CONSONANTAL EM CONTEXTO PRECEDENTE: IRATI

Fatores	Apl./Total ⁵	Porcentagem	Peso relativo
Fricativo	126/309	28	0,90
Nasal	26/96	21	0,76
Rótico	19/211	8	0,48
Lateral	11/271	3	0,48
Oclusivo	50/2047	2	0,34

FONTE: AUTORIA PRÓPRIA (2017).

TABELA 2 — TIPO DE SOM CONSONANTAL EM CONTEXTO PRECEDENTE: MALLET

Fatores	Apl./Total	Porcentagem	Peso relativo
Fricativo	174/324	34	0,78
Nasal	23/73	23	0,75
Lateral	41/131	23	0,76
Rótico	51/188	21	0,75
Oclusivo	119/1733	6	0,34

FONTE: AUTORIA PRÓPRIA (2017).

Temos, portanto, nas amostras analisadas, a coincidência de fatores favorecedores à elevação: os sons fricativos e nasais. Podemos hipotetizar que os sons que possibilitam maior coarticulação vocálica, como os fricativos e os róticos, nasais e laterais, com estrutura formântica, podem favorecer o processo de elevação vocálica.

A segunda variável tida como a mais significativa nos dados do interior de Irati e a terceira selecionada em Mallet foi a variável social **sexo**. Com base em estudos socio-linguísticos que apontam que as mulheres possuem uma tendência a incorporar, na fala, elementos mais inovadores que os homens, destacamos o fator sexo para identificar se, em nossa pesquisa, ele realmente tem influência na preservação das vogais médias.

Paiva (2010), fundamentada em resultados de estudos variacionistas que controlaram a variável sexo/gênero, afirma que se pode notar uma preferência das mulheres pelo uso de formas linguísticas prestigiadas socialmente.

Considerando-se a afirmação de Paiva (2010), e conhecendo as comunidades pesquisadas, espera-se que as mulheres utilizem mais a forma sem elevação que os homens, em vista que a não elevação das vogais médias átonas finais parece ter prestígio local e regional, não sendo estigmatizada pelos falantes e, mais, constituindo-se em uma

das marcas de identidade do falar local. Os resultados atribuídos a essa variável estão nas TABELAS 3 e 4.

TABELA 3 — SEXO: IRATI

Fatores	Apl./Total	Porcentagem	Peso relativo
Masculino	233/655	26	0,96
Feminino	24/2280	1	0,21

FONTE: AUTORIA PRÓPRIA (2017).

TABELA 4 — SEXO: MALLET

Fatores	Apl./Total	Porcentagem	Peso relativo
Masculino	293/1194	19	0,61
Feminino	140/1255	10	0,37

FONTE: AUTORIA PRÓPRIA (2017).

A diferença estatística entre homens e mulheres na rodada de Irati é altamente relevante (homens 0.96 e mulheres 0.21, uma diferença, portanto, de 0.75 pontos entre os dois sexos). Em Mallet, o quadro não é muito diferente, homens apresentam 0.61 de elevação e mulheres 0.37, uma diferença de 0.24 pontos entre os falantes dessa amostra. Nota-se, portanto, que nossa hipótese se confirma nas comunidades analisadas: as mulheres aparecem na liderança, mantendo a não elevação do /e/. Essa forte atuação das mulheres na manutenção da não elevação do /e/ traz reflexos à educação dos filhos, pois são elas (mesmo nos dias atuais) as maiores responsáveis pelo cuidado e zelo aos filhos.

É tradição nas duas localidades, bastante explorada nas narrativas de experiência pessoal coletadas, que o marido cuide das lidas da roça (preparo do terreno, plantio, colheita, cuidados com o gado, etc.) durante o dia todo, ao passo que as mulheres passam o período da manhã em casa, cuidando dos filhos e dos afazeres domésticos. Quando os filhos são pequenos, a mulher geralmente permanece em casa o dia todo, nas lidas domésticas e nos cuidados maternos. Sempre que possível, no entanto, a mulher ajuda o marido também na roça, mas na parte da tarde. Ou seja, o contato que a mãe tem com seus filhos nas zonas rurais pesquisadas é muito grande e muito mais intenso que o contato que o pai tem com seus filhos pequenos. Logo, o contato linguístico mãe/filho e vice-versa é muito intenso. Portanto, a tendência é que a não elevação aqui pesquisada se mantenha ao longo do tempo.

A próxima variável selecionada, tanto na rodada de Irati quanto na de Mallet, foi o **ponto de articulação do som em contexto seguinte**. Assim como o contexto precedente, o ponto de articulação do som em contexto seguinte à vogal média pode influenciar na preservação ou elevação dessa vogal, identificando quais os tipos de consoantes podem influenciar no comportamento da vogal /e/. Para esse estudo, foram controlados os seguintes

contextos: labiodental, alveolar, pós-alveolar, velar e bilabial. Os resultados estão nas TABELAS 5 e 6.

TABELA 5 — PONTO DE ARTICULAÇÃO DO SOM EM CONTEXTO SEGUINTE: IRATI

Fatores	Apl./Total	Porcentagem	Peso relativo
Labiodental	16/40	40	0,49
Alveolar	154/2341	6	0,37
Pós-alveolar	71/144	49	0,52
Velar	8/515	16	0,89
Bilabial	18/162	11	0,66

FONTE: AUTORIA PRÓPRIA (2017).

TABELA 6 — PONTO DE ARTICULAÇÃO DO SOM EM CONTEXTO SEGUINTE: MALLET

Fatores	Apl./Total	Porcentagem	Peso relativo
Alveolar	267/2138	12	0,46
Velar	24/314	7	0,61
Pós-alveolar	83/207	40	0,64
Bilabial	17/146	11	0,45
Labiodental	22/52	42	0,62
Palatal	20/25	80	0,88

FONTE: AUTORIA PRÓPRIA (2017).

O fator consoante velar é o único que favorece a elevação de /e/ para /i/ nas duas localidades analisadas (Irati 0.89; Mallet 0.61). Em Irati, as bilabiais também favorecem a elevação pesquisada com P.R. de 0.66. Em Mallet, os sons pós-alveolares (0.64), labiodentais (0.62) e palatais (0.88) também aparecem como favorecedores da aplicação da regra de elevação. Já o contexto alveolar desfavorece a elevação nas duas amostras (0,37 em Irati e 0.46 em Mallet). A transcrição das entrevistas foi realizada de oitiva e considerando a classificação, geralmente feita no PB de que as oclusivas [t, d] são articuladas na região dos alvéolos; quando esses sons consonantais são produzidos adjacentes à vogal alta, acontece o fenômeno de palatalização. Ocorre que na língua polonesa essas consoantes possuem um ponto de articulação mais anterior, são produzidas como dentais (GUSSMANN, 2007). Podemos hipotetizar aqui que há uma inter-relação entre as regras de palatalização e a elevação vocálica com o ponto de articulação das consoantes [t, d] dos informantes eslavos bilíngues. Pesquisas iniciais realizadas para investigar os detalhes fonéticos do polonês falado em Mallet (COSTA, 2016) apoiam esta hipótese, que precisa ser melhor investigada.

A última variável selecionada, nas duas localidades analisadas, foi a escolaridade. O papel da escola em relação ao uso da linguagem não pode ser negligenciado. Votre (2010, p. 51), por exemplo, apresenta a escola como sendo capaz de mudar os comportamentos

verbais das pessoas, tanto da fala quanto da escrita, e esclarece que a atuação da escola sempre foi a de ser a preservadora das formas de prestígio. Segundo o Votre (2010, p. 52), “o nível de escolaridade está correlacionado à consciência do domínio da língua padrão pelos informantes: quanto maior o nível de escolaridade, mais consciência o indivíduo tem da forma de prestígio”.

Na literatura linguística da área, têm-se verificado correlações estreitas entre determinados tipos de variantes e o nível de escolaridade dos falantes. Silva e Paiva (1996, p. 337-338) apontam que:

Merece destaque o trabalho pioneiro de Labov sobre o inglês de Nova Iorque, *The social stratification of English in New York city*, realizado entre 1963 e 1964 e publicado em 1966. [...] Este trabalho constitui uma ampla pesquisa dialetológica a partir do controle objetivo e sistemático das correlações entre variantes lingüísticas e sociais. [...] A variação entre fricativas, africadas e oclusivas, além de sofrer influência dos fatores idade e sexo, mostra também o efeito do nível de escolarização. Falantes com mais escolarização empregam mais freqüentemente as fricativas enquanto os menos escolarizados privilegiam africadas e oclusivas, formas não-padrão.

Outrossim, o controle da variável escolaridade nos permite verificar se indivíduos de nível de escolaridade distinto apresentam comportamento diferenciado em relação à elevação da vogal média átona final aqui analisada.

Dividimos nossos informantes em três grupos, os que possuem:

- a. até o ensino fundamental I (1 a 4 anos de escola ou antigo primário);
- b. o ensino fundamental II (5 a 8 anos de escola ou antigo ginásio);
- c. ensino médio (9 a 11 anos de escola ou colegial).

Vemos nas TABELAS 7 e 8 que falantes do primário (1 a 4 anos de escola) favorecem a elevação da vogal /e/ com 0.60 de P.R. em Irati e com 0.54 de P.R. em Mallet. Já os do colegial apresentam leve favorecimento em Irati (0.51) e 0.55 em Mallet. Nas duas localidades, são os falantes do ginásio que apresentam a menor tendência à elevação da vogal /e/ (0.35 e 0.36).

Nota-se a grande similaridade entre os resultados obtidos nas duas amostras e também a liderança dos falantes menos escolarizados (primário). Juntamente com os resultados obtidos à variável sexo, talvez aqui tenhamos novamente uma pista para entender o prestígio que a não elevação do /e/ tem na comunidade. Se fosse de desprestígio, provavelmente os falantes mais escolarizados produziriam mais a variante /e/ pronunciada como /i/.

Nota-se também que a escolaridade em si não está atuando na regra de elevação estudada. Se estivesse atuando, quanto mais escolarizado o sujeito, maiores as possibilidades de que a pronúncia se desse elevada (-e pronunciado como -i) ou então não elevada (-e

pronunciado como -e). Talvez outros fatores sociais estejam atuando concomitantemente nesse uso, o que somente uma análise refinada e cruzada das variáveis sociais (ainda a ser feita) poderá esclarecer.

TABELA 7 — ESCOLARIDADE: IRATI

Fatores	Apl./Total	Porcentagem	Peso relativo
Colegial	100/957	10	0,51
Ginásio	56/961	5	0,35
Primário	111/1284	8	0,60

FONTE: AUTORIA PRÓPRIA (2017).

TABELA 8 — ESCOLARIDADE: MALLET

Fatores	Apl./Total	Porcentagem	Peso relativo
Ginásio	76/823	9	0,36
Colegial	175/1327	13	0,55
Primário	182/732	24	0,54

FONTE: AUTORIA PRÓPRIA (2017).

Contudo, concordamos com Silva e Paiva (1996, p. 350) que “em vez de minimizar o efeito da escolarização no uso da língua, cabe analisar criticamente a interferência decisiva da escola na configuração lingüística da comunidade”. Adicionalmente, nas comunidades pesquisadas há também a forte atuação e interferência da igreja⁶ no uso e manutenção de hábitos e costumes (inclusive lingüísticos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise aqui empreendida confirma a baixa aplicação da regra de elevação da vogal postônica final /e/ com baixos índices de aplicação da regra, em Irati 8% e em Mallet 15%. Em comum na análise das duas amostras, obtivemos a mesma primeira variável selecionada como favorecedora à elevação vocálica: o tipo de som consonantal em contexto precedente e o mesmo fator favorecedor nesta variável: o som fricativo. Também em comum, o fato de que os homens realizam mais a regra variável de elevação vocálica que as mulheres, e os informantes menos escolarizados apresentaram a maior probabilidade de elevação do /e/ para /i/.

O baixo percentual de elevação encontrado nas duas amostras pesquisadas, além do resultado obtido para as mulheres da amostra, somados aos resultados da escolaridade,

6 A importância da religião para a manutenção das línguas ucraniana e eslava na região de abrangência do Varlinfe é objeto de estudo das autoras deste capítulo, publicação a sair.

bem como levando em conta os relatos dos informantes nas entrevistas, nos fazem concluir que a produção de [ˈlerte] [poloˈnezes] [ˈãntes], etc. com /e/ final pronunciado como /e/ tem prestígio local/regional e não é uma forma estigmatizada pelos falantes. Pelo que constatamos na coleta, a variante pesquisada tem prestígio e constitui-se em uma das marcas de identidade do falar local, ou melhor, como sintetizado por Mercer (1996, p. 115), “o tratamento do /e/ átono final já aflorou à consciência da comunidade falante, que a utiliza como distintivo lingüístico”.

REFERÊNCIAS

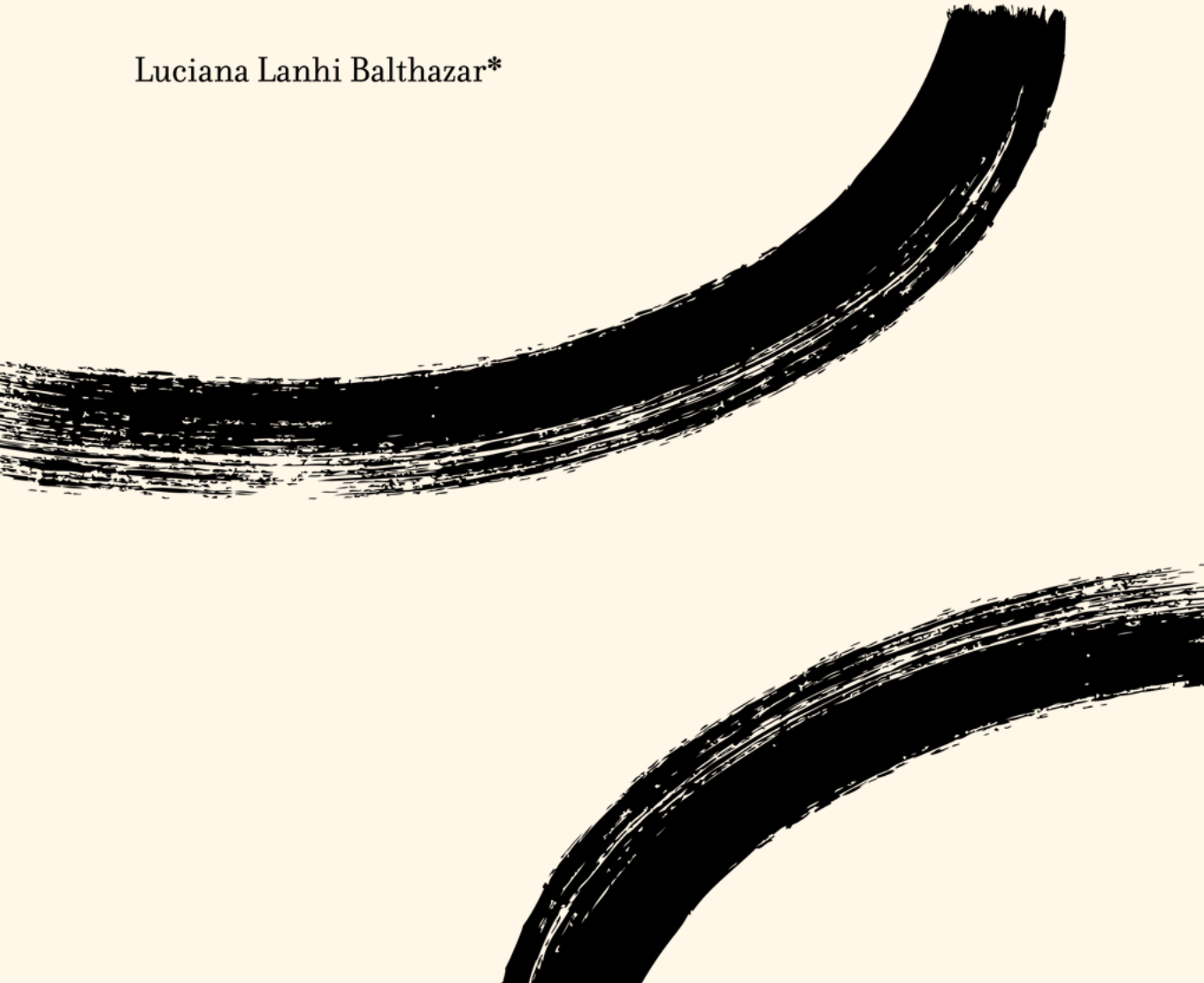
- BURKO, V. N. **A imigração ucraniana no Brasil**. 1963. Tese (Especialização Jornalística) – Universidade Internacional de Estudos Sociais “Pro Deo”, Roma, 1963. Disponível em: <http://diasporiana.org.ua/wp-content/uploads/books/6958/file.pdf>. Acesso em: 9 set. 2018.
- CAMARA JÚNIOR, J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1972.
- COSTA, L. T. Os sons oclusivos no polonês falado em Mallet, PR. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, v. 10, n. 16, p. 52-66, 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/13703>. Acesso em: 17 maio 2018.
- COSTA, L. T.; LOREGIAN-PENKAL, L. A coleta de dados do banco Varlinfe – variação linguística de fala eslava: peculiaridades e características. **Revista Conexão UEPG**, v. 11, n. 1, p. 100-109, 2015. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/6874>. Acesso em: 17 maio 2018.
- GUSSMANN, E. **The phonology of polish**. New York: Oxford, 2007.
- LABOV, W. **Padrões sociolingüísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.
- LABOV, W. **Principles of linguistic change: internal factors**. Oxford: Basil Blackwell, 1994. v. 1.
- LAROCCA JÚNIOR, J.; LAROCCA, P. L.; LIMA, C. A. **Casa eslavo-paranaense: arquitetura de madeira dos colonos poloneses e ucranianos do sul do Brasil**. Ponta Grossa: Larocca Associados, 2008.
- MENON, O. P. S.; LOREGIAN-PENKAL, L.; FAGUNDES, E. D. O que é que se faz com os resultados do VARBRUL? **Letrônica**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 319-337, 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/13247>. Acesso em: 17 maio 2018.
- MERCER, J. L. A elevação do /e/ átono final no Paraná. **Fragmenta**, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 115-121, 1996.
- MILESKI, I. **A elevação das vogais médias átonas finais no português falado por descendentes de imigrantes poloneses em Vista Alegre do Prata/RS**. 2013. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- PAIVA, M. C. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.). **Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 33-42.

- SILVA, G. M. O.; PAIVA, M. C. Visão de conjunto das variáveis sociais. *In*: SILVA, G. M. O.; SCHERRE, M. M. P. (orgs.). **Padrões sociolinguísticos**: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- VIEIRA, M. J. B. As vogais médias postônicas: uma análise variacionista. *In*: BISOL, L.; BRESCANCINI, C. (orgs.). **Fonologia e variação**: recortes do português brasileiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 127-159.
- VOTRE, S. J. Relevância da variável escolaridade. *In*: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 51-57.
- WACHOWICZ, R. C. **As escolas da colonização polonesa no Brasil**. Curitiba: Champagnat, 2002.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Empirical foundations for a theory language change**: directions for a historical linguistics. Austin: University of Texas Press, 1968.

{7}

**ATTITUDES LINGUÍSTICAS
DOS ÍTALO-BRASILEIROS
EM RELAÇÃO AO PORTUGUÊS
BRASILEIRO COM SOTAQUE
ITALIANO DO SUL
DE SANTA CATARINA**

Luciana Lanhi Balthazar*



BALTHAZAR, L. L. Atitudes linguísticas dos ítalo-brasileiros em relação ao português brasileiro com sotaque italiano do sul de Santa Catarina. *In*: MENON, O. P. S.; FAGUNDES, E. D. (org.). **Estudos sobre o português no Sul do Brasil**. Curitiba: EDUTFPR, 2022. p. 125-145.

—

* Possui graduação em Letras Italiano pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestrado em Educação pela UFSC e doutorado em Letras pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Em 2005, concluiu um mestrado em Didática do Ensino de Italiano a Estrangeiros pela Universidade Ca' Foscari de Veneza, Itália. Atualmente, é professora adjunta do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas, área italiano, da UFPR e coordenadora do italiano no Centro de Línguas e Interculturalidade da UFPR. Coordena o Projeto “A língua italiana falada pelos ítalo-brasileiros de Curitiba e região” e é membro do Centro de Estudos Vênetos do Paraná desde 2018. Tem experiência na área de Ensino e Aprendizagem da Língua Italiana como Língua Estrangeira e Sociolinguística, com ênfase em atitudes linguísticas.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, proveniente de uma tese de doutorado (BALHAZAR, 2016), tem como objetivo analisar atitudes linguísticas de ítalo-brasileiros de Criciúma/SC e região em relação ao português brasileiro com sotaque italiano falado na localidade da pesquisa.

Para este trabalho, pretende-se, primeiramente, apresentar uma definição do conceito **atitude linguística**. Em seguida, se fará uma breve exposição da localidade da pesquisa para, posteriormente, passar para a análise dos dados. Esta, por sua vez, será feita por meio da transcrição de falas de alguns ítalo-brasileiros (para a tese foram feitas 80 entrevistas semiestruturadas). As atitudes linguísticas manifestadas (positivas, negativas ou neutras) serão analisadas em cinco cidades: Pedras Grandes, Nova Veneza, Siderópolis, Criciúma e Urussanga.

Finalmente, serão apresentadas as considerações finais desta pesquisa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste trabalho será uma contextualização do conceito de **atitude linguística**. De fato, o termo aparece com definições diversas na literatura, e é necessário que se estabeleça o que se entende para, em seguida, analisar as atitudes linguísticas dos ítalo-brasileiros em relação ao português no sul de Santa Catarina.

Frosi, Faggion e Dal Corno (2010) iniciam a discussão sobre atitudes linguísticas simplesmente definindo a palavra **atitude** – sem o adjetivo **linguístico**. Para elas, é “a postura que um indivíduo assume frente a algo” (FROSI; FAGGION; DAL CORNO, 2010, p. 23). As autoras gaúchas afirmam ainda que a atitude pode ser favorável ou desfavorável em relação a um objeto real ou simbólico. Suas pesquisas envolvendo o tema no Rio Grande do Sul, mais especificamente na Região de Colonização Italiana (RCI) de Caxias do Sul e arredores, são fundamentadas em Grosjean (1982), para quem as atitudes em relação aos indivíduos são transferidas para a língua e para seus usuários. Tudo isso acaba por gerar consequências para a manutenção da língua e para a identidade dos indivíduos (FROSI; FAGGION; DAL CORNO, 2010, p. 23). As autoras criam uma noção de **atitude** levando em consideração esse panorama, afirmando que atitude linguística “consiste em uma postura, ou comportamento positivo ou negativo frente a uma língua ou a uma variedade linguística particular, uma reação favorável ou desfavorável face ao modo de falar do outro” (FROSI; FAGGION; DAL CORNO, 2010, p. 263). Ainda para as autoras, as atitudes desempenham um papel importante na vida dos falantes de uma língua e apresentam efeitos psicológicos grandes.

Já a definição do conceito de Lambert e Lambert (1975, p. 100), provenientes da psicologia social, é a seguinte: “Uma atitude é uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir, e reagir a pessoas, grupos, problemas sociais, ou, de modo mais geral, a qualquer acontecimento no ambiente”.

A definição desses dois autores não se refere à atitude explicitamente linguística, mas ela pode ser perfeitamente usada também para essa área. O conceito apresentado por eles agrega às outras definições já apresentadas nos parágrafos anteriores o elemento cognitivo, o que significa que a atitude parte de crenças e conhecimentos.

Outra tentativa de definição do termo é a do espanhol Fernández (1998, p. 179, tradução nossa), para o qual “a atitude linguística é uma manifestação da atitude social dos indivíduos que pode se focar e se referir tanto à língua quanto ao seu uso em sociedade”¹. Ou seja, na visão dele, as atitudes linguísticas têm a ver com a própria língua ou com o meio onde ela é falada. Para Fernández (1998), assim como para Grosjean (1982) e Bisinoto (2000), a sociedade desenvolve um papel fundamental na formação e manifestação das atitudes linguísticas.

O autor espanhol acrescenta, para essa discussão sobre atitude, a ideia fundamental de **identidade** dos grupos que usam a língua, afirmando que as atitudes linguísticas se manifestam exatamente na relação entre língua e identidade. **Identidade**, para ele, pode ser definida objetivamente ou subjetivamente. No primeiro caso, **identidade** caracteriza-se pelas instituições que a compõem (escolas, igrejas, local de trabalho) e pelos padrões culturais que nos personalizam (tradições, hábitos). Já a **identidade subjetiva** pode ser definida como sentimento compartilhado pela comunidade e seus membros e a ideia de diferenciação em relação aos outros (FERNÁNDEZ, 1998, p. 180).

Aguilera (2008) apoia a noção subjetiva de Fernández (1998) e diz que a atitude linguística que o falante manifesta traz consigo a noção de **identidade**. Para ela, **identidade** pode ser definida como “a característica ou o conjunto de características que permitem diferenciar um grupo do outro, uma etnia da outra, um povo de outro” (AGUILERA, 2008, p. 105-106). Ou seja, **identidade** é conceituada a partir da percepção do **Outro**, é através da percepção da diferença que me enxergo como **Eu**, é aquilo que me diferencia do outro grupo que me identifica. Nesse sentido, podemos dizer que existe uma relação forte entre identidade e língua. O mesmo acontece com a percepção da sua própria língua, isto é, a partir da observação de outra língua você percebe as peculiaridades da sua.

Situações de língua em contato, por exemplo, oportunizam essa observação. As pessoas percebem conscientemente as peculiaridades da sua língua através da outra e é nesse momento que a língua se torna símbolo do grupo, identificando o falante como pertencente ao grupo que fala.

Os estudiosos que pesquisam o conceito de **identidade** estão cientes de que ela não está pronta e acabada; muito pelo contrário, a identidade está em constante estado de mudança, reformulação e reconstrução. E isso não tem momento certo para acontecer: conforme Rajagopalan (2003), as identidades são adequadas e adaptadas a qualquer momento

1 No original: “La actitud lingüística es una manifestación de la actitud social de los individuos, distinguida por centrarse y referirse específicamente tanto a la lengua como al uso que de ella se hace en sociedad”.

de acordo com as circunstâncias no decorrer da vida. Mas, então, como defini-la? Segundo Rajagopalan (2003, p. 71), “a única forma de definir uma identidade é em oposição a outras identidades em jogo”. Percebe-se que a definição de Rajagopalan (2003) converge com a de Aguilera (2008) e a de Fernández (1998) no sentido de se identificar por meio da percepção do Outro, de perceber o que é compartilhado ou não com outras pessoas ou outros grupos para poder se perceber e se identificar.

Voltando às considerações de Fernández (1998), o autor, ao levar em consideração identidade, sociedade e aspectos linguísticos, afirma que atitudes linguísticas são de fato **atitudes psicossociais** ao acrescentar o psicológico ao conceito. A característica psicológica da definição de atitude de Fernández (1998) enfatiza o quanto a identidade está vinculada à atitude linguística de uma pessoa.

Independentemente do conceito que se use para definir **identidade**, é certo que os aspectos linguísticos nos identificam e nos diferenciam dentro da sociedade. A variedade linguística assumida é um traço definidor da identidade do grupo (AGUILERA, 2008, p. 106).

Após apresentar algumas definições do conceito central desta pesquisa, acrescenta-se que as atitudes linguísticas podem ser negativas, positivas ou neutras em relação a uma língua ou a sua variedade.

Um exemplo de manifestação da atitude linguística negativa é demonstrado pela pesquisa de Frosi, Faggion e Dal Corno (2010). As autoras verificaram atitudes negativas em relação à fala do ítalo-brasileiro da RCI no Rio Grande do Sul. O ítalo-brasileiro em contato com os falantes de língua-portuguesa “[...] sofreu estigmatização na sua fala dialetal italiana, sistema desprestigiado” e também “[...] em sua fala de língua portuguesa, miscigenada de elementos do dialeto italiano” (FROSI; FAGGION; DAL CORNO, 2010, p. 169). Conseqüentemente, as avaliações feitas de uma língua, ou de suas variedades, refletem-se também em atitudes em relação aos seus falantes. Dessa forma, avaliações negativas da fala dos ítalo-brasileiros se estenderam também aos sujeitos ítalo-brasileiros que eram chamados de **colonos**, não somente pela atividade exercida na lavoura, mas também como sinônimo de grosseiro, ignorante e não instruído (FROSI; FAGGION; DAL CORNO, 2010). A atitude linguística negativa, nesse exemplo, era não somente dos brasileiros em relação à fala do ítalo-brasileiro, mas também do próprio descendente de italianos em relação a sua própria fala. A atitude linguística pode ser negativa em relação a sua própria língua, por exemplo, quando essa variedade não permite a seus falantes ascensão social, melhora econômica ou mobilidade em outros lugares diferentes dos seus (FERNÁNDEZ, 1998).

Por outro lado, as atitudes linguísticas podem ser positivas em relação à língua, e elas são, geralmente, sobre a fala dos grupos sociais mais poderosos socioeconomicamente. Isso porque atitudes são, frequentemente, a manifestação de uma preferência e convenção social sobre o **status** e o prestígio dos falantes (FERNÁNDEZ, 1998).

Para exemplificar atitudes positivas, será usado o mesmo contexto dos ítalo-brasileiros da RCI no Rio Grande do Sul. Com o passar dos anos e das mudanças sociais da

região, as atitudes linguísticas em relação à fala de ítalo-brasileiros mudaram². O quadro atual, contrário àquele encontrado no passado, demonstra que ser ítalo-brasileiro não é mais sinônimo de desprestígio e vergonha, muito pelo contrário. Frosi, Faggion e Dal Corno (2010, p. 170) verificaram que ser bilíngue italiano-português, hoje em dia, não está sempre associado a ser **colono**. As autoras alertam que ainda estão presentes na memória os fatos que davam medo e vergonha em relação à própria fala, embora mais restritamente. Atualmente, o grande desafio das pesquisadoras é perceber até que ponto as mudanças de comportamento e avaliações positivas em relação aos ítalo-brasileiros se refletem também em atitudes linguísticas positivas perante a fala de descendentes com sotaque ou do próprio dialeto³.

Weinreich (1974) caracteriza a atitude linguística positiva em relação a uma língua como fidelidade linguística (*fedeltà linguistica*), uma disposição em defender uma língua e valorizá-la. A fidelidade faz com que queiramos preservar a língua ameaçada como reação a sua substituição e às interferências que possam acontecer com a nossa língua. Nas palavras de Weinreich (1974, p. 145, tradução nossa):

[...] a fidelidade linguística poderia ser definida como um princípio [...] no qual as pessoas empenham a si mesmas e os outros falantes conscientemente e explicitamente a resistir a toda mudança no funcionamento, na estrutura e no vocabulário da língua⁴.

Para Weinreich (1974), esse sentimento é natural e proveniente do envolvimento emotivo que temos com a língua materna.

Como já dito, além de positiva ou negativa, acredita-se que a atitude linguística possa ser neutra. Entretanto, para alguns autores estudiosos do assunto, como Fernández (1998) e Morales (2004), não existe o conceito de atitude neutra. Fernández (1998, p. 185, tradução nossa) diz que atitude neutra é “a ausência de atitude e não uma classe dela”⁵, ao passo que Morales (2004, p. 290, tradução nossa) afirma que “uma atitude neutra é impossível de imaginar: trata-se da ausência de atitude”⁶. Já Labov (2008, p. 59) diz que as atitudes podem, sim, ser **neutras** quando expressam sentimentos nem positivos nem negativos. Para esclarecer e apoiar a existência do conceito de atitude **neutra**, apresentam-se alguns exemplos retirados das entrevistas feitas para a tese:

2 Resultados ainda parciais e provisórios de Frosi, Faggion e Dal Corno (2010).

3 Na região pesquisada, atualmente, o bilinguismo é instável, passivo e restrito.

4 No original: “*La fedeltà linguistica potrebbe essere definita quindi come un principio [...] in nome del quale la gente impegna se stessa e gli altri parlanti consciamente ed esplicitamente a resistere ad ogni mutamento sia nelle funzioni della loro lingua sia nella struttura o nel vocabolario*”.

5 No original: “*una ausencia de actitud y no como una classe más de ella*”.

6 No original: “*una actitud neutra es imposible de imaginar [...] se trata más bien de ausencia de actitud*”.

EXEMPLO 1

Luciana: Tu te sente, aqui dentro (aponto para o coração)⁷, tu sente mais italiano ou mais brasileiro?

Entrevistado: Ah, sei lá, é que é assim, eu, tipo eu sou novo ainda né, mas eu sempre convivi com os italianos, agora eu comecei a trabalhar fora, tô conhecendo outro pessoal que nasceu fora da raça no caso, italiana, mas sei lá.

Luciana: Tu te sente como?

Entrevistado: Meio a meio.

Luciana: 50 a 50?

Entrevistado: É 50 a 50.

(Informante 18, Nova Veneza, masculino, jovem, zona rural).

EXEMPLO 2

Luciana: Se tu precisasse de um médico, ou de um dentista e ele fosse descendente de italiano, tu iria nele?

Entrevistada: Iria.

Luciana: E se ele fosse brasileiro?

Entrevistada: Também, pra mim não tem essa coisa “ah porque é descendente de italiano”.

(Informante 9, Criciúma, feminino, jovem, zona rural).

EXEMPLO 3

Luciana: Se fosse comprar uma casa em um bairro onde só houvesse italianos, descendentes de italianos, tu compraria?

Entrevistado: Sim, sem nenhum problema, se me interessa a casa.

Luciana: Se fosse só brasileiro?

Entrevistado: Também, igual, não teria problema.

Luciana: Tu procuraria um médico ou um dentista se ele fosse descendente de italiano?

Entrevistado: Igual, sem nenhum problema.

Luciana: Se ele fosse brasileiro?

Entrevistado: Também.

(Informante 49, Siderópolis, masculino, jovem, zona rural).

Percebe-se a partir desses exemplos casos de atitudes neutras, ou seja, as atitudes linguísticas manifestadas não expressam sentimentos positivos nem negativos, mas expressam sentimentos. Inclusive, no EXEMPLO 1, até o verbo usado para fazer a pergunta é

7 Sempre que houver necessidade de alguma explicação ou tradução das falas para melhor compreensão do que está sendo falado, o farei entre parênteses, como neste caso.

sentir, ou seja, a resposta, bem provavelmente, está relacionada aos sentimentos do informante. Nos EXEMPLOS 2 e 3, os informantes afirmam que comprariam casas e iriam a médicos de ambas as nacionalidades sem problemas, ou seja, eles expressam que o ato material de comprar uma casa ou o ato físico de ir ao médico não é influenciado pela ascendência, essas duas atitudes para eles independem da etnia.

Vale ressaltar neste momento que, nos EXEMPLOS 2 e 3, as atitudes neutras referem-se aos falantes e não diretamente à língua italiana falada na região. Entretanto, sabe-se que frequentemente as atitudes em relação aos usuários são confundidas com as atitudes em relação à língua (GROSJEAN, 1982).

Com base no exposto, pode-se ter uma noção do quanto difícil é definir as atitudes linguísticas. Mas, para esta pesquisa, entende-se **atitudes linguísticas** como **avaliações, sentimentos ou comportamentos positivos, negativos ou neutros perante a língua e/ou aos seus usuários na sociedade**. Dentro dessa definição, leva-se em consideração aspectos emotivos ao acrescentar **sentimentos** à definição e, sobretudo, o **aspecto social** das avaliações que passam pela sociedade antes de serem sentidas ou demonstradas pelos falantes. Conforme Labov (2008, p. 21), “as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo”, e, portanto, é impossível formular uma definição de atitude linguística sem levar em consideração as tais **pressões sociais** citadas por ele.

LOCAL DA PESQUISA

A maior parte de imigração italiana no Brasil ocorreu entre os anos de 1887 e 1902. Em um período de 5 anos (de 1887 a 1902) imigraram mais de dois milhões de italianos que se estabeleceram sobretudo nos estados do Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Desses imigrados se supõe que existam mais de 25 milhões de ítalo-brasileiros; em SC, o número de descendentes chega a um milhão e meio (FURLAN, 2001).

O sul de Santa Catarina começou a ser colonizado pelos italianos a partir de 1876, com a visita do Presidente da Província de Santa Catarina, Alfredo de Esgragnole de Taunay, à região do vale do Tubarão. A primeira colônia constituída foi Azambuja (Distrito pertencente a Pedras Grandes), fundada por 291 colonos italianos em 1877. No ano seguinte, ocorreu a fundação de Urussanga, com 76 famílias de imigrantes italianos. Em 1880 seria criada Criciúma e, em 1891, fundaram então Nova Veneza (BORTOLOTTI, 1992). Siderópolis, na época era chamada Nova Belluno⁸, foi fundada em 1891 por 234 imigrantes italianos.

8 Com a promulgação do Decreto-lei Estadual n.º 941 pelo interventor do estado de Santa Catarina, Nereu Ramos, o Distrito de Nova Belluno passou a chamar-se Distrito de Siderópolis. Essa mudança de nome aconteceu após dois anos da instalação da Companhia Siderúrgica Nacional, operando na extração de carvão em Rio Fiorita (DASSI, 2011).

São estas, portanto, as cinco cidades do sul de Santa Catarina nas quais a pesquisa se realizará: Criciúma, Nova Veneza, Pedras Grandes, Siderópolis e Urussanga.

ANÁLISE DOS DADOS

As análises dos dados para esta pesquisa foram feitas com a transcrição de algumas das 80 entrevistas feitas para a tese. Durante as entrevistas perceberam-se muitas atitudes linguísticas negativas dos próprios ítalo-brasileiros do sul de Santa Catarina em relação ao português com sotaque. De fato, nas conversas realizadas para esta pesquisa, foi percebido, muitas vezes, que o português com sotaque italiano falado no sul de Santa Catarina pelos ítalo-brasileiros foi visto como **errado**.

O QUADRO 1 apresenta frases dos informantes, separadas por cidade, para exemplificar como foi possível chegar a essa conclusão.

Percebe-se a partir dos EXEMPLOS 1 e 2 que um dos fatores considerados **errados** por dois informantes é em nível fonético, isto é, a neutralização da consoante vibrante, alveolar, vozeada [r] (tereno = informante 74 de Urussanga, e core = informante 64 de Siderópolis). Para Margotti (2004, p. 10), “um dos estereótipos mais comuns do português de contato com o italiano é o abrandamento do [r] forte, seja na posição inicial de vocábulos, seja na posição intervocálica, ou mesmo no início de sílaba precedida por consoante”. Como “na coiné vêneta inexistente o [r] forte, a influência do italiano português faz com que os falantes bilíngües [...] ou mesmo monolíngües [...] usem o [r] fraco (tepe) em lugar do [r] forte (vibrante ou fricativa)” (FROSI; MIORANZA, 1983 *apud* MARGOTTI, 2004, p. 10; MESCKA, 1983)⁹.

Outras pesquisas também constataram atitudes linguísticas negativas em relação à pronúncia do português com sotaque italiano no sul do país (FROSI, 2001; FROSI; MIORANZA, 1975; PAVIANI, 2004). No nordeste do Rio Grande do Sul, por exemplo, essas pesquisas permitiram relacionar a fala do ítalo-brasileiro com sotaque à situação sociocultural do colono, o habitante da colônia. **Fala de colono** é uma expressão utilizada “numa acepção carregada de preconceitos” (FAGGION, 2010, p. 67).

9 Para mais detalhes em nível fonético sobre a fala dos imigrantes italianos no sul do Brasil, consulte Margotti (2004) ou Gubert (2012).

QUADRO 1 – VISÃO DOS ÍTALO-BRASILEIROS DE CRICIÚMA E REGIÃO SOBRE O PORTUGUÊS FALADO COM SOTAQUE ITALIANO	
Cidade	Visão do ítalo-brasileiro sobre o português falado com sotaque italiano
Pedras Grandes	<p>Luciana: E tu gostava desse sotaque deles? Achava bonito quando eles falavam português?</p> <p>Entrevistada: Sim, achava, a mãe tinha dificuldade, falava meio errado às vezes.</p> <p>Luciana: Isso dava uma vergonha?</p> <p>Entrevistada: Dava vergonha. Hoje não, eu acho lindo se alguém fala meio errado. (Informante 45, Pedras Grandes, feminino, idosa, zona rural)</p>
Urussanga	<p>Luciana: Tu gosta desse sotaque ou tu ainda acha meio polêmico?</p> <p>Entrevistada: Eu acho meio estranho quando falam umas palavras erradas assim, mas o resto não.</p> <p>Luciana: Tipo carocha, tera... essas coisas?</p> <p>Entrevistada: Errado, é...</p> <p>[...]</p> <p>Luciana: E o pessoal tira sarro?</p> <p>Entrevistada: Ah! Nos canto eles tiram (risos).</p> <p>Luciana: Tá, por que tu acha que tem esse sarro com o italiano assim?</p> <p>Entrevistada: Ah só pelo fato de falar errado, porque no Paraná eles falam assim, eles falam igual ao italiano, assim bareira, terreno. (Informante 74, Urussanga, feminino, jovem, zona rural)</p>
Criciúma	<p>Luciana: E a tua avó, como é que fala português hoje em dia?</p> <p>Entrevistado: Fala 80% certo, mas nem todas as palavras ela acerta. (Informante 4, Criciúma, masculino, jovem, zona urbana)</p>

<p>Cidade</p>	<p>Visão do ítalo-brasileiro sobre o português falado com sotaque italiano</p>
<p>Nova Veneza</p>	<p>EXEMPLO 1</p> <p>Luciana: Como foi isso?</p> <p>Entrevistado: A gente falava tudo errado, errava uma palavra e eles falavam eeeeehhhh italianinho grosso. Faziam <i>bullying</i>.</p> <p>Entrevistada: Se fosse agora não poderia mais.</p> <p>Entrevistado: Então, a gente tinha até vergonha de ir para a escola porque não sabia certas palavras.</p> <p>Entrevistada: Não sabia se expressar, acompanhar a língua dos colegas.</p> <p>Luciana: Quem é que fazia <i>bullying</i>, era os coleguinhas?</p> <p>Entrevistada: Sim.</p> <p>Entrevistado: Os próprios colegas, não entendiam a nossa língua, o nosso dialeto, a gente falava o português, mas tudo errado, essa é diferente, então, era a língua que na escola não era usada, o nosso dialeto. (Informante 21, Nova Veneza, masculino, idoso, zona rural e Informante 30, Nova Veneza, feminino, idosa, zona rural)</p> <p>EXEMPLO 2</p> <p>Luciana: Tu acha que tu fala com sotaque ou não?</p> <p>Entrevistada: Eu acho que tenho um pouquinho. Já me falaram também.</p> <p>Luciana: Tu gosta?</p> <p>Entrevistada: Sei lá, às vezes a pessoa faz uma coisinha assim e fala que eu tenho sotaque e fico meio assim né, porque é gente de fora né.</p> <p>Mãe da entrevistada: Porque aqui em Nova Veneza, especialmente a gente, fala muito errado português. A minha irmã que mora em São Leopoldo, quando ela vem aqui, ela vive me chamando atenção, não é assim que se fala!</p> <p>(Informante 26, Nova Veneza, feminino, jovem, zona rural)</p>
<p>Siderópolis</p>	<p>A gente falava só bergamasco, quando a gente começou ir para a aula, quando a gente começou a falar o brasileiro, a gente nem sabia, a gente começou falar o brasileiro e até a gente falava tudo errado, então a gente dizia core, Maria, core!</p> <p>(Informante 64, Siderópolis, feminino, idosa, zona urbana)</p>

FONTE: BALTHAZAR (2016).

O trecho da próxima entrevista que se apresenta para continuar o debate sobre a estigmatização da variação da fala do ítalo-brasileiro é um pouco longo, mas interessante para perceber como ainda hoje, para algumas pessoas, existe o estereótipo: falar com sotaque italiano é **ser colono, ser do mato**:

EXEMPLO 4

Luciana: Tu acha bonito ou tu acha meio jeca?

Entrevistada: Não, eu acho bonito, hoje em dia eu acho bonito com a valorização assim, a gente acha bonito. Quando eu era pequena eu não gostava muito.

Luciana: Não?

Entrevistada: Não.

Luciana: Por quê?

Entrevistada: **O pai mandava a gente meio que obrigado para a aula de italiano, a gente não achava assim muito útil, a gente achava meio colono.**

Luciana: O que é colono?

Entrevistada: **Colono é a pessoa que mora no interior e que fica responsável pela atividade de agricultura.**

Luciana: No dicionário?

Entrevistada: **É né, mas é isso mesmo, os colonos são agricultores da região do interior, mais ou menos da nossa região, todos mais ou menos Italianos.**

Luciana: E quando tu diz **um cara meio colono**, não é que a gente achava **meio agricultor** o que tem nesse colono, nessa palavra por trás?

Entrevistada: **Pessoa sem cultura.**

Luciana: Pessoa meio sem cultura?

Entrevistada: Sim.

Luciana: De onde vem isso, tu imagina?

Entrevistada: Eu acho que sim, eu acho o pessoal que vem formar as colônias, na época que teve a mineração eram muitos, eles eram muito discriminados eu acho assim... o pai conta que eles iam estudar na escola (nome da escola) que tinha a mineração, o pessoal tudo filho de engenheiro, o pessoal que era mais da cidade e eles ficavam um pouco envergonhados porque eles **eram considerados coloninhos, ou mais pobrinhos, não sei, tem uma questão social até de ser mais, menos bem de vida de trabalhar na agricultura e eles tinham mais sotaques, falavam aRRRREIA ao invés de areia.**

Luciana: Caroça?

Entrevistada: Caroça, ele conta que ficavam meio amuado, a gente já perdeu um pouco disso eu tive amigos da escola que eram ali de Volta Redonda ali, mais Treviso, tinham um pouco de sotaque a gente achava meio esquisito.

Luciana: Tirava um sarrinho?

Entrevistada: A gente não tirava sarro, mas a gente achava engraçado. A gente não tirava sarro porque a gente era bem educado, mas achava esquisito. **Hoje em dia ainda tem**

esses negócios, esses dias a Carol estava me mostrando um vídeo do Youtube de uns caras tirando um anel e o cara falando CUDIO, CUDIO (palavra incompreensível, talvez seja uma abreviação de porco dio). [risos] **Muito colono.**

Luciana: Ainda existe essa expressão né? Muito colono, ele é muito colono né?

Entrevistada: É, pessoa grossa, é grosseiro, é uma pessoa rústica, eu acho que é mais nesse sentido. **Colono é uma pessoa tipo, jogadona, não é polida, é mais grosseira, eu acho que é nesse sentido.**

(Informante 60, Siderópolis, feminino, jovem, zona urbana).

No próximo trecho sobre a estigmatização da fala com sotaque em italiano e, em especial, a neutralização do [r], a entrevista é também sobre como o português falado sem sotaque é visto pela sua família. Para eles, falar português sem sotaque italiano é falar a **língua dos ricos**:

EXEMPLO 5

Luciana: Entre o italiano que tu acha bonito e o português que tu também acha bonito, qual que tu acha a mais bonita das duas? O português ou o italiano?

Entrevistada: Como língua assim eu acho o italiano.

Luciana: O italiano?

Entrevistada: Claro.

Luciana: E por quê?

Entrevistada: Não... a língua italiana ela é, ela é mais doce né.

Luciana: Doce?

Entrevistada: É mais harmoniosa, quando a gente canta parece que o som sai melhor.

Luciana: Ah, entendi.

Entrevistada: O som assim de pronúncia é mais fácil, a língua portuguesa eu tive dificuldade de aprender o, o... a palavra terra. Eles fazem gutural **terra**, e lá onde eu nasci não tinham esse som, eles diziam **tera**.

Luciana: Tera?

Entrevistada: Tera, como fazem no italiano.

Luciana: Hum.

Entrevistada: E essa pronúncia tera para nós dava certo, era fácil de falar, e na escola eles... Eles não gostavam.

Luciana: Eles quem?

Entrevistada: Os colegas, a professora, ninguém admitia que a gente dissesse **tera**.

Luciana: Hum.

Entrevistada: Chamava a gente de colono.

Luciana: Por que vocês falavam **tera**?

Entrevistada: Tera, é, então... **a tera é redonda** eles começavam a cantar e tirar sarro da gente cantando isso **a tera é redonda, a tera é...**

Luciana: E aí como vocês faziam, vocês mudavam quando tinha... Quando tava na escola?

Entrevistada: Daí, eu não conseguia.

Luciana: Hum.

Entrevistada: **Aí eu evitava de falar aquela palavra.**

Luciana: Ahhh.

Entrevistada: **Evitava, evitava pra não pagar mico né.**

Luciana: [Risos] Entendi.

Entrevistada: [Risos] pra não pagar mico não fala **tera**. Depois de...

Luciana: Mas e quando era outra palavra daí?

Entrevistada: Aí depois de... não, era **tera**, depois eu aprendi a falar gutural, **o rato** né?
O rei, a rainha.

Luciana: Mas aí tu mudava? Tipo quando estava em casa tu falava **tera**?

Entrevistada: Não eu... Ah, não me lembro, eu, eu acho que sim, eu acho que sim porque em casa se a gente começava a falar **tera**, **rato** assim, eles diziam que a gente era exibida.

Luciana: Ah é?

Entrevistada: Exibida: **ai que exibida tá falando língua da escola, língua...** Como é que eles diziam? **Língua dos ricos**, um negócio assim. Mas o termo que eles usavam quando a gente falava direitinho, como todo mundo fala, era o termo exibida.

Luciana: Exibida?

Entrevistada: Exibida.

Luciana: Porque falava terra.

Entrevistada: Uhum (afirmação).

(Informante 15, Criciúma, feminino, idosa, zona urbana).

É interessante observar, nessa entrevista (EXEMPLO 5), como uma atitude linguística negativa pode levar (ou acelerar) a mudança linguística. Para não **tirarem mais sarro** da entrevistada, ela evitava falar a palavra e, em seguida, aprende uma nova variedade. A fala da entrevista nos remete ao que diz o autor Fernández (1998). Para ele, uma atitude negativa ou desfavorável pode fazer com que uma mudança linguística se cumpra mais rapidamente. E ainda “uma atitude desfavorável ou negativa pode levar ao abandono e ao esquecimento de uma língua ou impedir a difusão de uma variante ou uma mudança linguística”¹⁰ (FERNÁNDEZ, 1998, p. 179, tradução nossa). É exatamente isso que aconteceu com a entrevistada: falar **tera** é considerado feio, então, ela aprende a falar **terra**. Ou seja, atitudes linguísticas (negativas ou positivas) podem levar mais rapidamente às mudanças linguísticas.

Entretanto, no Rio Grande do Sul, pesquisas sugerem que esse estigma em relação à fala do descendente italiano está atenuado. Para Faggion (2010), em virtude do movimento de valorização das origens, o esclarecimento da história da imigração e a tolerância entre

10 No original: “Una actitud desfavorable o negativa puede llevar al abandono y el olvido de una lengua o impedir la difusión de una variante o un cambio lingüístico”.

pessoas de etnias diferentes podem ter contribuído para essa amenização. Faggion (2010) diz também que essa fala estigmatizada torna-se uma afirmação pessoal que caracteriza o falante ítalo-brasileiro. Para ela, aspectos fonético-fonológicos, morfossintáticos e lexicais são a marca identitária desse grupo.

Também no sul de Santa Catarina parece estar havendo uma valorização da italianidade. A própria informante 60 começa sua fala dizendo: “Não, eu acho bonito, hoje em dia eu acho bonito **com a valorização assim**, a gente acha bonito. Quando eu era pequena eu não gostava muito” (grifo meu). Outros informantes, da mesma forma, demonstraram aceitação e até valorização do seu sotaque ou da característica de **ser colono**. Os próximos quatro exemplos (6, 7, 8 e 9) servem para demonstrar essa mudança de posição, essa passagem de negação para autoafirmação:

EXEMPLO 6

Luciana: E o que tu acha dessas pessoas? Colona?

Entrevistado: Não. Eu acho que é algo que está na raiz, né digamos...

Luciana: É o que tu acha?

Entrevistado: É da raiz. Assim, os italianos começaram aprender o português, eles não falavam o português corretamente sem o seu sotaque né, o **italiano deixou a marca dele na linguagem e até hoje tem isso...**

(Informante 20, Nova Veneza, masculino, **jovem**, zona urbana).

EXEMPLO 7

Luciana: Mas não é meio colono?

Entrevistado: O que?

Luciana: Aprender italiano.

Entrevistado: Não, é bom, eu acho bem legal.

Luciana: Tu acha legal?

Entrevistado: Aham.

Luciana: E se te chamarem de colono quando tu está aprendendo?

Entrevistado: Não, isso é tranquilo.

(Informante 19, Nova Veneza, masculino, **jovem**, zona urbana).

EXEMPLO 8

Luciana: E aquela história que italiano é colono, é pé rachado?

Entrevistado: Sou colono mesmo, assumo.

Luciana: É bom?

Entrevistado: **Imagina!** Meu primeiro dia de faculdade, isso há seis anos atrás, tinha aquela história de rolar o trote né, daí os veteranos vieram na sala porque a gente vai fazer trote, vai pintar a cara de vocês, quem não quiser é porque **é do mato, mas eu sou do mato**

mesmo, sou colono e não vou entrar na brincadeira de vocês. Até no dia da formatura eles: pô, a gente nunca vai esquecer da tua frase: **sou do mato, sou colono**. (Informante 35, Pedras Grandes, masculino, **jovem**, zona urbana).

EXEMPLO 9

Luciana: Se todo mundo é assim é porque isso [ser colono] é normal, então?

Entrevistado: Sim, não é uma coisa ruim, **mas é uma coisa cultural**.

(Informante 66, Urussanga, masculino, **jovem**, zona rural).

Perceba-se que nos EXEMPLOS 6, 7, 8 e 9 as atitudes linguísticas positivas em relação a **ser colono** são manifestadas por jovens. Isso nos leva a inferir que talvez possa estar acontecendo no sul de Santa Catarina o mesmo que aconteceu no nordeste do Rio Grande do Sul, ou seja, uma diminuição da vergonha de ser colono para uma ressignificação da palavra **colono** e de tudo que vem carregado nela: ser do mato, falar com sotaque o [r], etc. Como não existem pesquisas em atitudes linguísticas no sul do estado para que possamos comparar os resultados atuais com outros de 10 ou 15 anos atrás, fica difícil concluir que está, de fato, havendo uma mudança na própria percepção da italianidade do ítalo-brasileiro, como está acontecendo no nordeste do Rio Grande do Sul. O que se pode afirmar é que, atualmente, existem ítalo-brasileiros que começam a se posicionar mais positivamente em relação a sua italianidade, apesar de ainda existirem casos de preconceito com sua própria fala e origem.

No Rio Grande do Sul, Faggion (2010) afirma que um fator que pode estar contribuindo para que exista essa autoafirmação da descendência é a demonstração de ser bilíngue. “Há um certo orgulho na fala com sotaque, um certo orgulho de pertencer à comunidade ítalo-brasileira. Uma ideia de que, se existe sotaque, é porque a pessoa é bilíngue [...] uma visão compreensiva de língua, de culturas e de diferenças” (FAGGION, 2010, p. 73). Não foram encontrados depoimentos que pudessem confirmar essa posição dentre os entrevistados desta pesquisa.

Apesar dessa corrente de valorização, ainda existem resquícios e preconceitos daquela posição de que quem fala com sotaque é colono e ser colono é **feio**. Em virtude dessas atitudes linguísticas negativas em relação ao português falado com sotaque italiano em Criciúma e região, alguns dos ítalo-brasileiros entrevistados acabaram afirmando que tendem a disfarçar ou mudar o seu jeito de falar português para não demonstrarem sua ascendência, como nos mostram os exemplos a seguir:

EXEMPLO 10

Luciana: Mas e o teu jeito de falar? Eles [os colegas da escola] implicavam também?

Entrevistada: Não era nem questão de implicar, porque eu tentava meio que disfarçar também um pouco. E quando eu era bem pequenininha eu já nem ligava, já fala meio errado

mesmo que é criança, e aí depois, quando eu fui estudar no centro, daí eu já tentava né, porque eu via que eles falavam diferente.

[...]

Luciana: E quando tu estudava na escola que era só brasileiro, tu também disfarçava um pouco ou não, pra falar?

Entrevistada: Disfarçava.

Luciana: Por que tu tinha que disfarçar?

Entrevistada: Porque eles começavam a dizer que eu falava errado, falava diferente, perguntavam se eu era daqui.

(Informante 9, Criciúma, feminino, jovem, zona rural).

A informante 9 (EXEMPLO 10) diz claramente que, em virtude do seu sotaque italiano, disfarçava sua fala quando falava português. Além disso, mais uma vez, o português falado com sotaque italiano é visto como **errado** ([...] **já fala meio errado mesmo que é criança** [...]).

Ainda sobre disfarçar o sotaque, outra entrevistada afirma que:

EXEMPLO 11

Eu falava pouco **na escola**, cuidava de não falar nada para não errar. **Tinha medo de errar e depois, sempre tem uns moleques que tiram sarro.**

(Informante 13, Criciúma, feminino, idosa, zona rural).

Detalhe importante é que nos EXEMPLOS 10 e 11 os julgamentos negativos em relação à variação ocorrem na escola. A primeira entrevistada é uma garota de 26 anos, ou seja, é recente sua saída do ambiente escolar. E aqui cabe a crítica sobre uma educação mais democrática em relação à aceitação e ao conhecimento da variação linguística. O contexto escolar não deveria servir para evidenciar a ridicularização de falares, para a comparação da norma culta com a forma desprestigiada. O contexto escolar deveria, além de ensinar sem opressão a norma culta, oportunizar a percepção das variedades e a valorização de cada uma delas, de acordo com o contexto no qual o aluno está inserido.

Durante as entrevistas, os informantes falaram algumas vezes sobre como disfarçam/disfarçavam sua fala com sotaque, sobretudo em período escolar. Portanto, resolveu-se apresentar mais dois depoimentos que evidenciam essa prática. Não foi fácil achar o momento certo de perguntar se ele(a) disfarçava a fala. O tema é extremamente delicado e percebe-se que somente em entrevistas sem nenhuma outra pessoa por perto o informante admitiu que o fazia. No EXEMPLO 12, ele nega no começo, mas com outra abordagem acaba admitindo. Já no EXEMPLO 13, ela admite após a entrevistadora se incluir como italo-brasileira também e afirmar que também fala com sotaque:

EXEMPLO 12

Luciana: [...] **Ou tentar disfarçar o sotaque?**

Entrevistado: Não, não.

Luciana: Tu acha que tem sotaque?

Entrevistado: Pelas pessoas, algumas pessoas falam que eu tenho, não sei, e agora? [Risos]

Luciana: [Risos]

Entrevistado: Eu achava que não.

Luciana: Teu pai e tua mãe têm?

Entrevistado: O pai e a mãe, o pai tem.

Luciana: Tu gosta?

Entrevistado: É o costume já com o pessoal, então a gente não...

Luciana: E quando vai pra outro lugar assim, isso te incomoda?

Entrevistado: **Aí eu tento me controlar um pouquinho...**

Luciana: Tenta disfarçar...

Entrevistado: É...

Luciana: Por quê?

Entrevistado: **É assim oh, o sotaque... mas, no caso, não é falando em italiano mas, português, tu pega um pouquinho...**

(Informante 34, Pedras Grandes, masculino, jovem, zona rural).

EXEMPLO 13

Entrevistada: É verdade, porque é do mato, eles falavam é do mato, tu é italiana do mato, é assim mesmo e não adianta.

Luciana: Essas coisas. E vocês tentavam disfarçar a voz por causa disso? Tentar disfarçar a fala sei lá, os Rs, caro, **que a gente fala, né? Puxado assim.**

Entrevistada: **Eu acho que sim um pouco, sim, sim.**

(Informante 57, Siderópolis, feminino, jovem, zona rural)

A seguir, são apresentadas as considerações finais desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exemplificado por meio das transcrições aqui apresentadas, percebe-se que o português brasileiro com sotaque italiano é uma variedade fortemente estigmatizada na região pesquisada pelos próprios italo-brasileiros. De fato, a grande maioria das manifestações de atitudes linguísticas em relação a essa variedade são negativas.

Um dos fortes motivos que podem ter levado à manifestação dessas atitudes linguísticas negativas em relação ao português com sotaque italiano na pesquisa foi a campanha de

nacionalização da década de 1930¹¹. Muito provavelmente, a campanha fez brotar também muitas atitudes negativas em relação à língua italiana/dialeto do ítalo-brasileiro de Criciúma e região (BALTHAZAR, 2016).

Outra razão que explica o motivo pelo qual a maior parte das atitudes linguísticas manifestadas são negativas está relacionada ao nível econômico e social dos imigrantes italianos que colonizaram o estado. Em sua maioria, eram agricultores sem instrução escolar. Dessa forma, o modo de falar dessas pessoas tende a ser coletivamente estigmatizado pela sociedade. A forma estigmatizada em uma comunidade é interpretada como inferior, menor e menos importante. “Os usuários das formas sem prestígio, e, sobretudo das formas estigmatizadas, são rotulados de descuidados ou ignorantes das belezas da língua padrão” (VOTRE, 2003, p. 52). Sendo assim, os **erros** cometidos pelos ítalo-brasileiros, ou melhor, sua variação do português é vista como um mal a ser excluído da comunidade. É exatamente por isso que o modo de falar do ítalo-brasileiro está ligado a ser colono. Quem faz a neutralização da consoante vibrante, alveolar, vozeada, por exemplo, só para incluir as citações usadas, fala errado e é considerado colono.

Não foram encontradas atitudes linguísticas neutras em relação à fala dos ítalo-brasileiros com sotaque em italiano. Isso nos leva a concluir que o ítalo-brasileiro tende a se posicionar mais positivamente ou negativamente em relação ao português com sotaque italiano.

As atitudes positivas, por sua vez, estão timidamente presentes em relação à língua italiana falada na região. Conforme os exemplos apresentados, fica claro que alguns ítalo-brasileiros se orgulham da sua ascendência e assumem a identidade de **colonos** como uma coisa positiva. Entretanto, quando falam português brasileiro tentam disfarçar para não serem estigmatizados. Ou seja, embora as tradições e os costumes italianos estejam despertando sentimentos positivos nos ítalo-brasileiros ultimamente, o português brasileiro falado com sotaque ainda é visto como **falar errado**. Essa conclusão fica muito clara com a fala da entrevistada 45:

EXEMPLO 14

Dava vergonha [falar português com sotaque italiano]. **Hoje não, eu acho lindo se alguém fala meio errado.** Isto é, mesmo que seja lindo, continua sendo **errado**.
(Informante 45, Pedras Grandes, feminino, idosa, zona rural)

11 A campanha de nacionalização foi uma série de medidas tomadas durante o governo de Getúlio Vargas com objetivo de minimizar e diminuir as influências estrangeiras no Brasil para o fortalecimento e a integração da sua população. Essa campanha ocorreu durante o regime político do Estado Novo, caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e autoritarismo. Durou de outubro de 1937 até outubro de 1945 e gerou muitas atitudes linguísticas negativas em relação à língua italiana/dialeto na região sul do estado (BALTHAZAR, 2016).

Pode-se dizer, portanto, que existem no sul de Santa Catarina algumas atitudes linguísticas positivas em relação à italianidade, mas que, mesmo assim, são raramente estendidas ao português falado com sotaque. Pesquisas futuras serão necessárias para analisar se essas atitudes linguísticas positivas que começam a ser vistas na região, de fato, se estenderão ao português brasileiro com sotaque italiano.

REFERÊNCIAS

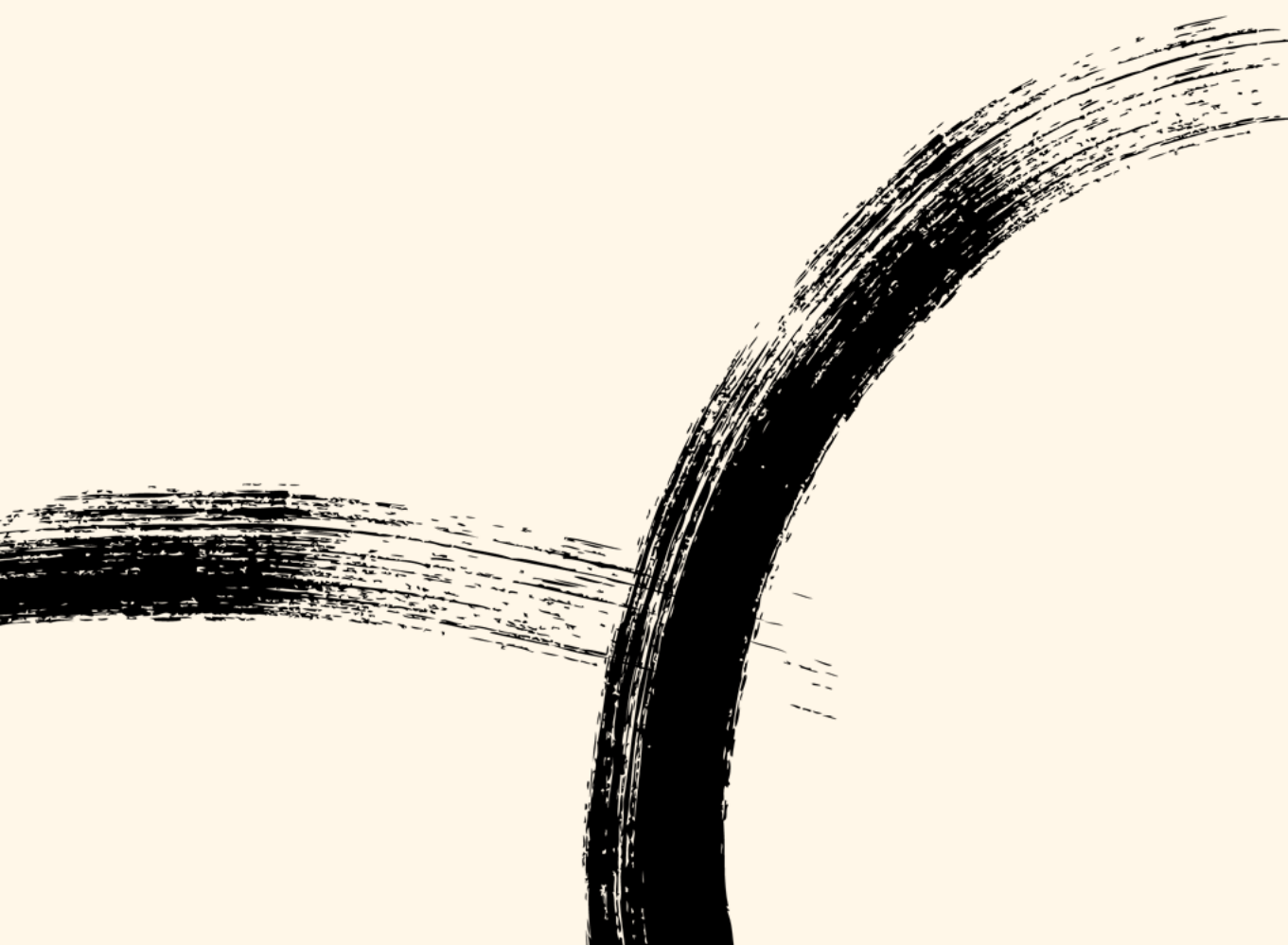
- AGUILERA, V. A. Crenças e atitudes linguísticas: o que dizem os falantes das capitais brasileiras. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 105-112, maio/ago. 2008. Disponível em: http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/37/EL_V37N2_11.pdf. Acesso em: 17 maio 2018.
- BALTHAZAR, L. L. **Atitudes linguísticas de ítalo-brasileiros em Criciúma (SC) e região**. 2016. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/42879>. Acesso em: 17 maio 2018.
- BISINOTO, L. S. J. **Atitudes sociolingüísticas em Cáceres/MT: efeitos do processo migratório**. 2000. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/268959>. Acesso em: 17 maio 2018.
- BORTOLOTTI, Z. H. **História de Nova Veneza**. Nova Veneza: Prefeitura de Nova Veneza, 1992.
- DASSI, N. **Nova Belluno, 1891 – Siderópolis, 1943**. Siderópolis: [s. n.], 2011.
- FAGGION, C. M. Estigma, cultura e atitude: investigações preliminares sobre o binômio prestígio/estigmatização na linguagem da região de colonização italiana da serra gaúcha. In: FROSI, V. M.; FAGGION, C. M.; DAL CORNO, G. O. M. (orgs.). **Estigma: cultura e atitudes linguísticas**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010. p. 61-76.
- FERNÁNDEZ, F. M. **Principios de sociolingüística y sociología de lenguaje**. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.
- FROSI, V. M. L'italiano standard e i dialetti italiani in Brasile. In: MARCATO, G. (a cura di.). **I confini del dialetto**. Padova: Unipress, 2001. p. 253-264.
- FROSI, V. M.; MIORANZA, C. **Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Movimento; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1975.
- FROSI, V. M.; FAGGION, C. M.; DAL CORNO, G. O. M. **Estigma: cultura e atitudes linguísticas**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.
- FURLAN, O. A. Gli italiani nello stato di Santa Catarina: uma bibliografia commentata. **Fragments**, Florianópolis, n. 21, p. 103-137, jul./dez. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/article/view/6546/6182>. Acesso em: 17 maio 2018.
- GROSJEAN, F. **Life with two languages an introduction to bilingualism**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

- GUBERT, A. L. **Influências do talian no português brasileiro de Vargeão (SC):** um estudo sobre variação no nível fonético. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27317/Dissertacao%20final%20Antoniopdf.pdf;sequence=1>. Acesso em: 17 maio 2018.
- LABOV, W. **Padrões sociolingüísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.
- LAMBERT, W. W.; LAMBERT, W. E. **Psicologia social**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MARGOTTI, F. W. **Difusão sócio-geográfica do português em contato com o italiano no sul do Brasil**. 2004. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/86624/207618.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 maio 2018.
- MESCKA, P. M. **Interferência fonológica do “dialeto italiano” na aprendizagem do português**. 1983. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1983.
- MORALES, H. L. **Sociolingüística**. Madrid: Editorial Gredos, 2004.
- PAVIANI, N. M. S. **O pronome ético: uma característica dialetal**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.
- RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- VOTRE, S. J. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, C.; BRAGA, M. L. (orgs.). **Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 51-57.
- WEINREICH, U. **Lingue in contatto**. Torino: Editore Boringhieri, 1974.

{8}

**CONSTITUIÇÃO DE BANCO
DE DADOS DIACRÔNICOS
DA REGIÃO SUL DO BRASIL**

Valéria Neto de Oliveira Monaretto*



MONARETTO, V. N. O. Constituição de banco de dados diacrônicos da região sul do Brasil. *In*: MENON, O. P. S.; FAGUNDES, E. D. (org.). **Estudos sobre o português no Sul do Brasil**. Curitiba: EDUTFPR, 2022. p. 147-162.

—

* Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS. Graduada em Letras pela UFRGS, é mestre em Língua Portuguesa pela UFRGS, doutora em Linguística pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul e pós-doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua nas linhas de pesquisa de Teoria e Análise Linguística, e Sociolinguística, além de liderar o grupo de pesquisa Memória Linguística e Social do Rio Grande do Sul do Século XIX, ligado ao projeto nacional Para uma História do Português Brasileiro. É também membro pesquisadora do Projeto Variação Linguística na Região Sul do Brasil (VARISUL) e coordenadora da agência UFRGS.

INTRODUÇÃO

A história da constituição de banco de dados do português brasileiro tem sido basicamente de língua falada. O banco Variação Linguística Urbana do Sul do Brasil (VARSUL) é uma dessas fontes de estudo da variação e mudança linguística da língua portuguesa brasileira. Ao lado de outros projetos de língua falada, há bancos de dados diacrônicos em construção, sobre os quais trazemos algumas informações neste texto.

O rompimento das fronteiras entre sincronia e diacronia faz parte das orientações metodológicas gerais do estudo da mudança linguística propostas por Weinreich, Labov e Herzog (1968), ao determinarem o **uso do presente para explicar o passado**. A visão da mudança linguística, entendida como uma dinâmica relacionada com a heterogeneidade social, histórica e cultural dos falantes, dá novo rumo às pesquisas históricas linguísticas, ao se aliar sincronia com diacronia.

Labov (1972) estuda a mudança linguística no presente, utilizando métodos analíticos e tratamento matemático em dados de línguas vivas, por meio dos quais seria possível verificar se uma determinada forma linguística está em extinção, em estabilidade ou em fase de renovação. Evoca o **princípio uniformitarista**, de acordo com o qual forças que impulsionam as mudanças em curso são as mesmas que agiram no passado. Para implementar a versão linguística do princípio uniformitarista, Labov pressupõe que o presente e o passado atuem como um contínuo de acontecimentos. O passado passa a auxiliar na compreensão sobre a variação e a mutabilidade nesta perspectiva teórica (LABOV, 1994).

Assim, evidências nessas duas esferas, passado/presente, auxiliam a reconstrução dos passos do mecanismo da mudança. O modelo sociolinguístico quantitativo laboviano, por meio da combinação de dados em tempo aparente e real, é um dos meios para realizar essa tarefa.

A sustentação da nova proposta de se estudar mudança pela sincronia faz crer, aparentemente, que a diacronia seja o caminho mais fácil e eficaz de investigação. Buscar evidências somente no passado pode proporcionar equívocos de interpretação. Labov (1994) mostra paradoxos de casos de fusão de fonemas, supostamente irreversíveis no registro da história do inglês, que sofreram ruptura, criando-se novas distinções. Pela abordagem variacionista, o foco passa a ser o estudo sincrônico por meio do qual é possível observar que dados empíricos do presente podem refletir fatos que aconteceram.

Entretanto, esta técnica de análise em tempo real, em seus diferentes tipos de estudos longitudinais (de tendência e de painel), enfrenta dificuldades. Conforme Labov (1994), a estratégia de repetir o passado, retornando à cena de um estudo, exige que a comunidade tenha permanecido em um estado mais ou menos estável, o que é difícil na história de uma língua. Por isso, nesse modelo sugere-se geralmente a constituição de *corpora* em um estado recente da língua.

Com o intuito de se estudar a mudança linguística pelo passado, objeto de estudo da linguística histórica, a sociolinguística histórica se projeta. Nessa abordagem, estuda-se o

passado tendo por base os preceitos da sociolinguística laboviana, mas pelo canal da língua escrita, entendida como um meio potencial de autonomia plena como veículo de língua (ROMAINE, 1982).

O objetivo deste texto não é discutir a relação Sociolinguística/Linguística Histórica, ou sobre qual das duas abordagens analíticas, sincrônica ou diacrônica, é a mais adequada. O que se pretende aqui é abordar e trazer algumas informações, de modo muito preliminar e sintetizado, sobre o desenvolvimento de bancos de dados diacrônicos na região sul do Brasil.

Posta essa explicação inicial, como uma breve justificativa para a relevância do que vai ser apresentado a seguir, apresentamos como este texto foi organizado. Vai se começar pela origem e constituição de banco de dados na região sul do Brasil, com destaque especial para o banco VARSUL, cuja história será brevemente revisitada, seguido pela exposição de relatos sobre a constituição de bancos diacrônicos em formação no sul. Serão expostos alguns detalhes sobre a construção de bancos Diacrônicos no Rio Grande do Sul, local de investigação da autora deste texto, e apontamentos sobre projetos em andamento nos estados de Santa Catarina e Paraná. A seguir, serão abordados alguns problemas para a construção deste tipo de *corpus*, finalizando-se com sucintas discussões sobre o problema de se ouvir e de se interpretar o dado fonológico diacrônico.

BANCO DE DADOS SINCRÔNICOS DE LÍNGUA FALADA VARSUL: BREVES COMENTÁRIOS

O VARSUL foi o primeiro banco de dados de documentação de língua falada do sul do Brasil, época em que eram escassos os registros de língua falada. Projetado na década de oitenta, foi inspirado no projeto Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sua linha investigativa baseou-se no modelo sociolinguístico laboviano, por meio da coleta de entrevistas de fala espontânea de indivíduos étnico-culturalmente representativos dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Sua origem e história podem ser vistas com detalhes em algumas publicações, como em Bisol, Menon e Tasca (2008), em Bisol e Monaretto (2016), dentre outras.

O Projeto Norma Urbana Culta (NURC), foi o pioneiro na coleta de uma grande quantidade de dados e em diferentes estilos de registros de língua falada no Brasil, no que diz respeito à região sul, mais especificamente à cidade de Porto Alegre. Diferentemente da amostra-base do VARSUL, os informantes selecionados para amostra do NURC têm formação universitária. O *Atlas Linguístico da Região Sul do Brasil* (ALERS), criado em época próxima do VARSUL e na mesma universidade (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS), com o propósito de oferecer um atlas linguístico da região sul, também oferece um banco de dados representativo sobretudo da variedade do português falado pela população rural de baixa escolaridade.

Além de as pesquisas com os dados do VARSUL serem reconhecidas nacional e internacionalmente, a equipe a cada ano recebe novos pesquisadores de diferentes linhas linguísticas, que descrevem o comportamento da língua falada em seus diferentes níveis de análise linguística. Novas amostras foram incorporadas, como resultados de teses de doutorado ao longo dos anos, e amostras complementares foram agregadas ao banco, caracterizando-se, pois, como significativo e representativo. O sistema de transcrição desse banco proporciona a análise de aspectos principalmente fonéticos, fonológicos e morfossintáticos.

O banco VARSUL é constituído por amostras aleatoriamente estratificadas segundo padrões sociais pré-estabelecidos, possibilitando o (re)conhecimento da distribuição de variáveis linguísticas de acordo com esses padrões. Esses *corpora* sociolinguísticos contribuíram nesses últimos anos para que os diversos pesquisadores pudessem encontrar, na realidade empírica, a sustentação de análises mais teóricas.

Por esta coleta de dados ser sistemática e de larga escala em três estados brasileiros, o banco apresenta também outras vantagens – por retratar situações de fala casuais com enorme variabilidade de realização – desde a fonética ao contexto pragmático de enunciação. Sua relevância e a abrangência de seus resultados podem ser vistas em Collischonn e Monaretto (2012).

Com o passar dos anos, novos bancos foram se formando, reunindo dados de regiões da fronteira do Rio Grande do Sul, como o projeto *Banco de Dados Sociolinguísticos do Pampa* (BDSPampa), da região de fronteira do Rio Grande do Sul, o *Banco de Dados da Serra Gaúcha* (BDSER) da serra gaúcha, dentre outros. Todos esses projetos, construídos com muito esforço e dedicação, oferecem um recorte sincrônico do português falado do sul do Brasil.

Já a construção de bancos diacrônicos se deu mais recentemente. Estes, voltados à língua escrita, têm por objetivo constituir *corpora* para estudos linguísticos e sociolinguísticos, além de resgatar memória histórica e cultural de cada região, dos séculos XVIII e XIX. Descreveremos a seguir algumas das atividades dos bancos da região sul que estejam consolidados sobre os quais temos conhecimento.

BANCOS DIACRÔNICOS DO SUL EM CONSTRUÇÃO

Nos três estados do sul, há projetos de pesquisa que têm por objetivo principal a formação de bancos diacrônicos. As orientações do Projeto da História do Português Brasileiro (PHPB), iniciado em abril de 1997, sob coordenação de Ataliba Teixeira de Castilho, serviram de baliza para o desenvolvimento desses projetos regionais. A construção da história do português brasileiro passou a ser a meta de dez equipes regionais que se formaram no final dos anos noventa com o objetivo inicial de, segundo palavras de Mattos e Silva (*apud* HORA; SILVA, 2010, p. 9), se “juntar o que já havia disperso sobre estudos

histórico-diacrônicos, em alguns poucos centros acadêmicos do Brasil”. Atualmente, há 13 equipes regionais, com partes de seus *corpora* (PHPB, [20--]a).

Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, o projeto de construção de um banco diacrônico iniciou em 2013, motivo pelo qual não se configura entre as equipes do projeto nacional do PHPB. O principal objeto linguístico de estudo nessa região consiste na observação e na análise, sob perspectiva diacrônica e sincrônica, de aspectos relacionados à variação e à mudança fonológica do português brasileiro.

Por meio de fontes diretas e de bibliografia sobre história social do Rio Grande do Sul, procura-se obter informações e dados para se contextualizar o período em que se tem mais documentação disponível nos arquivos públicos: o século XIX. O Rio Grande do Sul é a região do sul do país que teve seu processo de colonização mais tardio.

A região do Rio Grande do Sul foi ocupada no final do século XVIII. Nasceu do impulso desbravador de três correntes humanas, diferenciadas em seus propósitos, mas semelhantes em suas origens étnicas, segundo Ornellas (1948, p. 13):

- a. **pelo oeste e sul**, ingressavam os espanhóis com os estandartes cristãos dos jesuítas;
- b. **pelo nordeste**, os mamalucos de Piratininga e Laguna, impelidos pela procura dos rebanhos espanhóis e do índio traficável¹;
- c. **pelo litoral**, os ilhéus, simples arroteadores da terra.

O negro, segundo Ornellas (1948), foi o único elemento inexpressivo, entre os lastros étnicos do nosso surgimento pelo Rio Grande do Sul. Mais tarde, suas terras foram povoadas principalmente por imigrantes alemães (1824) e italianos (1875).

Esse projeto de pesquisa contou com a colaboração de bolsistas de iniciação científica e de mestrandos e orientandos da Pós-Graduação em Letras da UFRGS e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Muitas visitas de coleta e discussões foram realizadas, podendo-se dizer que se tem hoje um bom e inédito banco de dados, assim como propostas metodológicas e resultados significativos sobre algumas variáveis fonológicas.

Atualmente, como um dos objetivos de um grupo de pesquisadores do Rio Grande do Sul para formar *corpora* diacrônicos, desenvolvem-se coleta e análise de fontes de dados do português gaúcho novecentista, com base na perspectiva sociolinguística histórica. Esse

1 Segundo Ornellas (1948), Simões Lopes Neto, em seu livro *Terra Gaúcha*, não concorda com a referência histórica dessas bandeiras pelo Nordeste. Para ele, a fundação do porto militar do Rio Grande, em 1737, deu-se com baianos, mineiros, fluminenses e lusos. Em poucos anos mais, entravam os casais ilhéus, açorianos e madeirenses.

grupo é formado por professores doutores das seguintes universidades federais: Pelotas (Paulo Ricardo Silveira Borges, Cíntia Costa de Alcântara, Aline Neuschrack); Santa Maria (Evellyne Patrícia Costa, Tatiana Keller); Rio Grande (Luciana Pilatti Telles, Marisa Porto do Amaral, Silvana Schwuab do Nascimento), Rio Grande do Sul (Valéria Monaretto, Leandro Lara). Também insere-se nesse grupo a analista em assuntos culturais do Arquivo Público do Rio Grande do Sul (Denise Nauderer Nauderer Hogetop). Esses pesquisadores fazem parte do projeto nacional Para a História do Português Brasileiro (PHPB, [20--]a), como representantes do estado do extremo sul do Brasil, colaborando com atividades desse grupo de pesquisadores brasileiros.

As atividades de constituição de dados diacrônicos são as que seguem: levantamento de documentos, digitalização destes por meio de fotografia e transcrição segundo normas semidiplomáticas, em que se preserva a grafia original, sinais e pontuação originais. As cidades onde se faz o levantamento de material atualmente são Porto Alegre, Santa Maria, Livramento e Cachoeira do Sul, e os documentos são, predominantemente, do século XIX, compreendidos em gêneros diversos, como cartas manuscritas pessoais, textos jornalísticos impressos, depoimentos em processos criminais, dentre outros.

Dentre os *corpora* constituídos no Rio Grande do Sul, há 207 manuscritos de correspondências entre familiares da família Júlio Prates de Castilhos, abrangendo cinco gerações desde 1847. Esse personagem da história gaúcha é de reconhecido papel na formação social e política do estado. Segundo Franco (1967), Júlio de Castilhos **se vinculava a aristocráticas famílias do sul do estado**. Seu pai foi um autêntico representante da linhagem de pioneiros que ocuparam o planalto rio-grandense. Sua mãe era filha de um próspero fazendeiro em São Gabriel/RS, tendo ele ajudado financeiramente a Revolução Farroupilha e se tornado deputado da Assembleia Constituinte da República do Piratini. Outra nota biográfica de sua vida em classes privilegiadas do estado relaciona-se ao fato de sua mãe ser sobrinha de D. Feliciano José Rodrigues Prates, o primeiro Bispo do Rio Grande do Sul.

Os jornais impressos no século XIX no Rio Grande do Sul constituem um acervo muito representativo da época, pois são produzidos por todo o estado, com certa quantidade e regularidade desde o início desse século, e em diversos gêneros e perfis socioculturais. Esses jornais estão catalogados, na sua maioria, em dois arquivos públicos de Porto Alegre: o Museu da Comunicação Hipólito José da Costa ([20--]) e o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Os jornais, como documentos de imprensa, surgem no Rio Grande do Sul em 1827, quando D. Pedro I extinguiu a censura ditada pelo governo e pela igreja (SODRÉ, 1983). São mais de 162 títulos, publicados em diversas cidades gaúchas, divididos por gêneros políticos e informativos até 1912 e por diferentes fases. Nos primeiros jornais publicados no estado, a propriedade/editoria é de seu proprietário, e as publicações são precárias e pouco qualificadas até 1835, quando explode a Revolução Farroupilha.

Seguem-se as fases revolucionárias até 1850 e a panfletária civil até 1900, quando os proprietários e editores de periódicos se alinham obrigatoriamente a algum dos partidos

políticos existentes, por sobrevivência financeira, sem se configurar uma imprensa partidária. As imprensas industrial, empresarial, de massa e de divertimento se dão em sequência (HOHLFELDT, 2006).

Muitos desses jornais trazem assuntos populares, como crimes, julgamentos, fuga de escravos, pedidos de aluguel e compra desses, entre outros, que constituíram, segundo Reverbel e Bones (1996, grifo nosso), uma das características mais marcantes da imprensa da época, como uma das primeiras fontes de renda do jornalismo brasileiro, com matérias pagas. As transcrições podem ilustrar a forma de exposição desses anúncios:

- (01) Ilustrações de anúncios em jornais oitocentistas do RS (com base em REVERBEL; BONES, 1996, p. 25-26).

Venda – Quem quiser comprar huma escrava de boa idade, boa lavadeira, engomadeira e muito sofrível cozinheira, procure na rua da Igreja, n.º 30, para tratar com seu dono que se acomodará em preço.

Aluguel – Quem quiser alugar uma ama de leite sem cria, falle na Rua da Praia N. 131.

Fuga – Quem souber de hum moleque de nome Xavier nação mosambique Oficial de barbeiro idade de 18 a 20 anos magro e beiços groços e meio zambro das pernas dirija-se à Rua de Bragança na lage de Joaquim de Souza a falar com Manoel Francisco Moreira que He seu Snr. O qual lhe dará nas boas alviças.

Há mais de trezentos manuscritos pessoais digitalizados e impressos. Estes jornais estão em processo de inserção no sistema LUME Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul ([20--]), por meio do anexo da tese de doutorado de Nasi (2016), defendida em janeiro de 2017, no Programa de Pós-Graduação (PPG) em Letras. Os jornais representam a fonte de acesso mais facilitado devido ao grande número de exemplares disponíveis e por serem impressos, o que facilita muito a leitura.

Santa Catarina e Paraná

Em Santa Catarina, há uma equipe coordenada por Izete Coelho (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC), através de projeto de pesquisa com início em 2012 (PHPB-SC)², que faz levantamento de documentos dos séculos XIX e XX nas mesmas cidades da amostra-base do banco VARSUL: Florianópolis, Lages, Blumenau e Chapecó. A coleta também em andamento propõe fotografar e/ou digitalizar os documentos, catalogá-los, editá-los e transcrevê-los segundo a forma semidiplomática. Também propõe elaborar textos que tratam da história social e linguística do estado de Santa Catarina. A área de

2 Informações retiradas do relatório encaminhado ao CNPq, em 2014 do Projeto **Para a História do Português Brasileiro de Santa Catarina** – período 2012 a 2014, fornecido gentilmente por Izete Coelho para a autora deste texto.

análise dos membros desse projeto é morfossintaxe e sintaxe históricas. Parte do *corpus* coletado está disponibilizado na página do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB, [20--]a) do projeto nacional.

No Paraná, Vanderci Aguilera e Fabiane Altino, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), coordenam um projeto de pesquisa direcionado ao estudo do léxico histórico a partir de documentos da segunda metade dos séculos XVIII e XIX. Em sua primeira fase, elaboraram-se verbetes do *corpus* paranaense a partir de 737 fólios, que foram transcritos, revisados e incluídos nos dois bancos de dados: o do Paraná e o geral, que se constitui dos documentos enviados pelas equipes brasileiras envolvidas no PHPB nacional (PHPB, [20--]b).

Do *corpus* paranaense foram elaborados cerca de 4.200 verbetes, extraídos de um *corpus* formado de 129.934 palavras, correspondentes a 14.930 formas. O projeto encontra-se, desde 2016, em uma segunda fase, concluindo e revisando, em versão final, 4.178 verbetes históricos³.

Como se pode observar, a região sul tem trabalhado na constituição de um banco diacrônico do português brasileiro. Já há diversas publicações em forma de artigos, capítulos de livros, dissertações e teses com análise desses dados, que podem ser conhecidos por meio dos registros no **Currículo Lattes** das coordenadoras regionais de cada projeto de pesquisa mencionado anteriormente.

Como vimos, o *corpus* de língua falada, aqui denominado de sincrônico, por captar um estágio, de certo modo, recente da língua, apresenta uma história de mais de quarenta anos na região sul do Brasil, reunindo registros que captam eventos de fala espontânea e vernácula no caso do banco VARSUL, em destaque (cf. ENCONTRO, 2016). Em relação a bancos diacrônicos, que registrariam diferentes estágios de língua ao longo da história, há, em curso, o levantamento de documentos escritos impressos e manuscritos de caráter pessoal e formal desde o século XVII ao século XX, conforme a disponibilidade de material em cada região, limitada por questões históricas e sociais de formação e de colonização.

Há grandes diferenças de constituição entre esses dois tipos de banco de dados, sincrônicos e diacrônicos. Esboçaremos a seguir, de forma sintética, alguns dos problemas de construção de um *corpus* diacrônico para estudo da variação e mudança linguística.

A CONSTRUÇÃO DE *CORPUS* DIACRÔNICO: ALGUNS PROBLEMAS

Apesar de já existirem inúmeros estudos sobre a língua falada brasileira em termos descritivos sincrônicos, ainda falta uma caracterização clara e completa de muitas variedades e, principalmente, conhecimento da história e desenvolvimento destas. Investigar

3 Informações retiradas do relatório encaminhado ao CNPq, em 2016 do projeto **Léxico Histórico do Português Brasileiro (LHisPB)**, fornecido gentilmente por Vanderci Aguilera para a autora deste texto.

o passado de uma língua é o objetivo da linguística histórica desde muito cedo, mas as estratégias e pressupostos para isso encontram grandes problemas, que são tratados nos dias atuais pela sociolinguística histórica.

O trabalho sociolinguístico de investigação sobre o fenômeno de variação e mudança linguística pressupõe o conhecimento da comunidade linguística em análise quanto a aspectos sociais e históricos. Estratégias de obtenção de dados sociais sobre a comunidade-alvo são elaboradas desde os fundadores dos princípios da Teoria da Mudança Linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968).

Para se conhecer uma sociedade em estágio passado, como o Rio Grande do Sul no século XIX, por exemplo, foram traçados alguns caminhos para a obtenção de dados. As fontes de investigação compreenderam buscas de informações sobre colonização de bandeirantes e imigrações através de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do século XIX (1º levantamento em 1872). A investigação se dá também por descrições em diários de viagens ao RS (dos desbravadores Conde D’Eu; Saint Hilaire), em notícias de jornais de época, como inferências sobre o resgate do perfil e vida do negro a partir de impressos (avisos de compra/venda em jornais, como *O Exemplo* de Porto Alegre, RS, 1905, dirigido por negros) e por tentativas de se captar o retrato da mulher na literatura e no Jornal *O Orvalho*, de Livramento, RS – mulheres que dirigem). Textos literários, que retratam a época, apesar de enredos de ficção, impressões sobre o jeito, costume e vida do gaúcho, entre outros aspectos, são válidos como fonte de registros históricos.

As informações obtidas até o presente, não são suficientemente claras para se delinear um perfil **sólido** dessa época, mas algumas conclusões preliminares podem ser feitas. No caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, a sociedade do século XIX era predominantemente branca, agropecuária, jovem (até 14 anos) e preconceituosa quanto ao trabalho da mulher e de estrangeiros.

Um grupo de trabalho de pesquisadores ligados ao PHPB, formado pelas professoras Dinah Callou (UFRJ), Tânia Lobo (Universidade Federal da Bahia – UFBA), Jânia Ramos (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG) e Marilza de Oliveira (Universidade de São Paulo – USP), está trabalhando atualmente na história social da formação da língua portuguesa brasileira. Em breve, teremos dados e informações valiosos para subsidiar os estudos de mudança linguística em mais um livro organizado por Ataliba Castilho (USP), como continuação a outras obras semelhantes (CASTILHO, 2003).

Enfim, o passado de uma língua é de difícil acesso. A barreira para se estudar textos antigos é muito grande. É, nas palavras de Labov (1972, p. 191), “uma arte de fazer o melhor uso de dado ruim”. Por isso, é necessário definirem-se procedimentos metodológicos e o objeto de investigação. O meio de buscar o dado, de interpretá-lo e de analisá-lo deve, pois, ser construído em cada tipo de *corpus* trabalhado.

Assim como para Romaine (1982), Lass (2000), Schneider (2002) e Montgomery (2007), dentre muitos outros, a formação de um banco diacrônico pressupõe partir da ideia de que é possível, por meio do registro escrito, interpretar a variação e mudança linguística

e que a língua escrita é uma fonte de estudo para isso. Porém, há **certas dificuldades que o pesquisador enfrenta**, como:

- a. a **construção do corpus**;
- b. a **deterioração do documento**;
- c. a **dificuldade de leitura de manuscritos** antigos;
- d. a **escassez de dados**;
- e. a construção de uma **metodologia específica** ao tipo e época de material;
- f. a **interpretação** do que se considera dado linguístico, etc.

Enfim, as barreiras são muitas; e algumas, insolúveis.

O que deve ser levado em conta ao se interpretar e codificar a variação em dados históricos? Segundo Montgomery (2007), é preciso levar em conta as seguintes dimensões em um *corpus* diacrônico:

- a. **textual**: tipo de texto, registro e estilo;
- b. **temporal**: quando o texto foi produzido? Que período da língua ele representa?;
- c. **social**: por quem o texto foi produzido? Que informações temos sobre o autor do texto?;
- d. **espacial**: de onde o texto se origina? Qual é a nacionalidade ou origem do autor?;
- e. **representatividade**: de que parte da sociedade é típico? Quão generalizáveis são os padrões que evidencia?

O mais comum em pesquisa linguística em arquivos públicos brasileiros, onde se pode dispor de documentos do passado, é se deparar com textos de autores desconhecidos quanto à sua origem, idade e nacionalidade. As avarias nos documentos, os quais não recebem os cuidados necessários para sua conservação e preservação, são corriqueiras. Os catálogos dos acervos são incompletos e muitas vezes incorretos. O acesso a documentos também é restrito e limitado. Por fim, a leitura de textos mal conservados é cansativa e demorada, por exigir cuidados no manuseio do documento, entre outros aspectos.

A investigação diacrônica exige a construção de uma metodologia especializada. Propostas têm sido construídas entre estudiosos brasileiros no sentido de se contornar algumas dessas dificuldades. O problema do *corpus* já é bem conhecido entre pesquisadores da área, mas é pouco abordado na comunidade científica em geral. Dentre esses pesquisadores, citamos alguns brasileiros com alguma tradição na área de tratamento de *corpora* diacrônicos, como Cambraia (1996); Lobo (2001); Mattos e Silva (2002); Barbosa, Lopes e

Callou (2002); Barbosa (2005); Berlinck, Barbosa e Marine (2008); Menon (2016), dentre muitos outros (outras tantas referências podem ser vistas em CASTILHO, 2003).

Como ouvir o inaudível? Esta é a pergunta primordial que os linguistas históricos levantam. No que diz respeito à pesquisa sobre mutação fônica, é essencial saber o que é previsível na escrita e o que pode originalmente representar um evento de fala. Porém não é sempre claro qual dado escrito pode ser utilizado. Vejamos como são tratadas algumas dessas questões.

REGISTRO ESCRITO COMO FONTE DE ESTUDO DE VARIAÇÃO E DE MUDANÇA LINGUÍSTICA

Registros escritos podem representar a fala? O pesquisador que se dedica a examinar *corpora* diacrônicos tem como pressuposto acreditar que sim. Porém, alguns cuidados e estratégias são necessários. Segundo Schneider (2002, p. 67), é preciso verificar se as flutuações gráficas apresentam um padrão estrutural em uma variedade de língua falada; se ocorrem em mais de uma pessoa e se corroboram a pronúncia de outras fontes e de outras variedades.

Em Monaretto (2005), alguns registros gráficos são levantados em *corpora* diacrônicos, como indícios de processos fonológicos, atestando-se, com base nas amostras examinadas, a possibilidade de se pesquisar esse tipo de dado. A busca de variantes fonológicas por meio do grafema tem a expectativa de encontrar fontes de realizações sonoras presumivelmente pronunciadas de época para estudo da variação e mudança linguística.

Algumas pistas de eventos fonológicos podem mostrar certa transparência de processos da língua falada, realizadas por meio do registro grafemático. Eis uma situação em que é clara a existência de processos fonológicos, encontrados em uma anedota, publicada em um exemplar de *A Evolução*, de Porto Alegre, em 1911, conforme transcrição:

- (02) Reprodução parcial de anedota encontrada no Jornal A Evolução de Porto Alegre, de 1911 com registros gráficos de indícios de variantes fonológicas
- Seu Bernarde que é sarado,*
Bicho fêra e perparado
Mandou chamá um deputado
E depois um senadô
 – *O seu Raul que é doutô* –
E lhes disse carmamente:
Eu quero sê Persidente

Esse registro escrito evidencia a existência de certas variações, presentes na língua falada de hoje, como uma tentativa cômica de se reproduzir na ortografia aspectos da oralidade. Há diversos registros que podem sugerir alguns fenômenos fonológicos, tais como:

- a. **metátese: perparado** (preparado), **persidente** (presidente);
- b. **apagamento de r-final: chamá** (chamar), **senadô** (senador), **sê** (ser);
- c. **epêntese consonantal: depois** (depois);
- d. **rotacismo: carmamente** (calmamente).

Lass (2000) indica algumas fontes de informação para a interpretação da grafia, como a evidência descritiva direta, por meio da consulta em evidências metalinguísticas e literárias acerca da língua (dicionários, glossários, gramáticas, textos literários). Outra fonte de informação é o nosso conhecimento acerca de tradições escritas particulares e suas relações, além de se estabelecer estratégias complexas de inferências baseadas em vários tipos de considerações históricas.

Essas pistas ou indícios fonológicos por meio do grafema precisam, pois, ser diferenciados. Lass (2000) propõe uma **taxonomia de desvios de escrita**, separando o que é “lixo” de marcas de variação puramente gráfica e da grafia fonologicamente significativa (dados fonológicos). A aplicação e ilustração dessas fontes e taxonomia podem ser vistas com detalhes em Nasi (2016).

Além do problema central de se separar quais registros escritos poderiam supostamente representar a fala, há também a tarefa para o pesquisador de um *corpus* diacrônico de reconhecer habilidades de escritura, discernindo-se a natureza do desvio gráfico pelo tipo de escritura entre escritas hábeis, inábeis e pouco hábeis, segundo terminologia de Marquilhas (1991).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sumariando, ouvir o inaudível é o maior desafio nas investigações de natureza fonética/fonológica. Os dados de escrita são complexos. Recuperar o som, a partir de letras e sinais gráficos para interpretar variação e mudança linguística, exige cuidados e estratégias especiais. Por isso, os dados obtidos pelos *corpora* analisados são tratados como **indícios** ou **pistas** de pronúncias, presumivelmente auscultados.

Bancos de dados de língua falada do português brasileiro, como o VARSUL, têm crescido a cada dia, e sua relevância é cada vez mais reconhecida. Já bancos de dados diacrônicos, apesar das grandes dificuldades para sua constituição, estão em processo de formação na região sul do Brasil. No entanto, ainda são necessárias reflexões e caminhos para composições de metodologias em relação a amostras e análises, tendo em vista a natureza do objeto Língua Escrita e o caminho através do passado.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, A. Tratamento dos *corpora* de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e linguísticos. In: LOPES, C. (org.). **A norma brasileira em construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século 19**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. p. 25-46.
- BARBOSA, A. G.; LOPES, C. R. S.; CALLOU, D. M. I. Organização dos *corpora* diacrônicos do PHPB-RJ na rede mundial de computadores. In: DUARTE, M. E. L.; CALLOU, D. M. I. (orgs.). **Para a história do português brasileiro: notícias de corpora e outros estudos**. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2002. v. 4, p. 29-38.
- BERLINCK, R. A.; BARBOSA, J. B.; MARINE, T. C. Reflexões teórico-metodológicas sobre fontes para o estudo histórico da língua. **Revista da ABRALIN**, v. 7, n. 2, p. 53-79, 2008. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/52494>. Acesso em: 17 maio 2018.
- BISOL, L.; MENON, O. P. S.; TASCA, M. Varsul, um banco de dados. In: RONCARATI, C.; VOTRE, S. (orgs.). **Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008. p. 50-58.
- BISOL, L.; MONARETTO, V. N. O. Varsul e suas origens, uma história sumariada. **ReVEL**, n. 13, 2016. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/5d29605a5358b49664f8c0abbcd61.pdf>. Acesso em: 17 maio 2018.
- CAMBRAIA, C. N. A pesquisa diacrônica e o problema do corpus. In: SEMANA DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2., 1996, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1996. v. 2, p. 11-19. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/anais_lingua_portuguesa/article/view/8049. Acesso em: 17 maio 2018.
- CASTILHO, A. T. **Historiando o português brasileiro**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.
- ENCONTRO comemorativo do projeto VARSUL: VARSUL 30 ANOS. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**, v. 14, n. 13, nov. 2016. Edição especial.
- COLLISCHONN, G; MONARETTO, V. N. O. Banco de dados Varsul: a relevância de suas características e a abrangência de seus resultados. **Revista ALFA**, São José do Rio Preto, v. 56, n. 3, p. 835-852, 2012.
- FRANCO, S. C. **Júlio de Castilhos e sua época**. Porto Alegre: Globo, 1967.
- HOHLFELDT, A. A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1930. **E-Compós**, [s. l.], v. 7, p. 1-12, dez. 2006. DOI: 10.30962/ec.118. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/118>. Acesso em: 17 maio 2018.
- HORA, D.; SILVA, C. R. (orgs.). **Para a história do português brasileiro: abordagens e perspectivas**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2010.
- LABOV, W. **Principles of linguistic change**. Malden; Oxford: Blackwell, 1994.
- LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LASS, R. **Historical linguistics and language change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

- LOBO, T. C. F. **Para uma sociolinguística histórica do português no Brasil**: edição filológica e análise linguística de cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX. 2001. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- LUME REPOSITÓRIO DIGITAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Lume Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, [20--]. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/>. Acesso em: 17 maio 2018.
- MARQUILHAS, R. **Norma gráfica setecentista**: do autógrafo ao impresso. 1991. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 1991.
- MATTOS E SILVA, R. V. Reflexões e questionamentos para a constituição de *corpora* para o Projeto para a História do Português Brasileiro. In: DUARTE, M. E. L.; CALLOU, D. M. I. (orgs.). **Para a história do português brasileiro**: notícias de corpora e outros estudos. Rio de Janeiro: Infólio, 2002. v. 4, p. 17-28.
- MENON, O. P. S. Implementação de você no século XX, no português do Brasil. In: SELLA, A. F.; ROMAN, E. C.; CORBARI, A. T. (orgs.). **X CELSUL**: congregando pesquisas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016. p. 21-79.
- MONARETTO, V. N. O. O estudo da mudança do som no registro escrito: fonte para o estudo da fonologia diacrônica. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/13698>. Acesso em: 17 maio 2018.
- MONTGOMERY, M. Variation and historical linguistics. In: BAYLEY, R.; LUCAS, C. (ed.). **Sociolinguistic variation**: theories, methods and applications. Cambridge: University Press, 2007. p. 70-89.
- MUSEU DA COMUNICAÇÃO HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. **Projeto Jornais Raros**, [20--]. Disponível em: www.museudacomunicacao.rs.gov.br. Acesso em: 17 maio 2018.
- NASI, R. F. **Elevação de vogais médias pretônicas no português sul-rio-grandense**: retrato oitocentista e alternativa de interpretação do grafema como indicio fonético/fonológico. 2016. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/165916>. Acesso em: 17 maio 2018.
- ORNELLAS, M. **Gaúchos e beduínos**: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul. São Paulo: José Olympio, 1948.
- PHPB - PROJETO PARA A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO. **Corpus histórico do português**, [20--]a. Disponível em: <https://sites.google.com/site/corporaphpb/>. Acesso em: 9 set. 2018.
- PHPB - PROJETO PARA A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO. **Equipes regionais do PHPB**, [20--]b. Disponível em: <https://sites.google.com/site/corporaphpb/>. Acesso em: 17 maio 2018.
- REVERBEL, C.; BONES, E. **Luiz Rossetti**: o editor sem rosto e outros aspectos da imprensa no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Copesul/L&PM, 1996.
- ROMAINE, S. (ed.). **Sociolinguistic variation in speech communities**. London: Edward Arnold, 1982.

SCHNEIDER, E. W. Investigating variation and change in written documents. *In*: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (ed.). **The handbook of language variation and change**. Oxford: Blackwell, 2002. p. 67-96.

SODRÉ, N. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 1968.

TÍTULO Estudos sobre o português no Sul do Brasil
FORMATO 18 x 24 cm
TIPOGRAFIA Filosofia | Zuzana Licko | Emigre
LICENÇA CC BY-NC-ND

EDUTFPR

Este livro, produzido pela EDUTFPR, é financiado com recurso público e visa à ampla e democrática disseminação do conhecimento. Esta edição promove o ODS 4 Educação de qualidade, que tem o intuito de assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos, envolvendo docentes e discentes em sua produção e promovendo diversas oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. Além disso, é favorável à preservação de árvores e diminuição da pegada de carbono global.

Curitiba

25°26'20.4"S 49°16'08.4"W

Feito no Brasil

Made in Brazil

2022



Memória oral, memória escrita... A criação da escrita foi tão decisiva para a história do homem que acabou dividindo a sua trajetória entre a pré-história e a história propriamente dita. A partir do registro gravado na pedra, no papiro, no pergaminho e no papel, a história não ficou mais dependente das lembranças mantidas na memória dos homens. Sempre houve, é certo, registro preservado nas histórias contadas ao pé da fogueira e transmitidas de uma geração à outra, mas sujeitas a múltiplas alterações: “quem conta um conto, aumenta um ponto”, como diz o ditado popular.

Foi necessário esperar cinco mil anos e chegar ao século XX para que alguém conseguisse inventar formas para gravar e preservar a memória da língua oral. Ainda que às vezes alguns autores fizessem menção de como se pronunciava alguma palavra, não havia ainda meios de transcrição refletindo a pronúncia real da língua.

Este livro foi organizado com materiais provenientes de amostras reais de fala do português da região sul do Brasil, com a finalidade não só de registrar a produção acadêmica dos autores, mas também de evidenciar os modos de expressão e condições de produção dos falantes de uma região do país que, além dos autóctones, dos colonizadores portugueses e dos africanos, recebeu outros povos. E é essa memória que quisemos honrar...

